



# CLIPPING CAPITAL

**23/6/2017**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**

ANO XXI  
EDIÇÃO 114



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

Poder  
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário  
Estevam Galvão: 2º Secretário  
Chico Sardelli: 3º Secretário  
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente  
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente  
Milton Vieira: 3º Vice-Presidente  
Jooji Hato: 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)

Volume 127 • Número 116 • São Paulo, sexta-feira, 23 de junho de 2017

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)



## MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Alencar Santana Braga** (PT). **PÁG. 2**

## Deputados debatem a situação da Cracolândia da cidade de São Paulo

Resultados das ações desenvolvidas pela prefeitura durante o mês de maio na região do centro paulistano foram levantadas e discutidas em reunião entre parlamentares e especialistas na quarta-feira (21/6), na Alesp. A iniciativa foi da deputada Beth Sahão (PT), que considera importante a participação do Legislativo estadual, uma vez que a questão não está restrita à capital. **Pág. 3**



Beth Sahão coordena a reunião com especialistas

## Frente Parlamentar debate expansão do Metrô

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

A Frente Parlamentar em prol do sistema metroferroviário reuniu-se na Assembleia Legislativa para discutir o futuro do Metrô da região metropolitana de São Paulo. A

reunião aconteceu nesta quinta-feira (22/6) e foi coordenada pelo deputado João Caraméz (PSDB).

O presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô e diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado,

Emiliano Affonso, apresentou material sobre a atual rede metroferroviária, as propostas de expansão e sugestões para que o desenvolvimento do Metrô atenda às demandas da população.

O Metrô de São Paulo tem 77

quilômetros e atende a 3 milhões de passageiros por dia. Com a expansão das linhas nas áreas periféricas para atender ao crescimento da população em áreas mais distantes do centro, o plano de expansão deverá chegar a 130 quilômetros de rede (metrô e trens), 104 estações e poderá atender mais 4 milhões de usuários. As linhas 4, 5, 6, 13 e 15 continuam em obras. "Porém, há muitas linhas que estão com as obras paralisadas, como a 17, onde os imóveis que foram desapropriados estão abandonados", declarou Emiliano.

Outro aspecto abordado por ele é que muitos projetos foram modificados do original, o que quer dizer que algumas linhas poderão não chegar ao local onde há maior concentração de usuários. "Temos a necessidade de equilibrar a rede metroferroviária da região metropolitana. Serão entregues linhas desequilibradas e o mínimo

que deveria ser feito são conexões para colaborar com os usuários. A integração é importante, pois dá acesso à população ao emprego e ao lazer mas deve ser feita com responsabilidade", disse.

O deputado João Caraméz ressaltou a importância do Metrô para a cidade de São Paulo, pois metade da população do Estado vive na cidade e região metropolitana, e representa a metade do PIB do Estado. "Apesar do esforço do governo em investir no sistema metroferroviário, existe um desequilíbrio. É preciso conciliar o que já foi planejado. De todo modo, é importante dizer que o Metrô possui técnicos extremamente competentes", disse.

Estiveram presentes representantes da CPTM, sindicatos, institutos, associações de transporte metroviário, ferroviário e rodoviário, além de construtoras.



Emiliano Affonso (ao microfone), presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô



## MANDATO EM PAUTA

# Entrevista com o deputado Alencar Santana

LARISSA LEÃO - FOTO: VERA MASSARO

O advogado e deputado Alencar Santana Braga (PT) envolveu-se com a política estudantil na adolescência. Comprometido com a luta, sua primeira manifestação pública foi pelos estudantes secundaristas em defesa ao passe livre em Guarulhos.

Em 1992, ajudou nas campanhas políticas do Partido dos Trabalhadores, mas só se filiou em 1998. Na época, o candidato que Braga apoiava ao governo de Guarulhos ganhou a eleição e ele foi trabalhar na Câmara Municipal da região. Entre os principais projetos aprovados na época estão a utilização de sacolas plásticas biodegradáveis ou reutilizáveis no comércio, a criação da Semana Municipal de Juventude e do Festival Cultural Estudantil, e a criação do Circuito Guarulhense de Skate, além da instituição do Dia Municipal de Proteção e Bem-Estar dos Animais.

O parlamentar foi vereador por duas vezes, sendo o parlamentar mais jovem do PT eleito em 2004, e foi secretário de Governo do ex-prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida. Em 2010, com 154.272 votos, foi eleito pela primeira vez como deputado estadual. Atualmente, exerce seu segundo mandato na Assembleia Legislativa e é líder da bancada do PT.

### Dificuldades no Legislativo

Para o deputado, "o debate na Assembleia e sua competência constitucional é reconhecida textualmente como residual". Ele explica que a função da Casa acaba sendo a "sobra" do que não acontece nos âmbitos federal e municipal.

A maior dificuldade de atuação dos parlamentares da oposição, segundo ele, é que "não se observa o quanto a pauta do Estado está presente no dia a dia das pessoas". Braga diz que a maior parte da população não procura as autoridades estaduais para tratar dos problemas, recorrendo quase sempre às prefeituras.

Ele acredita que o problema esteja na ausência da imprensa na cobertura dos eventos que ocorrem

na Casa. "As pessoas não sabem como o Estado interfere na vida delas, e é responsabilidade da imprensa divulgar", diz.

Santana destaca como exemplo as recorrentes paralisações do Metrô, mas que são pouco divulgadas.

### CPI da Merenda

O parlamentar foi representante da oposição durante a CPI da Merenda, instaurada no ano passado na Assembleia Legislativa para investigar irregularidades na contratação de empresas fornecedoras de merenda escolar. Ele destaca que esse foi um "momento de maior cobertura da imprensa" e diz que a Comissão trouxe resultados positivos.

Durante o período de apuração, ele explica que foi possível comprovar que dentro da secretaria da Educação do Estado de São Paulo existia um grupo de servidores que cometia ilegalidades. Segundo ele, a CPI foi além das investigações iniciais feitas pela polícia.

Além disso, ressalta que as atividades colaboraram para apontar ao Ministério Público a necessidade de aprofundar a investigação sobre aquilo que a CPI não conseguiu apurar.

### Lutas

O deputado afirma atuar em todas as áreas políticas. Porém, regionalmente, ele luta por direitos e melhorias na região de Guarulhos. "Apesar de ser a segunda maior cidade do Estado de São Paulo, nunca teve metrô", afirma. Ele relata cobrar constantemente que o transporte chegue à região.

"Depois de muitas promessas, audiências públicas, reuniões e reiteraões, a obra até o Aeroporto Internacional de Guarulhos foi iniciada." Mas o deputado espera conquistar mais. "É preciso estender até a região de Bom Sucesso", diz, acrescentando que a obra atenderá melhor aos moradores e ajudará no desenvolvimento econômico da região.

Para o parlamentar, isso só será concretizado caso o governo do Estado "tenha compromisso". "A Companhia do Metropolitano de São Paulo teve o



comprometimento de fazer, mas o governo suspendeu a extensão da Linha 2 - Verde até a cidade de Guarulhos", diz. Atualmente, a linha vai da estação Vila Madalena, na zona oeste de São Paulo, até a Vila Prudente, na zona leste. "Nós vamos reiterar essa cobrança", garante.

### Leis e projetos

Em seu primeiro mandato, Santana conseguiu a aprovação da Lei 14.547/2011, que proíbe a cobrança pelo uso dos banheiros das rodoviárias do Estado. "Em aeroportos e shoppings não há cobrança de taxa", diz. "No Tietê de Guarulhos havia uma arrecadação de 150 mil por ano, a lei foi uma forma de garantir direitos para a população."

O deputado também apresentou o Projeto de Lei 511/2016, que dispõe sobre a Lei 15.692/2015, a qual trata da isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros. Sua proposta é incluir na lei os estudantes de cursinhos populares, gratuitos ou não, para que usufruam do benefício do passe livre no Metrô, CPTM e EMTU.

"Os estudantes que fazem cursinhos nas escolas populares ou gratuitas já não têm condições de pagar o estudo", diz. "Dessa forma, o transporte é algo que acaba prejudicando sua ida até o local."

O deputado acredita na importância de transformar a vida das pessoas por meio da política. Ele destaca que "por meio do seu mandato pretende ajudar e trazer ações positivas para o povo".

# Cracolândia é debatida na Assembleia Legislativa

Participantes criticam extinção do programa Braços Abertos

KEIKO BAILONE - FOTO: JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA

Representantes de conselhos regionais, sindicatos, defensores e promotores públicos, além de especialistas em programas de combate às drogas, reuniram-se nesta quarta-feira, 21/6, na Assembleia Legislativa, para debater os desdobramentos ocorridos há um mês, na zona conhecida como cracolândia, no centro da Capital paulista. Em 21/5, uma megaoperação policial foi realizada nas ruas Helvetia, Alameda Dino Bueno e Barão de Paranapiacaba para acabar com o livre comércio de drogas nessa região.

A iniciativa deste debate, cujo tema foi "Precisamos falar sobre a Cracolândia", foi da deputada Beth Sáhão (PT). Ela explicou que o Parlamento paulista não poderia ficar alheio a esta realidade, "pois o consumo de crack não ocorre só em São Paulo, mas em vários municípios pequenos do interior paulista". Segundo ela, a ideia é, após este primeiro debate, propor encaminhamentos e Projetos de lei, além de cobrar ações efetivas das autoridades competentes.

O deputado Alencar Santana (PT) fez críticas à megaoperação policial. Destacou ter sido esta uma "opção contra os que estão à margem, em prol de interesses mobiliários e financeiros, já que se pensa em reconstruir esta área". Na opinião de Santana, a solução não estaria em passar "por cima dos Direitos Humanos".

## Proposta e denúncias

Os participantes criticaram a extinção do programa Braços Abertos da gestão municipal anterior e enfatizaram a necessidade de dar voz aos usuários que se beneficiaram das atividades desenvolvidas até maio deste ano. "Temos experiências consistentes, mas não estamos conseguindo repercuti-las", disse a ex-coordenadora do projeto Lumena Almeida Castro Furtado. Ela alertou sobre notícias de que municípios vizinhos da Capital como Santo André e São Bernardo do Campo estariam "copiando" o modelo do Projeto Redenção – criado pela atual gestão municipal, que propõe a reinserção do usuário com o tratamento clínico.

"Precisamos fazer um grande movimento para denunciar o que está acontecendo", disse Rogério Sodilli, da área jurídica do Braços Abertos, ao observar que o Redenção refletiria uma disputa de projetos políticos. Para Sodilli, o programa havia se tornado uma referência nacional e até internacional. "Tínhamos 1500 usuários e este número



Alencar Santana e Beth Sáhão

baixou para 300; isto é, mais de 85% reduziram o consumo de drogas e mais de 20% retomaram o trabalho", informou.

Os promotores David Quintanilha Frailde de Azevedo, coordenador auxiliar do Núcleo de Cidadania de Direitos Humanos e Fernanda Dutra Einchiaro, coordenadora auxiliar de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, abordaram questões como a tortura e privação de liberdade dos usuários que teriam se voluntariado para a internação. "Recebemos denúncias de que as pessoas da Cracolândia, após a truculência policial, teriam sido privadas do acesso à água, luz e alimentos e, assim, pressionadas a se internarem", relataram. Ambos demonstraram preocupação com o local para onde essas pessoas foram encaminhadas, já que a população da cracolândia era formada também por crianças, idosos, adolescentes e gestantes. "Falta transparência sobre as internações", alegaram.

## Críticas

De acordo com o ex-coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori, a operação policial

de maio não foi nem uma política de combate às drogas e muito menos de repressão. "Aprenderam 0,5% de crack e sobre cocaína encontrada não informaram; mas posso dizer que muito pouco", disse. Para Tykanori, o que está ocorrendo chama-se tráfico humano.

"Pobres desvalidos se tornaram mercadoria, pois passaram a valer R\$ 5 mil reais por mês no projeto Redenção", afirmou, referindo-se ao custo da internação. Segundo Tykanori, no Braços Abertos, a prefeitura gastava R\$ 1,2 mil por usuário, incluindo-se aí, moradia, salário e alimento.

Tykanori recorreu a estudos de outros países para defender a moradia, temporária ou não, como uma das saídas para livrar o usuário das drogas. "Na vigência do Braços Abertos, os hotéis representavam um teto seguro e os usuários sabiam que, se eles cumprissem o mínimo exigido, não perderiam a moradia", observou.

Com a garantia da moradia, disse, em apenas três dias, 60% dos usuários abordados teriam aceito o tratamento. "Foi um experimento importante de intervenção pública porque elevou o patamar de civilidade geral".

# Audiência sobre adequação das leis estaduais ao Sistema Único de Assistência Social

DA ACESSORIA DO DEPUTADO CARLOS GIANNAZI

O deputado Carlos Giannazi (PSOL) promoveu nesta quarta-feira (21/6) audiência pública para debater a Política Estadual de Assistência Social, que será estabelecida pela Proposta de Emenda à Constituição 4/2014 e pelo Projeto de Lei 194/2017. As medidas visam adequar a atuação de São Paulo ao Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Representando o Núcleo de Pesquisa em Assistência Social da PUC, Aldaiza Sposati – ex-secretária municipal de Assistência Social no governo Marta Suplicy (2001/2004) – considerou que a PEC 4, apresentada pela ex-deputada Telma de Souza, pode ser melhorada, apesar de isso atrasar a tramitação da proposta.

Segundo Giannazi, "havendo acordo entre os partidos, é possível acelerar a tramitação de uma nova PEC". Quanto ao PL 194, que ainda está nas comissões, Giannazi comprometeu-

se a encaminhar as emendas apresentadas.

A preocupação de Edson Silva, do Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Suas de São Paulo (FetSuas-SP), é que o PL 194 seja aprovado com a atual redação. Segundo o sindicalista, a Secretaria de Desenvolvimento Social tem intenção de apresentar a Política Estadual de Assistência Social já na próxima conferência estadual, a ser realizada em outubro. "Por mais que o projeto tenha sido construído com a participação de uma série de atores, houve no final uma interferência muito forte do Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas), que retirou os avanços que seriam possíveis", disse.

Apresentaram sugestões representantes do Conselho Regional de Assistência Social (Cress-SP), Associação dos Trabalhadores da Secretaria de Desenvolvimento Social, Conselho Regional de Psicologia (CRP), Sindicato dos



Carlos Giannazi (à esq.)

Psicólogos (SinPsi) e Sindicato dos Sociólogos (Sindsesp), além de trabalhadores de vários municípios. As novas propostas para a redação da PEC e do PL serão apresentadas em nova audiência pública, a ser realizada no início de agosto.

# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875



JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Sexta-feira 23 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45174 EDIÇÃO DE OHSO

estadão.com.br

## Caderno2

**Ode aos mineiros**  
Sucessos do Skank ganham releituras por 34 artistas



QUALTER NAVES/ESTADÃO

## Divirta-se

• **Rindo alto**  
Festival com mais de 470 shows de humor começa hoje



**Ben Ludmer.**  
Mágico está no evento

# Fachin dá cinco dias para Janot apresentar denúncia contra Temer

Plenário do Supremo forma maioria pela manutenção da delação do Grupo J&F e para confirmar o ministro Edson Fachin como relator do caso

O ministro Edson Fachin, do STF, enviou à Procuradoria-Geral da República cópia dos autos do inquérito aberto contra o presidente Michel Temer. O procurador Rodrigo Janot terá cinco dias para apresentar a denúncia. Em seu despacho, Fachin também pediu que a Polícia Federal remetesse, "tão logo ultimados", o relatório final sobre o caso e a perícia da gravação da conversa entre Temer e Joesley Batista, do Grupo J&F. Como a PF já enviou relatório

parcial em que aponta que são "incólumes as evidências" da prática de corrupção passiva por parte de Temer e do ex-deputado Rodrigo da Rocha Loures, a PGR deve fatiar a denúncia e enviar primeiro ao STF a parte relacionada a esse crime. O STF formou maioria para manter a validade da delação do Grupo J&F e confirmar Fachin como relator do caso. Dos 11 ministros, sete entenderam que Fachin é competente para homologar o acordo. **POLÍTICA/PÁGS. A4 e A5**

### Análises

#### Vera Magalhães

Maior derrotado é Temer, que contava com divergência no STF e arranhão às decisões de Janot e Fachin. **PÁG. A6**

#### Eloísa Machado de Almeida

Ponto mais relevante impede que acordos tenham mérito revisito, o que dá segurança às negociações. **PÁG. A4**

## EUA vetam importação de carne bovina brasileira

O governo dos EUA anunciou a suspensão de todas as importações de carne bovina in natura do Brasil. O motivo são preocupações em relação à segurança do produto. A suspensão vai vigorar até que o Ministério da Agricultura brasileiro adote medidas que o Departamento de Agricultura dos EUA considere satisfatórias. Desde março, o Serviço de Segurança Alimentar e Inspeção americano inspecionou 100% da carne brasileira e rejeitou 11%. **ECONOMIA/PÁG. B4**

#### Blairo fala em pressão

O ministro Blairo Maggi (Agricultura) lamentou a suspensão de importação da carne brasileira e disse que já trabalha para tentar reverter a decisão. Ele atribuiu o embargo a pressão de pecuaristas norte-americanos. **PÁG. B4**

### Polêmica na Eletrobrás

## 'A SOCIEDADE NÃO PODE PAGAR POR VAGABUNDO'

Em conversa com sindicalistas, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, usa adjetivos como "vagabundos" e "safados" para se referir a parte da chefia da estatal, informa **Fernanda Nunes**. Os sindicatos promoveram ontem greve de 24 horas em retaliação. Ferreira Júnior divulgou vídeo interno com pedido de desculpas pela "veemência" com que se referiu ao que considera "privilegiados". **ECONOMIA/PÁG. B1**

“São 40% da Eletrobrás. 40% de cara que é inútil. A sociedade não pode pagar por vagabundo no serviço público.” **WILSON FERREIRA JÚNIOR**  
PRESIDENTE DA ELETROBRÁS



### Olho na telinha

Aplicativo traça cinco tours temáticos no Porto Maravilha, no Rio. Quem usa 'captura' histórias que vão da chegada da família real a fatos recentes sobre corrupção.

**METRÓPOLE/PÁG. A13**

FABIO MOTTA/ESTADÃO

## Plano antiterror de Macron limita direito de culto

Projeto do presidente da França, Emmanuel Macron, contra o terrorismo prevê a possibilidade de fechar temporariamente lugares de culto que promovam o extremismo e dá à polícia maior autonomia para agir sem necessidade de autorização da Justiça. A proposta foi criticada por organizações de direitos humanos. **INTERNACIONAL/PÁG. A9**

### Eliane Cantanhêde

A esquerda articula um partido contra o PT, mas o fundamental é a reforma política. **POLÍTICA/PÁG. A6**

### NOTAS & INFORMAÇÕES

#### O alerta do Banco Central

A insegurança quanto à evolução das reformas e dos ajustes da economia dificulta a queda mais célere da taxa de juros estrutural. **PÁG. A3**

#### De pesos e medidas

Vivêssemos tempos normais, nem Aécio Neves nem Lula poderiam ser impedidos de exercer suas atividades. **PÁG. A3**

## Cuidados paliativos devem ser antecipados, dizem médicos

Diretriz aprovada pela Associação Americana de Oncologia Clínica prevê que os cuidados paliativos, voltados para o conforto e a qualidade de

vida do paciente, comecem em, no máximo, oito semanas após o diagnóstico da doença avançada, e não só na etapa final. **METRÓPOLE/PÁG. A12**

## Acidente no ES deixa 21 mortos

Um acidente envolvendo uma carreta, um ônibus e duas ambulâncias na BR-101, em Guarapari (ES), na manhã de ontem, deixou 21 mortos e 21 feridos. **METRÓPOLE/PÁG. A14**

## Justiça manda demolir clubes em Jurerê

**METRÓPOLE/PÁG. A13**

## Cracolândia muda para a Praça Júlio Prestes

**METRÓPOLE/PÁG. A14**

Tempo em SP **22° Máx. 13° Mín.**



Esta publicação é impressa em papel certificado FSC, garantia de manejo florestal responsável, pelo S.A. O Estado de S. Paulo

0771110-23004

# STF forma maioria para validar delação da JBS

BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem para manter a validade da delação do Grupo J&F e confirmar o ministro Edson Fachin como relator do caso. Seis ministros, além de Fachin, entenderam que ele era competente para homologar o acordo firmado com os irmãos Joesley e Wesley Batista e executivos da holding, que inclui a JBS. Todos os que votaram também confirmaram que cabe ao relator do caso – e não ao plenário – homologar acordos de colaboração.

Já votaram nesse sentido, além do relator, os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. O julgamento, que se estendeu por dois dias, deve ser finalizado na próxima quarta-feira. Restam os votos de Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e da presidente, Cármen Lúcia.

Caso seja confirmado o entendimento indicado até agora, a Corte vai validar o acordo negociado entre a Procuradoria-Geral da República e os irmãos Batista, o que representa uma importante vitória para o Ministério Público e a Lava Jato.

Durante o julgamento, Fachin propôs que o STF fixe de forma clara que cabe à Justiça analisar o acordo de delação em dois momentos. O primeiro é na homologação e o segundo, na hora da sentença após investigação e processo penal que derivar dos relatos feitos pelo delator.

Na homologação, segundo o entendimento da maioria dos ministros e jurisprudência anterior da própria Corte, o relator analisa sozinho a legalidade e se o delator fechou de forma voluntária o acordo. Já no momento da sentença, o Tribunal – de forma colegiada – analisa os termos e a eficácia do acordo. Advogados e procuradores consideram essencial que o Supremo delimite que o papel do juiz é mais contido nessa segunda etapa, para garantir que os benefícios ao delator acertados com o Ministério Público sejam concedidos caso tenha cumprido as obrigações estabelecidas.

A definição sobre a abrangência do segundo momento de atuação da Justiça acirrou os debates. Parte dos ministros defendeu a limitação do papel do juiz para evitar insegurança para os delatores e fazer com que o Estado cumpra o acertado. Por esse entendimento, a negociação com o Ministério Público deve ser cumprida se o delator seguiu todas as obrigações pactuadas e não cabe revisão, pelo juiz, no momento da sentença. Os ministros Fux e Barroso levantaram a discussão.

Para Barroso, “o Estado tem de ser leal e cumprir sua palavra”. Fux afirmou que no momento do julgamento somente a eficácia da colaboração poderá ser analisada. “Isso deve ficar bem claro



Relator. Ministro Edson Fachin durante o segundo dia de julgamento sobre delação da JBS

## JULGAMENTO

Fachin deve continuar relator da delação da JBS?

A FAVOR 7  
CONTRA 0

	Edson Fachin	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Alexandre de Moraes	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Luís Roberto Barroso	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Rosa Weber	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Luiz Fux	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Dias Toffoli	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Ricardo Lewandowski	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Gilmar Mendes*		NÃO VOTOU
	Marco Aurélio*		NÃO VOTOU
	Celso de Mello*		NÃO VOTOU
	Carmem Lúcia*		NÃO VOTOU

\*Ministros que votarão na próxima sessão, quarta-feira

para que no futuro não venha a se arguir a invalidade de delações.”

A discussão fez a temperatura subir na sessão. Barroso indicou que um acordo de delação não seria acordado, ainda que uma gravação ambiental produzida na investigação fosse considerada inválida. Ele não ci-

tou expressamente o caso JBS, em que há um áudio de conversa entre o presidente Michel Temer e Joesley. O Plenário questiona a validade da gravação, sob perícia na Polícia Federal.

Gilmar rebateu as afirmações de Barroso. Os dois discutiram e cobraram respeito mú-

tuo em relação a seus votos.

O acordo firmado pela PGR com a JBS foi alvo de críticas, mas, no julgamento, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recebeu manifestações de apoio de parte dos ministros. / BEATRIZ BULLA, RAFAEL

MORAES MOURA e BRENO PIRES

## \* SUPREMO EM PAUTA: Eloísa Machado de Almeida

ESTADÃO FGV DIREITO SP

### Até agora, regras do jogo estão mantidas

O plenário do Supremo julga manter, ou não, as regras para a colaboração premiada. Até o momento, três principais pontos marcaram o debate: a relatoria de Edson Fachin para as ações da Lava Jato e da JBS; a possibilidade de homologações monocráticas; e o alcance do controle judicial sobre o conteúdo das delações.

Com maioria formada, o Tribunal está decidindo que Fachin deve continuar como relator, fortalecendo sua posição na Lava Jato. Além disso, está reafirmando o poder de um ministro homologar sozinho os acordos. Com isso, o Supremo agirá para preservar não apenas a integridade do acordo da JBS, mas como a de todas as demais delações já homologadas.

Porém, o ponto mais relevante deliberado pela maioria dos ministros impede que os acordos tenham mérito, razoabilidade ou conveniência revistos judicialmente, dando estabilidade e segurança às negociações de colaborações. A eficácia do acordo pode – e deve – ser verificada. Mas isso se dará somente ao final do processo e, aí sim, por turma ou plenário.

O STF enfrenta o maior ataque à continuidade da Lava Jato. Isoladamente, cada um desses pontos se mostra essencial para a preservação das investigações. Juntos, definem não só o futuro da Lava Jato, mas também de todos os grandes casos de organização criminosa no País.

\* PROFESSORA E COORDENADORA DO SUPREMO EM PAUTA FGV DIREITO SP

# Fachin dá a Janot prazo de 5 dias para denúncia

Ministro envia cópia do inquérito com relatório parcial da PF contra Temer; procurador-geral avalia fatiar autos e apresentar duas acusações

BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ontem à Procuradoria-Geral da República (PGR) cópia dos autos do inquérito aberto contra presi-

dente Michel Temer. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, terá cinco dias, ou seja, até a próxima terça-feira, dia 27, para apresentar a denúncia contra o peemedebista, que deverá ser fatiada em duas.

Em seu despacho, Fachin também pediu que a Polícia Federal remeta, “tão logo ultimados”, o relatório final sobre o caso e a perícia feita da gravação da conversa entre Temer e o empresário Joesley Batista, do Grupo J&F. A PF havia solicitado um

prazo extra de cinco dias para concluir as investigações.

Como a PF já enviou um relatório parcial em que aponta que são “incólumes as evidências” da prática de corrupção passiva por parte do presidente e de seu ex-assessor especial e ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), a PGR deve fatiar a denúncia e enviar primeiro ao STF a parte relacionada a esse crime.

**Interlocutor.** Loures foi gravado, em uma ação controlada, recebendo uma mala com R\$ 500 mil em uma pizzaria em São Paulo. Ele devolveu o valor e atualmente está preso em Brasília. Para a PF, não há dúvida de que Temer indicou o ex-assis-

sor como interlocutor a Joesley na conversa que tiveram no Palácio do Jaburu, no dia 7 de março deste ano.

Além de corrupção passiva, o inquérito contra o presidente também apura se Temer cometeu o crime de obstrução de Justiça. Segundo a PGR, no encontro com o presidente, o empresário, um dos donos do Frigorífico JBS, afirmou que estava fazendo pagamentos periódicos ao deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e ao operador Lúcio Bolonha Funaro, como forma de mantê-los em silêncio, ou seja, para evitar eventual celebração de acordos de colaboração premiada.

Há também um momento em que Joesley afirma que estava

corrompendo magistrados e membros do Ministério Público para obter informações de investigações contra a empresa.

**Processo.** Se houver a apresentação de denúncia, o caso terá de ser analisado pela Câmara dos Deputados. O processo só terá seguimento no Supremo se for aprovado por 342 dos 513 parlamentares da Casa. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já afirmou que está disposto a suspender o recesso de julho para analisar a denúncia. A expectativa hoje é de que Temer teria força para barrar o processo no Legislativo. / **ISADORA PERON, BEATRIZ BULLA, BRENO PIRES e RAFAEL MORAES MOURA**

## Ministro autoriza 9º inquérito para investigar Aécio no Supremo

O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Melo autorizou ontem, a pedido da Procuradoria-Geral da Repúbli-

ca, a abertura do nono inquérito contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). É o segundo com base na investiga-

ção iniciada após a delação do Grupo J&F. O caso apura supostos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Em nota, a defesa de Aécio disse que “trata-se de dinheiro de origem lícita” e “não houve crime”.

Marco Aurélio também desmembrou o inquérito em que Aécio

já está denunciado, para que seja enviada à primeira instância a acusação contra outros três envolvidos no caso, Andréa Neves, irmã do tucano, Frederico Pacheco, primo de Aécio, e o ex-assessor Mendherson Lima. Ontem, os três deixaram a cadeia e foram para prisão domiciliar.

## Loures usou avião da FAB ao receber mala

Fabio Serapião / BRASÍLIA  
Fausto Macedo  
Julia Affonso

O ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) viajou “de carona” com o ministro Gilberto Kassab em um jatinho da Força Aérea Brasileira (FAB), de Brasília para São Paulo, para pegar a mala com R\$ 500 mil em espécie – o dinheiro seria propina paga pela JBS. A viagem ocorreu no dia 27 de abril. No dia seguinte, Loures, ex-assessor do presidente Michel Temer, foi filmado pela Polícia Federal carregando a mala contendo 10 mil notas de R\$ 50.

As informações constam de relatório da PF na Operação Patmos, desdobramento da Lava Jato que mira no ex-deputado e no presidente da República.

Segundo registros da FAB, Kassab (PSD), titular do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foi o requisitante da aeronave usada por Loures. Outras cinco pessoas teriam embarcado com o ministro e o ex-deputado, mas a identidade desses passageiros não aparece no documento.

“O voo partiu da capital federal às 19 horas do dia 27. A aeronave pousou no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, às 20h55. Loures estava sob monitoramento da PF. Os agentes o filmaram em diversos deslocamentos pela capital paulista. Em um deles, o ex-assessor de Temer aparece na Rua Pamplona, nos Jardins, carregando a mala com R\$ 500 mil.

**Passagem.** O monitoramento da PF registrou Loures, ainda no dia 27, preocupado em não perder a viagem. Mesmo com a possibilidade de usar o jato da FAB, o ex-deputado solicitou a “Alessandra”, apontada pelos investigadores como sua assessora na Câmara, que providenciasse a compra – com dinheiro público – de uma passagem comercial para São Paulo.

“Entende-se uma preocupação em embarcar em tal dia, inclusive existe a menção a um jantar às 20 horas em São Paulo”, diz o relatório da PF. “No mesmo diálogo, Rocha Loures menciona manter o voo com Kassab.” O ex-deputado ainda pediu a “Alessandra” que providenciasse a “volta no outro dia, ou seja, após o encontro com Ricardo Saud”, registra a PF.

Segundo o relatório, a comprovação de que Loures usou o jato da FAB foi uma interceptação telefônica daquele dia 27. “Às 18h43, Rocha Loures demonstra que embarcou em um voo da FAB com ministros. Na mesma conversa, afirma ter conversado com o presidente Michel Temer”, afirma a PF.

A assessoria de Kassab disse que “é prática comum que parlamentares usem aeronaves da FAB para deslocamento, quando disponíveis, não havendo qualquer impedimento legal”.

# Novo PGR apoia investigar presidente

Os 8 candidatos à sucessão de Janot dizem ao 'Estado' defender inquérito quando houver indícios de crimes praticados durante o mandato

Fabio Serapião / BRASÍLIA

**Embora tenham opiniões divergentes sobre vários temas internos do Ministério Público Federal, oito candidatos à sucessão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, concordam que, havendo indícios de crimes praticados pelo presidente da República no exercício do mandato, como os citados pelo empresário Joesley Batista, do Grupo J&F, sobre Michel Temer, é necessária a abertura de uma investigação.**

Os subprocuradores Raquel Dodge, Nicolao Dino, Eitel Santiago, Mário Bonsaglia, Ela Wiecko, Carlos Frederico, Sandra Cureau e Franklin Costa participaram ontem do sexto e último debate entre os candidatos organizado pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O tema não foi abordado no debate, mas todos foram questionados pelo **Estado** sobre a possibilidade de investigação do presidente da República por crimes praticados antes e durante o mandato.

Os oito candidatos afirmaram que, em caso de provas ou indícios entregues em uma colaboração premiada sobre crimes praticados no mandato, é dever do procurador-geral da República instaurar uma investigação. No entanto, eles não quiseram falar sobre o caso concreto envolvendo a atual investigação sobre o presidente Michel Temer pelos crimes de obstrução da Justiça, organização criminosa e corrupção passiva.

Apontada como favorita na

disputa, Raquel Dodge afirmou que a abertura de investigação diante de indícios de crime é “obrigação do titular da ação penal” que deve solicitar a avaliação da necessidade da investigação do Supremo Tribunal Federal. Raquel chegou a debater o tema, mas com foco em investigações de crimes anteriores ao mandato, com Sandra Cureau.

Enquanto Sandra se posicionou contra a investigação de crimes praticados antes do mandato, Raquel considerou que nesses casos também é possível realizar a investigação, mas sem apresentar a denúncia. “Me refiro à possibilidade com os argumentos de que ninguém está acima da lei e, também, para preservar os vestígios e as provas. Mas isso deve ser feito com cautela para não manchar o mandato do presidente da República”, afirmou Raquel.

Com esse posicionamento, se eleita, Raquel seria a favor de que Temer fosse investigado pelos crimes pelos quais foi acusado na delação da Odebrecht e também pelos outros supostos delitos citados no acordo de colaboração dos executivos da JBS. Na Odebrecht, Temer foi acusado de pedir US\$ 40 milhões em propina por um contrato da área internacional. Na JBS, além dos crimes investigados por Janot, Temer aparece apontado como destinatário de repasses irregulares para suas campanhas eleitorais. O presidente nega irregularidades.

**'Exagero'.** Crítico da gestão de Janot, o subprocurador Eitel Santiago defendeu a investiga-



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

**Substituição.** Mandato de Rodrigo Janot na PGR termina em setembro

ção em caso de indícios de crimes praticados no mandato, mas apontou a necessidade de se evitar uma apuração “escandalosa”. “Há um certo exagero na divulgação antecipada, isso é prejudicial ao País”, disse.

Assim como nos outros encontros, o último debate oficial

da ANPR não entrou em temas polêmicos como os acordos de colaboração assinados por Janot e a imunidade concedida ao empresário Joesley Batista.

**Lista.** Para procuradores ouvidos pela reportagem, quatro dos oito concorrentes estão mais próximos de uma vaga na lista tríplice que será encaminhada ao presidente da República. Além de Raquel, vista como favorita, estariam no páreo os candidatos Mário Bonsaglia, Ela Wiecko e Nicolao Dino. A eleição será realizada na próxima terça-feira.

## ● Temas

Os candidatos falaram na sede da PGR, em Brasília, sobre temas internos da instituição, como a vedação da atividade político-partidária de integrantes do MP.



## NA WEB

### Entrevistas.

O que pensam os candidatos

[estadao.com.br/e/entrevistaspgr](http://estadao.com.br/e/entrevistaspgr)

\* **ANÁLISE:** Vera Magalhães

## STF fortalece delação e o Ministério Público

**A** maioria configurada no Supremo a favor da manutenção de Edson Fachin como relator do inquérito que investiga o presidente Michel Temer e do entendimento de que cabe ao juiz, de forma monocrática, homologar delações premiadas, fortalece o instituto num momento crucial da Lava Jato. Havia o temor de que o julgamento enfraquecesse o uso de delações e o papel do Ministério Público para negociar, sem interferência do Judiciário, os acordos. Mas os ministros entenderam que rever os critérios traria insegurança jurídica e configuraria “deslealdade” do Estado com os delatores.

Gilmar Mendes, que na semana passada arrastou todas as fichas ao dar a linha do julgamento do processo de cassação da chapa Dilma-Temer na Justiça Eleitoral, desta vez ficou isolado, e não escondeu a contrariedade. Seu voto ficou para a próxima semana, e não será surpresa se, a despeito das pesadas críticas que fez às delações, aos procuradores e aos benefícios à JBS, votar com a maioria. Afinal, não seria diplomático votar sozinho para destituir um colega de uma relação. Assim, sai fortalecido o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O maior derrotado é Temer. Ele esperava uma divergência no STF e em um arranhão às decisões da dupla Janot e Fachin. Legitimados, ambos devem tocar adiante a denúncia contra ele. Também devem ter sentido calafrios os que esperavam desencorajar novos delatores, principalmente o ex-ministro Antonio Palocci.







DISPUTA

● O que os candidatos disseram sobre a investigação de presidente da República no exercício do mandato



“A lei deve ser aplicada, independentemente da pessoa do possível investigado, salvo óbice constitucional.”

**Carlos Frederico**  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



“Abriria a investigação, cumpriria meu dever, só não faria isso de forma escandalosa.”

**Eitel Santiago**  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



“Nesse ponto não tenho dúvidas. Se há elementos, não pode deixar de abrir a investigação.”

**Ela Wiecko**  
SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA



“O PGR está no seu papel de fazer investigação. Eu faria investigação e denunciaria a depender dos elementos colhidos.”

**Franklin Costa**  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



“Havendo indícios, deve ser feita toda a apuração, para qualquer caso e qualquer pessoa.”

**Mario Bonsaglia**  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



“Em caso de crime praticado no mandato, o PGR tem obrigação de instaurar uma apuração.”

**Nicolao Dino**  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



“Sim, claro, essa é a obrigação do titular da ação penal. Isso tem que ser solicitado ao STF, que avalia o conteúdo.”

**Raquel Dodge**  
SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA



“Se são atos praticados no exercício da função e estão embasados em provas ou indícios, tem que ser investigado.”

**Sandra Cureau**  
SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

FOTOS ANDRE DUSEK/ESTADÃO

## Dilma diz não saber de 'solicitações indevidas' de Lula

● Em depoimento à Justiça Federal, a presidente cassada Dilma Rousseff afirmou ontem que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva “jamais interferiu no seu governo” nem em suas atribui-

ções como ministra-chefe da Casa Civil. Dilma disse ainda que “não tem conhecimento” de que o antecessor tenha solicitado vantagens indevidas.

Por videoconferência, Dilma foi ouvida como testemunha na ação que investiga supostas negociações irregulares que levaram à compra de 36 caças suecos do modelo Gripen pelo governo brasileiro e à prorrogação de

incentivos fiscais destinados a montadoras de veículos por meio da Medida Provisória 627.

Na audiência, com o juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, Dilma afirmou que Lula teria dito que ele não decidiria sobre a compra dos caças em seu governo e que ficaria para o mandato dela. O caso é investigado na Operação Zelotes.

/ JULIA LINDNER

# Temer admite 'crise política evidente' no País

Presidente afirma que vai recorrer de decisão de juiz que rejeitou queixa-crime contra Joesley

Jamil Chade

ENVIADO ESPECIAL / OSLO

**Horas depois de chegar à capital norueguesa e falar que o Brasil está "deixando para trás uma severa crise econômica", o presidente Michel Temer reconheceu que o País enfrenta uma turbulência política. "Reconheço que há uma crise política evidente", disse o presidente.**

Em um encontro com 17 empresários noruegueses, Temer adotou um discurso mais otimista. "É interessante, a crise política não está invalidando a economia", disse, sem citar os escândalos de corrupção e a incerteza política no País.

Maistarde, ao reconhecer a crise política, ele disse que vai entrar com um recurso contra a decisão do juiz Marcos Vinícius Reis, da 12.<sup>a</sup> Vara Federal de Brasília, de rejeitar a queixa-crime contra o empresário Joesley Batista, por difamação, calúnia e injúria. "Vai haver recurso", afirmou.

Temer criticou o argumento da liberdade de expressão apresentado pelo juiz. "Eu poderia dizer as maiores barbaridades das pessoas da família de alguém e dizer que é liberdade de expressão e que não se pode fazer nada", comparou. "Estou tomando as providências mais variadas para defender os aspectos, primeiro institucionais da Presidência, mas também morais."

Essa foi uma das duas ações movidas pelo presidente contra o dono do Grupo J&F, depois de Joesley afirmar que Temer era o "chefe da organização criminoso" em entrevista à revista *Época*. A outra ação é por danos morais.

Em São Paulo, o criminalista Antônio Claudio Mariz de Oliveira, advogado de Temer no processo que envolve as delações da JBS, afirmou que a defesa vai questionar a decisão do Supremo Tribunal Federal se o julgamento que foi interrompido ontem terminar com a manutenção da validade das delações. "Não tenha dúvida de que vamos questionar essa decisão", disse Mariz, ao chegar para um debate na Casa do Saber.

**Família real.** Sobre a parada de sua comitiva na Noruega, Temer destacou que a reunião de

poderia me atender em meia hora e fez questão de me dar um almoço. Já soube que ele está chamando o príncipe", afirmou o presidente.

Ao **Estado**, empresários afirmaram estar "preocupados" com a crise política. "O impacto é real e, em alguns setores, vemos paralisação de atividades", disse Egil Haugsdal, presidente da Kongsberg.

Não longe dali, manifestantes brasileiros e noruegueses pediam a saída de Temer. Entre cartazes e discursos, um caixão era mostrado com uma faixa presidencial. O presidente deve ser recebido hoje, antes da reunião com a primeira-ministra, com novos protestos. Dessa vez, os manifestantes serão ativistas ambientais e líderes indígenas. /

COLABOROU DANIEL WETERMAN

ontem ocorreu "com o PIB da Noruega", em uma referência ao peso das empresas que estavam presentes. Hoje, ele ainda vai encontrar a primeira-ministra do país e a família real. "O rei



Viagem. O presidente Michel Temer participa da cerimônia oficial de partida da Rússia

## CNBB critica reformas do governo federal

BRASÍLIA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criticou ontem, mais uma vez, as reformas do governo. "Tais mudanças apontam para o caminho da exclusão social e do desrespeito aos direitos conquistados com muita luta por trabalhadores e trabalhadoras", disse, por meio de nota.

O órgão reforçou também o apoio às mobilizações. "A saída da crise não passa só pelo Congresso ou pelo governo, ela passa pelas ruas", afirmou a entidade. O texto é assinado pelo cardeal d. Sergio da Rocha, presidente da CNBB, d. Murilo Krieger, vice-presidente, e d. Leonardo Steiner, secretário-geral. A CPI da Funai, comandada pela bancada ruralista, também foi alvo de críticas da CNBB. O relatório final da comissão foi divulgado no dia 17 de maio, com o indiciamento de cem pessoas. "Se percebe facilmente que falta maior atenção, maior investimento nessas políticas públicas (*indígenas*)."

/ ANDRÉ BORGES

# Pezão afirma que pode não concluir mandato

Declaração do governador do Rio foi feita em reunião com grupo de servidores; Picciani eleva críticas e fala em impeachment

**Vinicius Neder**  
**Lucas Gayoso**

ESPECIAL PARA O ESTADO / RIO

No mesmo dia em que o presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Jorge Picciani (PMDB), elevou o tom das críticas contra o governador Luiz Fernando Pezão, seu correligionário, e apontou como caminho para a saída da crise a intervenção federal ou o impeachment, o próprio governador admitiu que pode não concluir seu mandato.

Pezão esteve reunido ontem com servidores do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) para tratar do pagamento de salários atrasados. Diante das cobranças, afirmou que as demandas só poderão ser atendidas caso haja a assinatura do Programa de Recuperação Fiscal com o governo federal. Em diferentes momentos, o governador disse não ter certeza de que cumpriria o seu mandato. “Nem eu sei

Rio de Janeiro não pode ser tratado assim”, afirmou.

**Impasse.** As negociações entre o governo fluminense e a União em torno da homologação do Programa de Recuperação Fiscal estão travadas em um impasse em torno da exigência de que Pezão aprove uma lei estadual de controle de gastos. Picciani é

se fico no cargo até 2018”, afirmou o peemedebista, de acordo com um dos líderes do movimento, Ramon Carrera.

O governador já havia afirmado anteriormente que não é “apegado” ao cargo. Porém, a declaração coincide agora com a sinalização de Picciani aos deputados estaduais de que está retirando seu apoio ao colega de partido. A base de Pezão na Assembleia Legislativa é inexistente e as matérias de interesse do governo estadual são votadas de acordo com o encaminhamento do presidente da Casa.

**‘Despreparado’.** Em mensagem enviada ao líder do governo na Assembleia, deputado estadual Edson Albertassi (PMDB), Picciani usou termos duros contra Pezão. Chegou a se referir ao governador como “despreparado”. “Esse despreparado governador levou o Rio a um nível de descontrole sem precedentes”, escreveu.

No texto, Picciani se colocou contra a criação de um teto de

gastos para os Poderes. Ele chegou a sugerir que estão se aproveitando do fato de ele estar afastado da Assembleia para o tratamento de um câncer para que o projeto avance. Disse ainda que o Rio já cumpriu sua parte ao aprovar medidas que contemplam as exigências da área técnica do governo federal no plano de recuperação.

Em tom de ameaça, o presidente da Assembleia encerrou: “O que vamos votar são as contas da gestão de Luiz Fernando Pezão referentes ao ano de 2016, já rejeitadas por unanimidade em parecer prévio do TCE (*Tribunal de Contas do Estado*). Fora do Plano de Recuperação Fiscal, existem apenas dois caminhos, ambos duros: intervenção federal ou votar o impedimento do presente governo. Devemos e estamos nos esforçando para não chegar a isso.”

Em entrevista à rádio CBN, Picciani se referiu a Pezão como “incompetente”. “O governo federal não está cumprindo a sua parte e falta tudo no governo do Estado. O governador, como é incompetente, como não sabe argumentar, como não tem força política, quem pode ajudar a resolver isso é o deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara, e a bancada federal. O



Facebook.  
Curta a página da  
Política

facebook.com/politicaestadao

contra um teto de gastos. Com a relutância da Assembleia em relação à proposta, Pezão também passou a ser contra, mas o governador tem enfrentado resistência no Tesouro Nacional.

“Se nada disso for suficiente para o governo federal respeitar o Rio de Janeiro, só vai restar o governo Temer ter a coragem de fazer a intervenção aqui, por-

que o Rio não pode ficar nesse descontrole na área da segurança e na área da saúde, ou vamos fazer o impedimento. E, para fazer o impedimento, vamos enfrentar o governo federal”, disse Picciani à CBN.

Pezão não comentou as declarações de Picciani. Albertassi, que participou da reunião com o Muspe, não se manifestou.

# Senadores se declaram independentes

Pelo menos 10 parlamentares deixam a base aliada de Michel Temer na Casa e passam a cobrar uma 'pauta própria' no Congresso Nacional

Isabela Bonfim / BRASÍLIA

**Pelo menos dez senadores de partidos aliados do governo Michel Temer resolveram nesta semana se declarar "independentes". Os parlamentares demonstram desconforto com a crise no Planalto e pedem reação do Congresso por uma pauta própria.**

Parte desses senadores não se identifica com a agenda das reformas trabalhista e da Previdência. Apesar de não configurar um grupo organizado, alguns senadores se reuniram anteontem e combinaram de fazer discursos em plenário para cobrar uma atuação do Congres-

so. Eles também já haviam se reunido em um jantar na casa do senador Elmano Férrer (PMDB-PI).

"Eu tenho muita tranquilidade de aqui falar em relação à independência e, portanto, ao fato de não ter nenhum vínculo ou dependência do governo", afirmou Ana Amélia (PP-RS) em discurso no plenário.

Além de Ana Amélia e Férrer, também fazem parte desse grupo os senadores Cristovam Buarque (PPS-DF), Armando Monteiro (PTB-PE), Roberto Muniz (PP-BA), Acir Gurgacz (PDT-RO), Telmário Mota (PTB-RR), Lasier Martins (PSD-RS), Alvaro Dias (PV-PR)

e Reguffe (sem partido-DF).

"Fica este apelo de todos que falaram hoje (*anteontem*) aqui em plenário ao presidente Eunício Oliveira (PMDB-CE): convoque uma reunião e vamos conversar sobre como sair da crise", disse Cristovam.

Desde a divulgação da delação premiada do empresário Joesley Batista, da JBS, há pouco mais de um mês, o Senado não realiza reunião formal de líderes partidários.

**Enfraquecimento.** Existem também senadores insatisfeitos nos partidos considerados mais fiéis ao presidente, como o líder do DEM, Ronaldo Caiado

(GO), e os tucanos Eduardo Amorim (SE), Ataídes Oliveira (TO) e Ricardo Ferraço (ES).

A dissidência é reforçada por senadores que integram partidos aliados, mas se colocam abertamente como oposição, como os peemedebistas Kátia Abreu (TO), Hélio José (DF) e Eduardo Braga (AM) e Otto Alencar (PSD-BA).

Reunindo esses perfis, os insatisfeitos já somam mais de 18 parlamentares. Na terça-feira, Amorim e Hélio José votaram contra a reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ajudando a impor uma derrota a Temer na Casa. /

**COLABOROU CARLA ARAÚJO**

---

## PSB pede renúncia do presidente em programa na TV

● Em programa partidário que foi ao ar na noite de ontem, o PSB pediu a renúncia do presidente Michel Temer. "Defendemos a renúncia do presidente Michel Temer, que perdeu as condições éticas para liderar o País", disse a apresentadora.

Nos dez minutos de propaganda, o PSB pregou a realização de eleições diretas para presidente

da República "para impedir que interferências do poder econômico continuem valendo mais do que a vontade da população".

Embora a cúpula da legenda tenha rompido com o governo, o deputado licenciado Fernando Coelho Filho (PE), um dos líderes da ala governista do partido, continua à frente do Ministério de Minas e Energia.

A senadora Lídice da Mata (BA) disse que, no que depender do PSB, as propostas do governo de reformas trabalhista e da Previdência não serão aprovadas pelo Congresso. / **DAIENE CARDOSO**

---



Na rua. Concentração de pessoas na Praça Júlio Prestes é menor do que na Princesa Isabel

## Cracolândia tem 'novo' endereço: a Júlio Prestes

Para investigadores, a mudança pode ter sido uma ordem de traficantes; gestão Doria planeja instalar mais contêineres para viciados na região

Felipe Resk  
Marco Antônio Carvalho

Em um mês, a Cracolândia está no terceiro endereço. Desde a megaoperação policial, em 21 maio, os usuários passaram a concentrar-se na Praça Princesa Isabel. O "fluxo"

agora ocupa a Praça Júlio Prestes, 500 metros mais adiante e a uma quadra do coração da "antiga Cracolândia". Para investigadores, a mudança pode ter sido por ordem do tráfico. A gestão João Doria (PSDB) planeja instalar novos contêineres para

atender usuários de droga.

Em área chamada de "Praça do Cachimbo", a "nova" concentração fica no trecho da Alameda Cleveland com a Rua Helvétia. Com uma banquinha no fluxo, uma dupla vende cachaça e cigarro paraguaio. Um tijolo de crack é negociado com usuá-

rios. O tráfico é à luz do dia, mesmo sem barracas. Alguns usuários usam guarda-sóis para se esconder. Outros andam livremente com o cachimbo.

A Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Polícia Militar dizem que a migração foi "espontânea", na noite de anteontem. Segundo GCMs, um homem subiu em um brinquedo da Princesa Isabel e anunciou que todos sairiam. Os usuários recolheram os pertences e a praça foi ocupada por equipes de limpeza da Prefeitura, GCMs e PMs. "Deram um grito para todo mundo sair", diz um usuário, identificado como Silva.

Parte do grupo migrou para outros locais, como a Rua Amaral Gurgel. Mas a maioria seguiu a pé até a "Praça do Cachimbo", sem ser impedida por policiais – ao contrário do que houve em vezes anteriores, em que viaturas bloquearam o acesso ao antigo quadrilátero.

Outros fatores influenciaram. Como a Princesa Isabel está entre avenidas movimentadas, como a Rio Branco e a Duque de Caxias, os usuários ficam mais expostos – o que se agravou com a nova iluminação instalada. Recentemente, a Prefeitura também adotou estratégia de limpar o lugar com água, duas vezes por dia, transformando a praça em "lamaçal". A medida será mantida no novo endereço.

Para investigadores, uma hipótese é de que o fluxo atendeu

à ordem de traficantes para sair, por causa do policiamento ostensivo. Desde a megaoperação, 130 foram presos e 14 menores, apreendidos. A polícia recolheu R\$ 91 mil e 56,7 quilos de drogas.

Secretário da Segurança Pública, Máximo Alves diz que a ordem do crime organizado é "suposição", mas que o tráfico vem sendo "sufocado". "E não vai ter trégua."

**Fluxo.** A concentração na Júlio Prestes é menor do que a da Princesa Isabel. O número de usuários, diz a Prefeitura, já estava caindo por causa da internação de usuários – 427 até segunda-feira.

Apesar de estarem perto da "antiga Cracolândia", os usuários não ocupam a Alameda Dino Bueno. No cruzamento com a Helvétia, viaturas montam guarda. "O que posso garantir é que a área do antigo 'fluxo' não vai ser ocupada", diz Alves. Na Cleveland, a Prefeitura deve inaugurar mais 200 vagas em contêineres para usuários. Outras 160 serão abertas na Rua General Rondon.



**NA WEB**  
Portal. Veja fotos do novo 'fluxo' de usuários de droga

[estado.com.br/e/novacraco](http://estado.com.br/e/novacraco)

## Câmara aprova anistia para dívida de igrejas

Os vereadores paulistanos aprovaram ontem uma ampla anistia de dívidas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de multas às igrejas da capital. Por pressão da bancada cristã na Câmara, a gestão do prefeito João Doria (PSDB) cedeu e incluiu a medida de última hora no projeto de lei que cria o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), que dá desconto entre 60% e 85% do valor dos juros e das multas aos contribuintes que optarem por quitar os débitos com a Prefeitura à vista ou a prazo.

Com votos até da oposição, o projeto foi aprovado por 46 votos a favor e 1 contra e segue para a sanção do prefeito. O texto estabelece anistia para dívidas de IPTU acumuladas até R\$ 120 mil, assumidas até 31 de dezembro de 2016, e dá teto de R\$ 120 mil para débitos não-tributários, no caso de autuações aplicadas pelo Programa de Silêncio Urbano (PSIU). Aliado de Doria, o presidente da Câmara, Milton Leite (DEM), disse que o governo não cedeu na questão da anistia. "Não é uma medida para os grandes templos, que estão todos regulares. É para aquelas igrejazinhas de bairro", disse. /FABIO LEITE

# Presidente da Eletrobrás diz que grupo tem 40% de chefes 'vagabundos'

Fernanda Nunes / RIO

Em meio a discussões com sindicatos para implantar um plano de corte de metade dos funcionários, a divulgação de uma conversa do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, com sindicalistas gerou mal-estar na empresa, a ponto de o executivo se ver obrigado a gravar uma fala na televisão interna pedindo desculpa pela "veemência" com que se referiu ao que considera "privilégios" na estatal. Por conta dos adjetivos "vagabundos" e "safados" usados pelo presidente para tratar de chefias da Eletrobrás, os sindicatos promoveram ontem uma greve de 24 horas.

"São 40% da Eletrobrás. 40% de cara que é inútil, não serve para nada, ganhando uma gratificação, um telefone, uma vaga de garagem, uma secretária. Vocês me perdoem. A sociedade não pode pagar por vagabundo, em particular, no serviço público", traz um dos áudios, gravado durante uma reunião com sindicalistas, em 1.º de junho.

Em outro trecho da conversa, o presidente diz que há na estatal muito mais gerente do que deveria. "Temos um monte de safado, lamentavelmente, que ganha lá 30, 40 pau (mil reais). Tá lá em cima, sentadinho."

Em resposta ao *Estadão/Broadcast*, a Eletrobrás afirma que Ferreira Júnior "reconhece que usou algumas expressões rudes", por isso, fez questão de gravar o vídeo com pedido de desculpas aos funcionários, nesta semana. A Eletrobrás diz ainda que os áudios foram tirados do contexto e que "o presidente estava apresen-

**Corte.** Plano de Ferreira Júnior é reduzir número de funcionários



MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO - 17/11/2017

tando aos sindicatos a reestruturação da companhia".

A estatal do setor elétrico quer reduzir o seu quadro de empregados de cerca de 23 mil para 12 mil, com a venda das distribuidoras (6 mil deixariam o grupo) e com planos de incentivo ao desligamento (5 mil). Além disso, desde o ano passado, foi extinto um nível hierárquico e reduzido em mais da metade o número de cargos comissionados, como gerentes, assistentes e assessores. A redução das chefias aconteceu na controladora, mas, a ideia é, neste

ano, estendê-la às subsidiárias.

Durante a conversa com os sindicalistas, Ferreira Júnior tentou convencê-los de que as reivindicações apresentadas por eles favoreceriam funcionários que vivem em situação de privação. Os sindicalistas respon-

dem então que as chefias privilegiadas "têm padrinhos" e que as mudanças trabalhistas que estão sendo implementadas "pegam" para os demais, ao que o presidente emendou: "Não, não vai pegar".

"Repudiamos as declarações do presidente, que, desde que entrou, diz que os empregados são ineficientes. O setor elétrico funciona bem graças ao seu corpo técnico. Os trabalhadores estão sofrendo assédio", afirmou o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel), Emanuel Torres.

Em nota, a Eletrobrás informou que os "sindicalistas ameaçaram entrar na Justiça contra as privatizações e se mostraram contrários ao plano de desligamento voluntário para o CSC (Centro de Serviços Compartilhados, tecnologia que permitirá sinergia no grupo)".

A empresa afirma ainda que "o presidente elencou diversas situações inaceitáveis dentro de uma empresa do porte da Eletrobrás, como falta de comprometimento de alguns gerentes, descaso com as metas da companhia e, até mesmo, fraudes en-

“

São 40% da Eletrobrás. 40% de cara que é inútil, não serve para nada, ganhando uma gratificação, um telefone, uma vaga de garagem, uma secretária. Vocês me perdoem. A sociedade não pode pagar por vagabundo, em particular, no serviço público.”

“

Nós temos muito mais gerente do que devia (sic) e temos um monte de safado (sic), lamentavelmente, que ganha lá 30, 40 pau. Tá lá em cima, sentadinho. O caara nem aí com a situação sua, tá querendo que você (sindicalista) venha aqui e me arrume um jeito de arranjar um PAE (plano de aposentadoria especial) pra ele, para que ele ganhe uma fortuna, que ele sabe que está fora. E tem muito”.

volvendo o sistema de catracas, que registram o ponto. Por isso, com o intuito de alertar aos sindicatos para que eles se manifestem contra esse tipo de comportamento indevido, o presidente usou de maior veemência".

Com a paralisação de ontem, os funcionários reivindicaram também o pagamento da participação no lucro de R\$ 3,4 bilhões de 2016, previsto no acordo coletivo. Segundo a empresa, "a companhia pode realizar o pagamento até 31 de dezembro e está negociando o calendário de pagamento".



**NA WEB**  
Áudio. Ouça as gravações das conversas

[estadao.com.br/destemporo](http://estadao.com.br/destemporo)

## Governo desiste de hidrelétricas no Rio Negro

Autorizações para estudos de viabilidade de barragens em região preservada da Amazônia foram canceladas

André Borges / BRASÍLIA

O plano de erguer usinas hidrelétricas no Alto Rio Negro, em uma das regiões mais remotas e preservadas da Amazônia, foi adiado pelo governo. No início deste mês, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo planejamento do setor elétrico, pediu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que cancele autorizações para novos estudos sobre a viabilidade de erguer barragens ao longo do Rio Negro, afluente do Rio Amazonas.

Por trás da decisão está a grande complexidade do licenciamento ambiental – pelo menos 50% de toda a região banha-

da pelo Rio Negro é formada por florestas protegidas e terras indígenas.

Levantamentos já realizados pela Eletrobrás indicam potencial de geração de mais de 4,1 mil megawatts de energia na região, mas a EPE decidiu dar um passo atrás nos estudos, antes de propor qualquer novo empreendimento.

Em vez de renovar seu registro para a elaboração dos "estudos de inventário hidrelétrico da bacia do Rio Negro" e seguir adiante com a expectativa de licenciar hidrelétricas, o órgão, ligado ao Ministério de Minas e Energia, optou por fazer um "pré-inventário" da bacia.

"A nossa previsão é de que o pré-inventário esteja concluído até o final do primeiro semestre de 2019", declarou a EPE, por meio de nota. "Em um momento oportuno, a EPE poderá solicitar um novo registro para iniciar a elaboração dos Estudos de Inventário Hidrelétrico abrangendo as áreas selecionadas nos estudos."

Os estudos da Eletrobrás davam conta de que haveria potencial de instalação de barragens abaixo do município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Os dados cartográficos também apontam potencial para hidrelétricas na região da chamada Cabeça do Cachorro, na fronteira da Amazô-



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL - 24/11/2016

**Discussões.** Projeto de usina no Rio Negro criou polêmica

nia brasileira com a Colômbia.

Questionada sobre o assunto, a EPE declarou que, até o momento, o único levantamento realizado na bacia do Rio Negro foi o diagnóstico socioambiental, "que revelou a existência de alta complexidade biológica e socioambiental, além de diversos conflitos na bacia". Além disso, a EPE fez estudos cartográficos na região. O pré-inventário não incluirá levantamentos de campo, mas imagens de satélite.

"Como as fases do estudo que envolvem a identificação de locais barráveis e os estudos de alternativas de divisão de queda, que apontam o potencial de instalação de barragens no Rio Negro e nos seus principais afluentes, não foram iniciados, ainda não é possível afirmar os locais dos aproveitamentos", informou a instituição.

**Dificuldades.** A ideia de erguer barragens no Rio Negro,

que não tem nenhuma usina, vem dos anos 1990, mas desde 2011 passou a ser analisada pela EPE, que encontrou sucessivas dificuldades para realizar seus estudos de campo em terras indígenas.

O Rio Negro tem extensão aproximada de 1.260 quilômetros dentro do território nacional. Em sua totalidade, drena uma área de cerca de 280 mil quilômetros quadrados e ocupa 20% do território estadual do Amazonas.

O setor elétrico coleciona polêmicas históricas na construção de barragens na Amazônia, por causa das extensas áreas planas da região, o que não favorece quedas d'água.

A hidrelétrica de Balbina, construída nos anos 1980 pelo governo militar, inundou 2.360 quilômetros quadrados de mata nativa do Estado do Amazonas, uma área equivalente à das cidades de São Paulo e Campinas juntas, para gerar apenas 250 megawatts (MW), energia suficiente para atender apenas 370 mil pessoas.

Sua área alagada é equivalente a mais de cinco vezes a área total do reservatório de Belo Monte (516 quilômetros quadrados), que tem potência de 11.233 MW.

A hidrelétrica de Samuel, construída pelos militares em Rondônia, também está entre os maiores escândalos do setor. Foi necessário inundar 656 quilômetros quadrados de mata para gerar ínfimos 216 MW.

## Geradoras estão mais preparadas para a seca

● As geradoras de energia estão mais bem preparadas para enfrentar os efeitos da seca neste ano que nos anos anteriores, avalia a agência de classificação de risco Moody's. Ainda que o período seco traga dificuldades para as companhias, elas estão em situação melhor do que nos anos de 2014 e 2015 devido a mudanças regulatórias.

Mudanças promovidas pelo governo e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) permitiram às empresas compartilhar o risco hidrológico com os consumidores, em troca do pagamento de um seguro, disse a agência. Com esse mecanismo, as geradoras que atendem as distribuidoras estão protegidas caso o risco hidrológico supere 11%. Nesse cenário, a diferença é paga por meio do sistema de bandeiras tarifárias, que inclui um valor para cobrir essas situações.

"Embora uma potencial seca não deixa de ser negativa para as empresas de geração hidrelétrica brasileira, o impacto provavelmente será menor que o registrado em 2014 e 2015", afirmou Bernardo Costa, vice-presidente e analista sênior da Moody's. / ANNE WARTH

# Petrobrás quer abrir capital da BR Distribuidora

Presidente da estatal disse que processo está na fase de estudos; reunião do conselho para deliberar sobre o tema será em julho

**Karin Sato**

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, informou ontem que a empresa propôs ao conselho de administração a abertura de capital da Petrobrás Distribuidora. “Estamos aprofundando a opção de abertura de capital da Petrobrás Distribuidora”, disse. Segundo ele, a reunião do conselho para deliberar sobre o tema será no início de julho.

“À luz do momento de mercado, concluímos que há condições favoráveis, com múltiplos atrantes. Observamos histórico recente de IPOs (sigla em inglês para oferta inicial de ações) e decidimos realizar estudos”, afirmou, durante o encerramento do 19.º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri) e pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Parente disse que o processo ainda está na fase de estudos, por isso não há discussão neste momento sobre abrir ou não mão do controle da BR Distribuidora. A informação sobre uma possível oferta inicial de

ações da BR foi adiantada em maio pelo *Estadão/Broadcast*.

O presidente da Petrobrás explicou ainda que avalia uma solução sobre o saldo devedor da Eletrobrás com a BR antes do possível IPO. A estatal do setor elétrico mantém uma dívida bilionária pela compra de combustíveis para térmicas da Região Norte do País.

**Governança.** Ainda ontem, no evento, em São Paulo, Parente falou que considera de absoluta relevância a necessidade de se ter uma estrutura de governança corporativa. “Hoje em dia, qualquer empresa, especialmente de capital aberto, com acionistas minoritários, deve dar atenção permanente e respeitar os minoritários.”

O executivo aproveitou a ocasião para lembrar que, hoje, nenhum diretor pode mais tomar decisões isoladas. Lembrou também que a Petrobrás foi a primeira empresa a buscar adesão ao programa de destaque em governança de estatais da

B3 (bolsa de valores). “Estamos orgulhosos por termos sido a primeira. A B3 está avaliando a emissão do certificado”, disse.

A respeito do tema governança, Parente disse que “não há a menor condição de dizer” se em algum dia a Petrobrás chegará a ter apenas uma classe de ações. “O que buscamos neste momento são as condições para nos adequar ao nível 2 de governança”, relatou.

Questionado por um participante do evento sobre eventual privatização da empresa, o executivo disse que não é uma possibilidade que atende aos interesses da companhia neste momento. Segundo ele, trata-se de um tema passional, com pessoas favoráveis de um lado e outras que defendem outro ponto de vista.

Além disso, ele relatou que não é o fato de a empresa ser estatal que significa que vai dar tudo errado nem de ser privada que vai dar certo. “Temos exemplos de empresas privadas que deram errado”, disse.

Sobre política de preços, Parente disse que está sendo “considerada seriamente” a possibilidade de aumentar a frequência de mudanças, acrescentando que a política é essencial para parcerias na área de refino.



Facebook.  
Curta a página da  
Economia

facebook.com/economiaestadao

# EUA suspendem compra de carne in natura do País

Decisão foi anunciada ontem por ‘preocupações recorrentes’ com a segurança do produto destinado ao mercado americano

**Cláudia Trevisan**

CORRESPONDENTE / WASHINGTON

**O secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Sonny Perdue, anunciou ontem a suspensão de todas as importações de carne bovina in natura do Brasil, por causa de “preocupações recorrentes” com a segurança do produto destinado ao mercado americano. A medida continuará em vigor até que o Ministério da Agricultura do Brasil adote ações “corretivas” para atender as exigências do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).**

A decisão é um revés significativo para os exportadores de carne brasileiros, que haviam conseguido abrir o mercado americano para seus produtos em junho de 2015. O primeiro embarque, no entanto, ocorreu apenas em setembro do ano passado. O volume de exportação ainda não é relevante – representa apenas 5% da carne in natura que o Brasil vende para o exterior. Mas o mercado americano, por ser um dos mais exigentes,

serve de referência para que outros países decidam comprar a carne brasileira.

Entre janeiro e maio deste ano, os frigoríficos brasileiros embarcaram para o mercado americano 4,68 mil toneladas de carne in natura, ou US\$ 18,9 milhões. Já a China, o principal importador, adquiriu no período 52,88 mil toneladas de carne bovina in natura, ou US\$ 219,7 milhões, conforme a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

Quando o escândalo da operação Carne Fraca estourou, os EUA mantiveram as importações do Brasil, enquanto outros países as suspenderam. De acordo com nota do Departamento

● **Habilitados**

**31**

**frigoríficos estavam habilitados a exportar carne para os Estados Unidos, até o início da semana, quando o Ministério da Agricultura suspendeu as exportações de cinco unidades**

.....

são anunciada hoje pelo USDA se sobrepõe à do governo brasileiro. Até a suspensão dos cinco frigoríficos, o Brasil tinha 31 unidades habilitadas a exportar para os EUA.

Na última quarta-feira, o senador democrata Jon Tester havia enviado carta ao secretário de Agricultura pedindo a suspensão “imediate” das im-

portações de carne do Brasil. “É cada vez mais claro que esses produtos representam uma ameaça aos consumidores americanos ao mesmo tempo em que prejudicam os rancheiros americanos”, escreveu Tester, que representa o Estado de Montana, uma das principais regiões de criadores independentes de gado.

de Agricultura, desde que a operação foi revelada, em março, as autoridades sanitárias americanas estavam reinspecionando 100% dos carregamentos de carne enviados pelo Brasil. Nesse período, os EUA rejeitaram 11% dos produtos. “Essa cifra é substancialmente superior ao índice de rejeição de 1% de embarques de outros países”, disse o comunicado.

“Assegurar a segurança da oferta de alimentos em nossa nação é uma de nossas missões críticas e é uma que encaramos com grande seriedade”, declarou o secretário de Agricultura, Sonny Perdue. De acordo com a nota, a recusa foi motivada por “preocupações de saúde pública, condições sanitárias e questões de saúde animal”.

Na quarta-feira, o **Estado** revelou que o Ministério da Agricultura do Brasil havia suspenso as exportações de cinco frigoríficos depois de queixas do governo americano. Segundo Abiec, o problema era a reação de alguns animais à vacina contra febre aftosa, que pode provocar abscessos na carne. A deci-

“Em março, um escândalo de corrupção na indústria de produção de carne no Brasil levou várias nações, como China, Arábia Saudita e México, a suspender de maneira temporária as importações de carne do Brasil”, ressaltou o parlamentar. Segundo ele, os EUA optaram por estabelecer um sistema de reinspeção total que onera o contribuinte.



**ELIANE  
CANTANHÊDE**

E-MAIL: ELIANE.CANTANHEDE@ESTADAO.COM  
 TWITTER: @ECANTANHEDE  
 ELIANE CANTANHÊDE ESCREVE ÀS TERÇAS E  
 SEXTAS-FEIRAS E AOS DOMINGOS

## Novos partidos

Enquanto políticos, analistas e meros mortais não temos ideia para onde – e para quem – a monumental crise está nos levando, surge o primeiro movimento claro de reaglutinação de forças, e é à esquerda. As articulações projetam, inclusive, um novo personagem nesse atual cenário vazio, desolador: Guilherme Boulos.

Lula é réu cinco vezes e está às vésperas da primeira sentença do juiz Sérgio Moro, por causa do triplex. O PT vem de duras derrotas e seus principais líderes caíram, um a um, como castelo de cartas. Dil-

ma Rousseff, abraçada à ruralista Kátia Abreu, abafou o MST. Quem entrou no vácuo foi o MTST. A esquerda rural anda em baixa, a esquerda urbana está em alta.

Alguém tem ouvido falar de João Pedro Stedile? Ele mobilizou a militância do MST e, por motivos diferentes, conquistou vitórias e amplos espaços na mídia nos anos FHC e Lula, mas a reforma agrária andou para trás com Dilma e, sabe-se lá por quantos outros motivos, ele foi sumindo, sumindo...

Enquanto isso, Boulos foi ganhando musculatura. É interlocutor assíduo de Lula, tem tropa leal e enche as ruas para

endeusar ou infernizar quem e quando quer. Como Stedile, é inteligente e tem liderança. A diferença é que Stedile parece paralisado num passado que desmoronou e Boulos acena com o futuro. Não necessariamente como candidato, mas certamente como ator político.

Segundo a repórter Cátia Seabra, Boulos participou de reunião, nesta semana, com representantes da esquerda do PT, do PSOL e de movimentos alinhados, para discutir a criação de um partido, capaz de virar a página do

### A esquerda articula um partido contra o PT, mas o fundamental é a reforma política

PT, que virou caso de polícia, recuperar o ideário e a credibilidade da esquerda.

Participaram Tarso Genro, ex-ministro da Justiça de Lula, ex-governador do Rio Grande do Sul e um dos ideólogos do PT, e o senador Lindbergh Farias, ex-presidente da UNE nos bons

tempos e agora preterido para a presidência do PT pela senadora Gleisi Hoffmann, apoiada por Lula.

E quem não participou? Lula, com um detalhe dado pela repórter: a reunião foi na segunda e Lindbergh se encontrou com Lula na terça, mas não falou nada sobre ela. Consta que Lulinha Paz e Amor ficou uma fera.

Com a Lava Jato fazendo a maior faxina política da história, com a casa e os partidos de pernas para o ar e os políticos feito baratas tontas, o momento é ideal para identificar sobreviventes e novas lideranças e reaglutinar as forças de esquerda, centro esquerda, centro, centro direita e direita.

Surgirá daí o equilíbrio político do País, com um aceno importante, e equilibrado, do procurador-geral da República, Rodrigo Janot: pau puro para quem roubou, corrompeu e foi corrompido na “lista Janot-Fachin”, mas punição calibrada para os que aderiram à cultura das campanhas e doações, mas não enriqueceram com ela.

Com isso, dá para passar a peneira e abrir novas perspectivas para o País, lembrando sempre que a democracia é intocável e que todos os políticos têm direito de atuar, mas dentro das suas regras. Assim como a esquerda se rearticula, as demais forças também. Entretanto, a extrema direita defender a volta da ditadura militar não é articulação, é ameaça.

Reaglutinação implica novas lideranças, debates sobre o País e reunião de pessoas que veem o mundo, o Brasil, a política, a economia, o papel do Estado e a força do setor privado sob a mesma ótica. É fundamental nesse processo excluir os condenados pela Justiça e os que criaram falsos partidos só para levar vantagem. Logo, reaglutinação partidária sem reforma política é chover no molhado.

**Trio improvável.** Gilmar, Lewandowski e Marco Aurélio votam juntos. Quem diria?

**CELSO  
MING**


E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

## Fator surpresa

Quando os calos não doem, ninguém se lembra dos dedos dos pés. Na economia também é assim. Quando os grandes temas se normalizam e se tornam previsíveis, deixam de ser notícia. É o que está acontecendo com a inflação, assunto que perdeu ibope.

Está tão mirrada e tão menos nociva que ninguém mais se queixa da alta de preços e do estrago que durante tantos anos provocou no orçamento doméstico. Para não perder o hábito de malhar os remarcadores de preços, ainda há quem critique o novo comportamento da inflação, como sendo resultado exclusivo de coisas ruins, da recessão e do mergulho da demanda e tal.

A inflação está surpreendendo positivamente até mesmo o Banco Central. Nesta quinta-feira, saiu o *Relatório Trimestral de Inflação* que é um dos documentos oficiais em que o Banco Central bate no seu bumbo e procura controlar as expectativas. Neste *Relatório*, a tabela denominada “Surpresa Inflacionária” mostra a diferença entre a inflação projetada e a inflação real (*Veja a tabela*).

Já ficou bem mais provável que, neste ano, a inflação fique em torno dos 3%. Neste mês de junho, por exemplo, a previsão, agora oficial, é de que seja negativa, ou seja, de menos 0,31%, como admite o *Relatório*. É mais baixa do que vêm ditando as projeções do mercado, tal como aferidas pela Pesquisa Focus.

A crise da política e da economia é tão profunda que as pessoas deixam até mesmo de olhar para o copo meio cheio e ficam com o meio vazio. E a inflação é um desses fatores. Depois de muitos anos, a inflação do Brasil começa a ganhar contornos de primeiro mundo. Nos Estados Unidos, oscila entre 1,5% e 2,0% em 12 meses e na União Europeia, em torno do 1,4%.

Mais importante do que a inflação bem mais baixa é a sua boa consistência. Nesta fase, a desaceleração não se concentra em meia dúzia de itens da

### ABAIXO DA EXPECTATIVA

#### ● IPCA - Surpresa inflacionária

	MAR/17	ABR/17	MAI/17	NO TRIMESTRE	12 MESES ATE MAIO
Copom*	0,28	0,53	0,42	1,23	4,15
IPCA observado	0,25	0,14	0,31	0,70	3,60
Surpresa (p.p.)	-0,03	-0,39	-0,11	-0,53	-0,55

FONTES: IBGE e Banco Central \*Cenário no Relatório de Inflação - Março/2017

cesta de consumo. Está bem mais espalhada e atinge setores mais refratários à política de juros, que são os serviços e o custo da habitação.

Dois exemplos deixam isso mais claro. Os preços dos estacionamento nas grandes cidades estão cedendo, um pouco pelo efeito Uber, que está levando muita gente a deixar o carro na garagem, e outro pouco porque estacionar ficou caro demais, quando comparado com os outros preços. E há os alugueis: os proprietários estão bem mais propensos a negociar com os inquilinos descontos nos contratos.

A principal consequência positiva dessa inflação mais baixa é a redução do desgaste do poder aquisitivo da população. É outro fator menos comemorado, mas que tem forte impacto macroeconômico, porque torna tudo mais previsível.

A outra consequência positiva é a trajetória de queda dos juros. Na última reunião do Copom, o Banco Central sugeriu que, na reunião do dia 26 de julho, o corte já não seria de 1 ponto porcentual, mas de 0,75 ponto. Mas essa inflação bem mais baixa parece recomendar tesourada maior. O Banco Central não chega a se comprometer com corte mais profundo. Mantém aberta possibilidade de ficar no 0,75 ponto, mas abandonou a ênfase de antes.

O grande fator de incerteza está mesmo no campo político e este pode sabotar as reformas, como o Banco Central deixa claro no documento. Se isso se confirmar, a economia azedará ainda mais.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS  
MARCELO DE MORAES  
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM  
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

## Casa Civil e GSI tratam de substituição na PF

**R**ecém-nomeado ministro da Justiça, Torquato Jardim não dará a palavra final sobre o nome do novo diretor-geral da PF, caso o governo ponha em prática seu plano para substituir Leandro Daiello. As discussões estão sendo tocadas de forma sigilosa pelos ministros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, e da Casa Civil, Eliseu Padilha. Como a PF é subordinada à Justiça, Torquato ficará apenas com o ônus de promover a delicada mudança. Investigadores apontam a troca como tentativa de interferir na Lava Jato.

» **Tenso.** Na última quarta, Torquato abandonou uma entrevista à Rádio Gaúcha ao ser questionado se teria assumido o ministério para barrar a Lava Jato. “É uma teoria esquizofrênica”, disse, antes de se levantar.

» **Tá quase.** Quem esteve visitando Rocha Loures na carceragem da PF relata que ele está no limite de explodir. O “homem da mala” só não teria partido para a delação porque seu advogado, Cezar Bitencourt, é terminantemente contra.

» **Coincidência.** O criminalista é de Porto Alegre, assim como o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

» **Com as paredes.** Na superintendência da PF, Loures fica sozinho numa sala e não tem acesso a TV. Ao contrário de quando estava preso na Papuda.

» **Continua...** Após o bate-boca no STF, o ministro Gilmar Mendes desabafou com interlocutores: “(Luís Roberto) Barroso quer petrificar a delação da JBS”.

» **Condicionantes.** Se aceitar o convite do presidente Michel Temer para assumir a Advocacia-Geral da União, o subchefe da Casa Civil, Gustavo Vale, precisa abdicar do mandato que tem até junho de 2019 como conselheiro do CNMP.

» **Fritura.** Um interlocutor de Temer telefonou ontem, a pedido dele, para a ministra Grace Mendonça, desmentindo a demissão e informando que ele vai procurá-la na volta da viagem.

» **Daqui não saio.** Grace disse à *Coluna* que não vai entregar o cargo.

RAFAEL MORAES MOURA



» **CLICK.** O jornal *Supremo em Dia*, editado pelo STF, dá dica aos servidores para se protegerem contra ‘suspeitos’ no elevador: “Salte em qualquer andar”, diz alerta.

» **Saída honrosa.** Oficialmente o Planalto nega, mas o líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), já começou a analisar quais pontos da reforma da Previdência podem ser alterados via medida provisória.

» **Efeito JBS.** Desde que a delação de Joesley Batista foi homologada, o quórum no plenário do Senado vem diminuindo. A média de presença era de 72 senadores, agora caiu para 60.

» **Tá puxado.** Quem acompanha os debates avalia que senadores evitam o plenário para não discutirem a situação de Aécio Neves.

» **Ministério paralelo.** Comandada pelo PT, a liderança da Minoria no Senado contratou mais um ex-ministro. José Fritsch, que comandou a pasta da Pesca, virou assessor com salário de R\$ 10,4 mil.

» **Vem pra cá.** Será colega de Carlos Gabas, ex-ministro da Previdência.

» **SINAIS PARTICULARES.** Fábio Tofic Simantob, advogado criminalista



KLEBER SALES/ESTADÃO

» **Pai Cunha.** Eduardo Cunha fez previsões para delatados que tomavam seu depoimento. Disse que a delação de Lúcio Funaro levará Geddel Vieira Lima e Moreira Franco para a prisão e que, logo, logo, ele (Cunha) será solto pelo STF.

» **Livres.** Newton Prado, Luiz Roberto Pereira e Carlos Strauch, da Engevix, alvos da Lava Jato, foram absolvidos pelo TRF-4. Defendidos pelo criminalista Fábio Tofic, eram acusados de lavagem, corrupção e organização criminosa.

COM NAIRA TRINDADE

### PRONTO, FALEI!



**Eduardo Suplicy**

Vereador por São Paulo

“É importante assegurar a Michel Temer, assim como a qualquer cidadão, o pleno direito de defesa, diante da gravidade e acúmulo de denúncias”

# O domínio da narrativa e a democracia tutelada

JOSÉ AUGUSTO  
GUILHON ALBUQUERQUE

**D**esde que a maré mudou para os lados do PT, seus seguidores vêm queixando da implantação de um Estado de exceção. Estado de exceção é geralmente invocado por aqueles que se julgam vítimas de uma violação sistemática de seus interesses, sejam tais queixas legal ou moralmente fundadas ou não.

O que pretendo discutir neste artigo não é a validade ou não da narrativa lulista, mas o que chamarei de Estado de exceções, condição *sine qua non* dos regimes autoritários. E das democracias em risco. Democracia em risco é aquela em que o Estado Democrático de Direito se encontra perfurado por um número tão grande e tão disseminado de exceções que estas já não servem para confirmar, mas, sim, para se contraporem à regra.

Existe um limite, entretanto, para que a democracia representativa, que adotamos em todas as Constituições, desde a origem da República, sobreviva a esse risco. O limite é ultrapassado quando o arbítrio vai além das instituições republicanas e atinge a vida privada dos cidadãos, sua liberdade, seus bens e sua honra.

Recentemente a empresa de um amigo foi acusada de ação criminosas por um membro de uma dessas grandes empresas globais, chefiadas por famílias de criminosos confessos, cevados e elevados à grandeza com o dinheiro dos nossos impostos. Seu advogado o alertou que, se estivessemos num Estado de Direito, a documentação que reunira evitaria que qualquer ação contra a empresa prosperasse, mas, nas atuais circunstâncias, nada pode ser garantido.

Pois bem, no Estado de Direito a Constituição se cumpre e se faz cumprir pelo Executivo, sendo resguardada pelo Judiciário. Grandes ou pequenas, as exceções à regra constitucional desferem outros tantos grandes e pequenos golpes contra a teia de direitos e deveres que garante a convivência pacífica nas sociedades políticas organizadas. Quando ocorrem ao acaso das paixões humanas, esses golpes podem ser corrigidos, mas não sem cus-

tos, difíceis de “precificar”.

Quando, a exemplo da “loucura” de Hamlet, esses golpes têm método, isto é, seguem uma linha sistemática, o risco de colapso do Estado de Direito sofre um “salto qualitativo” e passa de uma democracia representativa para uma democracia tutelada. Creio ser possível demonstrar o método que orienta essas brechas abertas no devido processo legal e comprovar como a nossa democracia representativa está correndo o risco de se tornar uma democracia tutelada.

Quanto ao método, está estampado nos ataques sistemáticos à letra e ao espírito da Constituição, que ora deve ser alterada a bel-prazer, ora deve ser simplesmente esquecida. Ataques também são feitos

**É preciso resistir a qualquer solução rápida e fácil que contrarie a letra da lei**

contra o governo representativo enquanto forma de governo e à política em geral como ação organizada legítima nas sociedades livres. A ideia, repetida à exaustão, de que a letra da lei deve ser distorcida ao sabor do desejo de supostas maiorias e de que a “hermenêutica” dos magistrados não pode ser limitada pela literalidade da lei. A ideia de que os “políticos” são todos iguais e igualmente criminosos e que, portanto, a ação política é inerentemente delituosa. A ideia de que o Legislativo é ilegítimo e, portanto, não tem o direito de legislar contra a opinião doutra da magistratura ou das corporações investigativas.

Tudo indica que o meticuloso desmonte das instituições da democracia representativa movido por Lula, quando tratou o Legislativo como um bando de picaretas, o Judiciário como uma corporação corrupta e inimiga do progresso, o Executivo como uma ação entre amigos e a imprensa como inimiga do povo, deu certo e corrompeu o próprio sentimento democrático da maioria da sociedade.

Quanto à tutela, ela ocorre quando uma instância não eleita – geralmente uma casta – tem a última palavra, acima da representação eleita e, portan-

to, acima da Constituição. Os casos mais evidentes de democracia tutelada são as democracias com qualificativo, como, por exemplo, as democracias “populares”. As eleições permanecem, as instituições tradicionais existem e funcionam, porém sob a tutela da instância revolucionária, partidária ou religiosa. A tutela consiste em que, toda vez que as instituições funcionam a contrapelo da narrativa correta, ainda que com o suporte da ordem legal, a instância tutelar revoga as dissonâncias e repõe tudo nos eixos.

No Brasil, vivemos décadas sob a tutela da espada. A Constituição tornou-se, então, um mero apêndice outorgado pelo governo militar. Na República Islâmica do Irã, a democracia também funciona, desde a revolução dos aiatolás, consagrada na Constituição de 1979, mas é tutelada, não pela espada, mas pela toga. O “guia supremo” tem sempre a última palavra, acima de todo o sistema político, porque tem o domínio da narrativa, a exemplo dos irmãos Castro, dos dirigentes supremos do partido/Estado chinês. Ele, e apenas ele, interpreta, em última instância, alguma palavra sagrada, seja da revolução, seja da profecia, seja da revelação.

A casta que detém o segredo da “hermenêutica”, a única interpretação autorizada da lei, tem o “domínio da narrativa”. Quem domina a narrativa prescinde de fatos e argumentos e se coloca acima dos direitos constitucionais básicos de todos os cidadãos. Mesmo que se mantenham eleições, e que representantes sejam eleitos para governar e legislar, a tutela prevalece sempre que, com apenas uma canetada, guias iluminados possam revogar ou ignorar os atos e decisões dos representantes eleitos.

Se quisermos evitar que nossa democracia representativa bascule definitivamente para uma democracia tutelada, é preciso resistir. E resistir, em primeiro lugar, a qualquer solução rápida e fácil que contrarie a letra da lei.

PROFESSOR TITULAR DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

# O maldito vira-casaca!

FERNÃO LARA  
MESQUITA

Vingado “o golpe”, estropiado o PSDB, tarde demais para o Brasil, o dr. Janot anuncia-se disposto a conceder que existe, sim, diferença entre “caixa 2” para financiamento de campanhas e o comércio de leis e de acesso aos cofres do BNDES e das “brases” para cúmplices no crime, públicos e privados, se locupletarem, seja de dinheiro, seja de poder ilimitado pela compra da desmoralização da política.

Estes que, ainda que descurando de examinar a origem, tomaram contribuições privadas apenas para financiar campanhas por mandatos com início e fim – como tomaram todos quantos disputaram eleições nestes 32 anos – eram maioria no Congresso Nacional, conforme estava prestes a ficar provado com a aprovação das duas reformas mandadas por Temer. Uma arranharia de leve o desfrute ilegal-legalizado dos dinheiros públicos pelo “marajalato” de que a corporação do Judiciário ocupa o topo. A outra tiraria de cena, junto com o trabalho de achaque, o imposto sindical com que, já lá vão 74 anos, Getúlio Vargas garantiu que no Brasil, em se plantando democracia representativa, não dá.

Tudo foi providencialmente abortado na véspera de ocorrer, mais que pela delação, que sozinha não tem força para tanto, pelas emocionantes “ações controladas” com que o dr. Janot sentiu a necessidade de ilustrá-la, urdidas para o sócio do BNDES de Lula executar e para Luiz Edson Fachin, o juiz que discursava cheio de paixão nos comícios eleitorais de Dilma Rousseff, homologar em tempo recorde.

O reconhecimento dessa diferença a tempo poderia ter proporcionado a virada do cabo das tormentas a que estamos agarrados há três anos por dentro da política. Era o que antecipava uma população tão carente de qualquer gesto a seu favor que fez a economia real reagir antes de qualquer mudança concreta apenas por ter ao longo de um ano no primeiro posto da República alguém que falava de Brasil, e não apenas de si mesmo. Mas o alinhamento que se ensaiava da política com remédio contra a política sem remédio a favor do Brasil não interessava, nem à “privilegiatura”, nem a

quem saíria do episódio como o grande derrotado da conspiração mapeada desde o mensalão para “corromper a política” – e não só políticos – e impor ao País uma “hegemonia” bolivariana.

O efeito final que não se conseguiu com dinheiro acabou sendo produzido por essa cegueira temporária da Justiça. Com todos os políticos amarrados no mesmo saco e ameaçados de afogamento iminente, Brasília apropriou-se da marca de Curitiba e, rápida como um raio, reescreveu a “narrativa” da Operação Lava Jato: o maior instrumento da conspiração para destruir a política com dinheiro, valendo quatro Odebrechts em número de almas arrecadadas para o diabo, é reapresentado à plateia como o herói arrependido da luta contra a corrupção “dos brasileiros”; Michel Temer e Aécio Neves, o pedinchador de merrecas, passam de coadjuvantes a “chefes da quadrilha mais perigosa do Brasil” e Lula, coitado, é transposto para os bastidores como um incauto abusado pelos ministros em quem ingenuamente confiou, enquanto o solerte Renan, que sempre sabe onde é que a lepra vai reincidir, dava no Senado a primeira punhalada na reforma trabalhista.

Há muito, já, que o crime aprendeu a instrumentalizar a imprensa. Planta indignação para colher arbítrio com a mesma

**Não é pelo passado,  
mas pelo que propôs  
para o futuro que Temer  
está sendo fuzilado**

fria premeditação do terrorista que semeia pânico para colher ditaduras. Mas os jornalistas recusam-se olímpicamente a levar em conta esse dado da realidade. Graças a isso, ao dolo que sempre rondou a operação desse poder coadjuvante (o “4.º”) das Repúblicas, porque poder ele é, também a leviandade do dono, avaidade do repórter, a pusilanidade do chefe e até a competitividade das empresas passaram a pesar sem peias na equação que transformou a arma antes mais temida na arma hoje mais acionada pelos inimigos da democracia no Brasil.

Vão pelo mesmo caminho os nossos Ministério Público e Poder Judiciário televisivos. Se estavam “funcionando as instituições”, como se consolavam os

brasileiros em dizer mais perto do espigão, isso já não é tão claro a esta altura da nossa ladeira abaixo, pois nem na nossa vasta Constituição está escrita qualquer coisa que autorize essa Lava Jato *made in Brasília* a elevar “pegadinhas” à condição de prova, homologar gravações sem gravadores, dar aos grandes a indulgência plenária negada aos pequenos ou “destituir” com um murmúrio de um indivíduo solitário 56 milhões de eleitores (ainda que traídos) sem processo nenhum.

Das 1.829 almas angariadas pelos perdoados éseleys, o dr. Janot e o dr. Fachin monocraticamente se contentaram só com duas. E para trás até da Fifa, seus colegas do STF, onde todos os votos querem continuar para todo o sempre “magníficos”, recusam a contraprova da realidade: se está contra a lei e está contra os fatos, danem-se a lei e danem-se os fatos. Mas não demorou muito e já temos mais um flagrante de contato de mucosas sem proteção entre acusados e acusadores desta delação a entortar a retidão da indignação pública tão cuidadosamente semeada. Lá estavam Lula, Joesley, Temer, Eduardo Cunha e sabe-se lá mais o quê, juntos, uns nas casas dos outros, a nos dizer de novo o que já estamos cansados de saber: que não há santos, há apenas dossiês ainda inéditos.

O pano de fundo que todos cuidam juntos de omitir, imprensa à frente, é o que imediatamente desconforta toda esta aparente confusão: quão estúpida é a passagem do marajá por este vale de lágrimas e doce é a vida sem crise do nomeado ou do concursado que consegue saltar da nau dos que sustentam para a dos que são sustentados!

Tem um Brasil que precisa de reformas para sobreviver e tem um Brasil que não sobreviverá a reformas. Um onde o salário só sobe e outro onde salário não há. Um que tem todos os direitos adquiríveis e outro que não tem direito nenhum.

É isso, sem emoções, que precisa acabar.

Não é pelo passado, em que se lambuzaram todos com todos, que Temer está sendo fuzilado. É pelo que propôs para o futuro o maldito vira-casaca!

JORNALISTA, ESCREVE  
EM WWW.VESPEIRO.COM

# O alerta do Banco Central



Fundamental para o controle da inflação, para a segurança das decisões e para o crescimento econômico, a política monetária hoje confronta um risco muito especial, a incerteza quanto à evolução do quadro político. A inflação continua em queda e as projeções ainda apontam, para este e para o próximo ano, aumentos de preços muito próximos da meta de 4,5% e até abaixo desse ponto, mas as decisões sobre juros podem tornar-se bem mais complicadas do que têm sido desde o fim do ano passado. A complicação principal está associada a um fator pouco lembrado na maior parte das discussões entre economistas do mercado, investidores e empresários: os juros estruturais. Essa expressão, um tanto misteriosa para a maioria do públi-

co, tem aparecido com frequência, há alguns meses, nas comunicações do Banco Central (BC) e em declarações de seus dirigentes. Há algo novo e importante nessa insistência.

A expressão taxa de juros estrutural aparece várias vezes no *Relatório de Inflação* divulgado ontem. Com circulação trimestral, o relatório contém um resumo das condições e das perspectivas econômicas internas e externas e fornece algumas pistas sobre a evolução provável da política monetária. A nova edição realça um ponto já destacado na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom): as decisões sobre juros dependerão, como sempre, das projeções e expectativas de inflação, da atividade econômica e do balanço de riscos, “mas também das estimativas da taxa de juros estrutural da economia brasileira”.

A taxa estrutural é aquela compa-

tível com um ritmo de crescimento econômico sustentável, isto é, realizável sem pressões inflacionárias. A insegurança quanto “à evolução do processo de reformas e ajustes necessários à economia brasileira dificulta a queda mais célere das estimativas da taxa de juros estrutural e as torna mais incertas”. É preciso levar muito a sério essa advertência.

A taxa estrutural de juros é um componente real do cenário e econômico. É um limite objetivo, assim como as condições do tempo, a capacidade instalada ou o poder de competição internacional das empresas. É um dado difícil de estimar e, além disso, varia de acordo com as circunstâncias. Mas é necessário levá-lo em conta nas decisões sobre o custo do dinheiro. Cortar os juros de forma voluntarista, como se fez, por exemplo, entre agosto de 2011 e abril de 2013, é uma violação desse limite.

O fracasso dessa política prejudicou severamente a imagem da autoridade monetária, só restaurada, muito lentamente, quando a taxa básica de juros, a Selic, voltou a subir. A correção do erro foi penosa, até porque a deterioração das contas públicas tornou mais complicado o controle da inflação. A taxa de 14,25%, em vigor até outubro de 2016, foi uma das consequências. Necessário para conter a inflação, esse aperto foi uma das causas da longa e dolorosa contração da atividade entre 2014 e 2016.

O limite representado pela taxa estrutural de juros condiciona, além do ritmo sustentável de crescimento, o custo de financiamento do Tesouro. O Copom fracassará duplamente, sempre, quando cortar os juros básicos de forma voluntarista. Em primeiro lugar, dará oxigênio à fogueira da inflação. Em segundo, será rejeitado, na prática, pelos com-

pradores de títulos públicos. Ninguém financiará a ganância governamental a juros irrealistas para atender às determinações da autoridade monetária.

Batalhar pela redução efetiva dos juros estruturais é hoje uma das principais tarefas do governo. Conduzido principalmente pelos Ministérios econômicos e pelo BC, esse trabalho inclui tanto o ajuste e a reestruturação das finanças públicas como o controle eficiente da inflação. Os efeitos positivos aparecerão na contenção e no barateamento da dívida pública e também na segurança proporcionada pela estabilidade de preços. Ao tornar incerto o cumprimento da agenda de ajustes e reformas, a insegurança política pode comprometer esse esforço, travando o crescimento e a criação de empregos. É essa a mensagem do BC, ao insistir no tema dos juros estruturais.

# Melhora não bateu na receita

Com desemprego muito alto, consumo ainda fraco e recuperação limitada ao campo e a alguns segmentos da indústria, a arrecadação federal continuou refletindo pelo menos até o mês passado os efeitos da recessão. O Tesouro recolheu em maio R\$ 97,69 bilhões, 0,96% menos que um ano antes, descontada a inflação. O total acumulado em cinco meses chegou a R\$ 544,48 bilhões, com ganho real de 0,35% em relação ao total de janeiro a maio de 2016. Mas nem esse acréscimo chega a ser de fato uma notícia animadora. O resultado positivo é explicável por um fator estranho à tributação. A soma administrada pela Receita Federal (R\$ 528,48 bilhões) foi 0,82% inferior à dos meses correspondentes do ano anterior. Receitas de outras fontes – royalties, nesse caso – garantiram o pequeno ganho em relação ao dinheiro obtido no ano passado.

Arrumar as contas oficiais continua sendo o desafio básico para o governo federal, neste ano e pelo menos até o começo da próxima década. O objetivo para 2017 é aparentemente modesto: fechar o ano com um déficit nominal – sem o custo dos juros, portanto – de R\$ 139 bilhões. Se esse número for alcançado, ainda haverá um enorme buraco nas contas primárias do governo central, mas terá ocorrido um avanço em relação ao balanço fiscal do ano passado.

Para atingir essa meta, a administração federal terá de combinar corte de gastos e aumento de arrecadação. Esse ganho dependerá principalmente de uma receita de impostos e contribuições engordada pela atividade econômica mais intensa, com maior produção, maior consumo, maior investimento produtivo e comércio exterior mais intenso. Componentes extraordinários, como receita de concessões e privatizações, de royalties e de renegociações de impostos em atraso, também ajudarão a fechar as contas, mas a grande base da arrecadação deve ser mesmo a reativação econômica.

Por enquanto, é difícil enxergar na receita os sinais de melhora da economia. Até maio, os indicadores de produção industrial e de venda de bens continuaram abaixo daqueles contabilizados um ano antes. No caso da indústria, a comparação apontou variação negativa de 0,58%. No das vendas, uma queda de 2,98%.

Esses dados explicam a menor arrecadação de tributos ligados ao ritmo da produção e do consumo. O valor em dólar das importações foi 11,39% maior que o de janeiro a maio de 2016, mas, ainda assim, a receita proporcionada pelas compras de produtos estrangeiros foi 3,38% menor que a de um ano antes, descontada a inflação, talvez por efeito do câmbio.

Nos primeiros cinco meses, impostos pagos por pessoas físicas sobre rendimentos foram os principais tributos, dentre

os itens administrados pela Receita, com arrecadação maior que a de um ano antes.

Os efeitos do desemprego continuaram mais visíveis em outros componentes do balanço. Além de afetar o consumo e, indiretamente, a produção industrial, a desocupação prejudicou a arrecadação previdenciária, que foi 0,65% menor, compensada a inflação, que a de janeiro a maio de 2016.

Mas, no caso da Previdência, só as contribuições pagas por empregados, empregadores e autônomos diminuíram. Os pagamentos de benefícios continuaram certamente em crescimento. A consequência desse descompasso aparecerá com clareza na divulgação completa das contas – com receitas e despesas – do governo central. Esse desajuste continua sendo a causa principal do enorme desarranjo das finanças públicas, mesmo numa fase de fraca arrecadação da maior parte de impostos e contribuições.

O governo baseou suas estimativas fiscais numa expectativa de expansão econômica de 0,5% neste ano. Projeções coletadas no mercado financeiro têm apontado um resultado inferior a esse para 2017. De toda forma, o crescimento do Produto Interno Bruto será insuficiente para garantir a receita necessária, se o aumento da produção for concentrado em atividades menos geradoras de impostos, como ficou claro até agora. Confiança será fundamental para um crescimento equilibrado em todos os setores.

# De pesos e medidas

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou uma manifestação ao Supremo Tribunal Federal afirmando que é “imprescindível” a prisão preventiva do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Para provar essa urgência, Janot usou como argumento uma fotografia em que Aécio aparece em uma reunião com os senadores tucanos Antonio Anastasia (MG), Cássio Cunha Lima (PB) e José Serra (SP). Segundo Janot, tal imagem, publicada na própria página de Aécio no Facebook, comprova que o senador “continuou exercendo suas funções” parlamentares, e isso, na opinião do procurador-geral, contraria a determinação do Supremo de que ele se afaste do cargo de congressista.

Mais do que isso: Janot considera que Aécio, ao se encontrar com colegas do Senado, está fazendo “uso espúrio do poder político”, possibilitado pelo “aspecto dinâmico de sua condição de congressista representado pelo próprio exercício do mandato em suas diversas dimensões, inclusive a da influência sobre pessoas em posição de poder”. O procurador-geral considera que a “plena liberdade de movimentação espacial e de acesso a pessoas e instituições” confere a Aécio a possibilidade de “manter encontros indevidos em lugares inadequados”.

Essa destrambelhada manifestação de Janot é resultado

não apenas do peculiar momento que vive o Ministério Público, em que o bom senso tem dado lugar ao ímpeto justiceiro contra os políticos em geral, mas principalmente das brechas abertas por algumas decisões estapafúrdias do Supremo, uma das quais, citada pelo procurador-geral, foi justamente o afastamento de Aécio Neves.

Ora, não há nenhuma previsão constitucional que dê ao Judiciário o poder de afastar políticos do mandato obtido nas urnas. Essa é uma inovação recente, implementada pelo ministro Teori Zavascki, em maio de 2016, quando decidiu, em razão de “situação extraordinária, excepcional e, por isso, pontual”, mandar afastar o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Mas a excepcionalidade invocada por Zavascki, de certa forma justificada no caso de Cunha, que usava o cargo e o mandato para escapar das consequências de seus atos, parece ter se tornado perigosa rotina. Tudo isso parece inspirar os ativistas judiciais, para os quais político bom é político preso.

Bem, nem todos os políticos. A sofreguidão da Procuradoria-Geral da República para prender Aécio não se repete, por exemplo, no caso do ex-presidente Lula da Silva. O chefão petista responde a nada menos que cinco processos, sob acusação de corrupção passiva, organização criminosa, tráfico de influência, lavagem de dinheiro e obstrução de Justiça. A despei-

to de todas essas denúncias, o Ministério Público não pediu a prisão preventiva de Lula da Silva, nem mesmo depois que o empresário Joesley Batista delatou o petista, informando que o Grupo JBS mantinha contas na Suíça tanto para o ex-presidente como para a presidente cassada Dilma Rousseff.

Em nenhum momento Janot considerou que Lula devesse estar atrás das grades, como alegou no caso de Aécio. Enquanto considera que uma simples foto do senador tucano com outros parlamentares prova que ele faz uso de seu mandato parlamentar para se proteger e se locupletar, Janot parece não ver nada demais nas intensas atividades políticas de Lula da Silva, que está em permanente campanha para presidente. Enquanto cita a “periculosidade de parlamentares corruptos do quilate de Aécio Neves” para sustentar seu pedido de prisão preventiva do senador mineiro, Janot, que já qualificou Lula da Silva de “chefe de organização criminosa” no caso do petrolão, acredita que o ex-presidente pode continuar solto até seu julgamento.

Vivêssemos tempos normais, nem Aécio nem Lula poderiam ser impedidos de exercer suas atividades, muito menos por meio de prisão preventiva, uma vez que eles ainda não tiveram seus direitos políticos cassados. Mas não vivemos tempos normais, razão pela qual a Constituição, hoje, serve para uns, mas não serve para outros.



# FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.223

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA À 0H ★ R\$ 4,00

## EUA proíbem importação de carne bovina 'in natura' do Brasil

O governo dos EUA anunciou a suspensão de todas as compras de carne bovina "in natura" do Brasil, devido a preocupações sanitárias.

Após a Operação Carne Fraca, em março, o país barrou 11% das exportações brasileiras — a média global é de 1%. Um representante do setor afirmou que o prejuízo à imagem brasileira é "intangível". **Mercado A15**

## Governo avalia 60 anos para mulher na Previdência

O Planalto se dispõe a novas concessões para viabilizar a aprovação da reforma da Previdência no Congresso. Entre elas está reduzir novamente a idade mínima proposta para a aposentadoria das mulheres, de 62 para 60 anos. A equipe econômica é contra. **Mercado A17**

**guia**  
Dia da Música terá 113 shows grátis em 21 espaços da cidade **Pág. 6**

**ILUSTRADA**  
Em novo reality da Record, com pessoas dividem casa de 120 m<sup>2</sup> **cs**

**RICARDO A. PEREIRA**  
Falta aos poetas falar sobre a relação entre amor e batatas **Ilustrada C9**

**Cartunistas Angeli e Laerte voltam a se reunir e criam revista ao lado de jovens artistas **ca****

Edson Fachin, do STF; atrás, o procurador-geral, Rodrigo Janot



# STF valida delação da JBS, e Fachin fica como relator

Segundo ministros, benefícios de delatores podem ser revistos na sentença

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal votou pela validade da homologação da delação premiada da empresa JBS, que levou à investigação do presidente Michel Temer (PMDB) e do senador afastado Aécio Neves (PSDB). Foram sete os votos a favor.

Também decidiu-se que o ministro Edson Fachin fica com a relatoria do processo. Seguiram essa posição Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski.

Outros quatro magistrados devem votar na quarta (28).

A votação definiu que os benefícios penais negociados com os delatores da JBS — os irmãos Joesley e Wesley Batista — pela Procuradoria, alvo de polêmica porque lhes foi dada imunidade penal, serão mantidos até o término de eventual processo decorrente da colaboração.

Os ministros destacaram que, se um delator romper o acordo ou a investigação não tiver os resultados previstos, os benefícios poderão ser alterados na sentença. Houve, porém, divergência sobre o alcance dessa revisão. **Poder A4**

Fachin envia inquérito, e Procuradoria tem 5 dias para denunciar Temer. **A4**



Eduardo Knapp/Folhapress

## Longa espera leva usuário de crack a deixar tratamento

A falta de estrutura para os usuários que buscam internação na região da cracolândia, em SP, provoca desistências. Eles esperam até dez horas sem alimentação na tenda da gestão Dória (PSDB). Na quarta, o fluxo de viciados que estava na praça Princesa Isabel voltou para sua antiga região, mais perto do local. **Cotidiano B1**

## Acidente deixa 21 mortos em rodovia no Espírito Santo

**Cotidiano B5**



Dário Oliveira/Folhapress

Fluxo de usuários de crack se concentra na alameda Cleveland após nova movimentação

## MARCELO COELHO

Ainda há espaço para nuances no julgamento

Apesar da ressalva sobre a possibilidade de o Judiciário alterar benefícios do delator, que poderá ter efeitos relevantes no futuro, a delação foi considerada válida. O espaço para nuances nem por isso desaparece. **Poder A6**

## HÉLIO SCHWARTSMAN

Não cabia à corte avaliar o mérito do que foi acertado

Fez muito bem o Supremo. Não dá para o Estado na figura do MP prometer uma coisa ao delator e, em seguida, o mesmo Estado, agora na "persona" do STF, dizer que não gostou dos termos e desfazer tudo. **Opinião A2**

## Michel Temer admite que país vive crise política

Mais de um mês após a divulgação da delação da JBS, o presidente Michel Temer reconheceu que o país vive "uma crise política evidente". Em Oslo, na Noruega, ele disse que está tomando providências "para defender os aspectos institucionais da Presidência". **Poder A5**

## Noruega cortará R\$ 167 mi de verba para a Amazônia

O Brasil vai perder o menos R\$ 166,5 milhões de ajuda norueguesa em razão do recente salto no desmatamento na Amazônia. No ano passado, o total repassado foi de R\$ 333 milhões. ONGs farão hoje um protesto na capital, Oslo, contra políticas ambientais de Temer. **Ciência B7**

CIRCULAÇÃO  
306.292 (Impressos + digitais)  
AUDIÊNCIA  
29.362.191 visitantes únicos/mês



**ATMOSFERA** Cotidiano B2  
Tempo firme e sem chuva em SP  
Mínima 13°C Máxima 22°C

**RODÍZIO** Cotidiano B2  
Não devem circular carros com placas cujo final seja: **9 ou 0**

**EDITORIAIS** Opinião A2  
Leia "Delação confirmada", sobre acordo entre Ministério Público e JBS, e "Ensino mal pago", acerca de salários de professores da educação básica.

**FALE COM A FOLHA** fale.folha.com.br  
Veja como entrar em contato com o serviço de atendimento ao assinante, as editorias e a ombudsman

## GOVERNO ENCURRALADO

# Maioria do STF confirma validade de delação da JBS

Sete ministros também decidem manter Edson Fachin como relator do caso

**Sessão da corte teve debates acalorados; outros quatro integrantes do tribunal votaram quarta (28)**

LETÍCIA CASADO  
REYNALDO TUROLLO JR.  
DE BRASÍLIA

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal votou nesta quinta (22) pela validade do acordo de delação premiada dos executivos da JBS e por manter Edson Fachin como relator do caso na corte.

Foram sete votos proferidos a favor do rito em que Fachin homologou a colaboração em maio. Além do próprio relator, seguiram essa posição Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. O resultado é uma vitória política para Fachin dentro do Supremo, depois dos rumores nos bastidores de que poderia sofrer algum revés em plenário.

Os outros quatro ministros devem se manifestar na quarta (28), quando a votação será retomada.

A delação da JBS levou à investigação do presidente Michel Temer e do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

A discussão no Supremo partiu de um recurso do governador Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) e de questões de ordem levadas ao plenário pelo próprio Fachin.

A votação estabeleceu que os benefícios penais negociados com os delatores da JBS pela Procuradoria-Geral da República —alvo de polêmica porque eles receberam imunidade penal— serão mantidos até o fim de eventual processo decorrente da colaboração. Houve, no entanto, divergência sobre o alcance de uma eventual revisão dos benefícios no momento da sentença —o tema será debatido no retorno do julgamento.

Para os sete que votaram, ao homologar um acordo, o relator se limita a analisar aspectos formais (regularidade, legalidade e voluntariedade do delator). Os magistrados destacaram que, caso algum delator quebre o contrato celebrado com o Ministério Público ou a investigação não alcance os resultados prometidos, os benefícios poderão ser revistos na hora da sentença.

Iso já está escrito na lei que baliza a colaboração, mas os ministros passaram a debater o que a legislação define como “eficácia” da colaboração —para Fachin, é o resultado esperado com o acordo, e ele só pode ser revisto se o delator descumprir obrigações.

Para Barroso, que duelou

## ENTENDA O DEBATE NO SUPREMO

A delação da JBS entrou na pauta do tribunal

### POR QUE O STF TRATA ESSAS QUESTÕES?



A discussão partiu de um recurso do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), e de questões de ordem levadas ao plenário pelo próprio ministro e relator Edson Fachin. A defesa de Azambuja afirma que as delações da JBS deveriam ter sido distribuídas por sorteio, em vez de encaminhadas diretamente ao ministro. O governador é acusado de ter recebido propina da empresa para bancar campanhas eleitorais em troca de benefícios fiscais

### COMO VOTARAM OS MINISTROS



> A delação premiada de executivos da JBS poderia ter sido homologada monocraticamente pelo ministro Edson Fachin?

**SIM:** Edson Fachin, Rosa Weber, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski



> Os termos do acordo podem ser revistos no final do processo?

**SIM:** Fachin, Rosa Weber, Alexandre de Moraes, Fux, Barroso, Toffoli e Lewandowski. Houve divergência, no entanto, sobre o alcance dessa revisão, e a questão será tratada na próxima semana



> Fachin deve ser o relator do caso?

**SIM:** Fachin, Rosa Weber, Alexandre de Moraes, Fux, Barroso, Toffoli e Lewandowski

com Gilmar Mendes na sessão, os termos do acordo não podem, em hipótese alguma, ser alterados; já Lewandowski defende que a legalidade do contrato pode ser reavaliada pelo plenário.

Barroso defendeu a delação como meio de investigação e disse considerar que, nos acordos, é possível oferecer aos delatores benefícios que, inclusive, não estejam previstos em lei: “O acordo de colaboração premiada é, em última análise, um acordo de vontades, é um contrato”.

Na quarta (21), Gilmar disse que a Procuradoria tem “legislado” ao conceder benefícios não especificados em lei —e citou um caso em que um réu foi para “regime domiciliar diferenciado”, o que considerou inadequado.

Foi durante o voto de Fux

que os ministros divergiram sobre o que poderá ser revisito no fim do processo.

Gilmar afirmou que, se ficar comprovado que provas foram obtidas ilegalmente ao longo da delação e do processo, mesmo que o relator já tenha analisado a legalidade do acordo ao homologá-lo, o plenário pode declará-lo ilegal.

O ministro citou reportagem da **Folha** que, para ele, sustenta que a gravação que Joesley Batista, da JBS, fez do presidente Temer pode ter sido orientada pelo Ministério Público, e não espontânea —o que contaminaria o acordo.

“A **Folha de S. Paulo** sustenta que a gravação foi combinada previamente com o Ministério Público e que houve treinamento [do delator]”, disse o ministro.

Na verdade, a reportagem,

## PGR deve trazer denúncia contra Temer até terça

DE BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), enviou para a PGR (Procuradoria-Geral da República) o inquérito que investiga condutas do presidente Michel Temer (PMDB).

Com isso, o procurador, Rodrigo Janot, tem até terça (27) para oferecer denúncia ou arquivar o caso, de acordo com prazo previsto na legislação.

A Polícia Federal havia pedido prorrogação de prazo para apresentar o relatório final. Os investigadores ainda esperam a conclusão da perícia no áudio gravado secretamente por Joesley Batista, um dos donos da JBS.

Fachin disse à PF para, quando o laudo for concluído, acrescentar o material aos autos.

“Oficie-se, outrossim, à autoridade policial para que remeta suas conclusões finais, juntamente com os laudos periciais faltantes, a este Supremo Tribunal Federal tão logo ultimados, a fim de que sejam juntados aos autos”, escreveu o ministro.

Janot, por isso, poderá oferecer denúncia sem o laudo final da PF. A PGR poderá fatiar a denúncia contra Temer em duas partes, sendo a primeira sem a acusação de obstrução à Justiça, que ficaria para depois da conclusão da perícia. (LETÍCIA CASADO E REYNALDO TUROLLO JR)

de 20 de maio, diz que, duas semanas antes da gravação, um advogado da JBS comunicou à Procuradoria a intenção de Joesley de se tornar delator. Esse profissional recebeu orientações sobre como funcionaria a colaboração durante uma reunião.

A discussão ficou polarizada entre Barroso e Gilmar, que chegou a deixar a sala em determinado momento. “Não pode ser ‘acho vou que perder, então, vou embora’”, disse Barroso, sobre o colega.

“Todos sabemos o caminho que isso vai tomar, e portanto já estou me posicionando antes. Sou contra o que se quer fazer aqui lá na frente”, ressaltou o ministro, numa referência implícita a um possível movimento para anular o acordo da JBS no futuro.

» LEIA MAIS na pág. A6

## GOVERNO ENCURRELADO

# 36 dias pós-JBS, Temer admite crise política

‘Reconheço que há uma crise política evidente’, afirmou o presidente em entrevista a jornalistas na Noruega

**Peemedebista também disse que recorrerá de decisão de 1ª instância que rejeitou sua queixa-crime contra Joesley**

FABIANO MAISONNAVE  
ENVIADO ESPECIAL A OSLO

O presidente Michel Temer reconheceu nesta quinta-feira (22) que o país vive uma crise política. Em Oslo, capital da Noruega, ele afirmou que

está tomando providências para defender os aspectos institucionais da Presidência.

O peemedebista também disse que vai recorrer da decisão em 1ª instância da Justiça Federal que rejeitou a queixa-crime por supostas calúnia, difamação e injúria contra um dos donos da empresa de carnes JBS, Joesley Batista.

“Reconheço que há uma crise política evidente. Estou tomando providências as mais variadas para defender os aspectos primeiro institu-

cionais da Presidência”, disse. “Mas o depois não é secundário, é no mesmo nível: os aspectos morais. O cidadão [Joesley Batista] que faz lá as acusações que faz, eu estou propondo as ações competentes e vou pelo Judiciário”, completou.

Temer entrou na Justiça para buscar uma condenação criminal de Joesley após entrevista que o empresário concedeu à revista “Epoca” no último final de semana, na qual o acusa de “comandar

uma quadrilha”.

Questionado sobre a derrota em 1ª instância, disse: “O que o juiz disse é que, se você ofender alguém, isso é liberdade de expressão. Se for assim, meu caro, eu não vou fazer isso com ninguém.” “Se eu quisesse fazer o que ele acabou dizendo, poderia dizer as maiores barbaridades das pessoas da família de alguém e isso é liberdade de expressão, não tem de fazer nada”, afirmou.

No início da entrevista, Te-

mer não poupou elogios à recepção dada pelo presidente russo, Vladimir Putin.

“A viagem à Rússia foi um sucesso absoluto. Primeiro, pelos acordos que nós assinamos. Em segundo lugar, pelo tratamento que me foi dispensado. O presidente Putin teve a delicadeza de ir ao Bolshoi, sabelcor de que eu iria ao Bolshoi. Lá, o cerimonial me indicou uma coisa curiosa. Ele indicou o lugar que ele, presidente, ocupa. Veja o tamanho da delicadeza.”

“O presidente ficou 4h20 comigo, 1h30 na individual. Tratamos dos mais variados assuntos”, afirmou. “Depois, ofereceu um almoço que foi uma coisa finíssima. Realmente, elegantíssima”.

Temer disse ainda que recebeu de presente de Putin cartas de dom Pedro 2º enviadas ao czar. “Comprou [nos EUA] e mandou as quatro cartas, que estou levando para o Brasil.” Depois, conta, fez um tour pelas salas do Kremlin, a sede do governo russo.

## Se perícia não indicar edição, preocupará, afirma advogado

THAIS BILENKY  
DE SÃO PAULO

O advogado Antônio Claudio Mariz de Oliveira, que defende Michel Temer (PMDB), afirmou nesta quinta-feira (22) que, se a perícia da Polícia Federal não apontar adulteração na gravação que o empresário Joesley Batista fez do presidente, “preocupará”.

“Se a perícia não mostrar nada, fica difícil”, afirmou, em palestra na Casa do Saber, em São Paulo.

Mariz disse que o laudo contratado pela defesa de Temer, e os publicados pela **Folha** e o jornal “O Estado de S. Paulo”, permitem afirmar que a fita é “falseada, adulterada”.

Contratado pela defesa de Temer, o perito Ricardo Molina atestou que o gravador usado pelo empresário da JBS é “vagabundo” e, por isso, “não é possível” garantir que a gravação seja “autêntica”. Em entrevista no fim de maio, ele defendeu que o conteúdo da conversa não poderia ser utilizado como prova judicial.

No inquérito de Temer, aberto pelo ministro Edson Fachin, a PGR aponta suspeita de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de Justiça. O áudio gravado por Joesley é um dos elementos da investigação.

## ‘LAVADO AS MÃOS’

Na mesma palestra, Mariz criticou o STF (Supremo Tribunal Federal) por ter formado maioria no sentido de validar a delação premiada da JBS. “Me espanta que o Supremo tenha lavado as mãos”, afirmou o advogado. Segundo ele, o acordo celebrado com a JBS concedeu impunidade como prêmio aos delatores.

Ao se referir ao áudio que Joesley fez de Temer, disse com ironia: “O presidente da República que se dane! Estamos diante de um estado de anomia social, de absoluta falta de regras”.

Mariz atacou o uso da pena de prisão no combate à corrupção em vez de multa e defendeu medidas preventivas. “Empresários estão sendo presos. Ingênuo de quem achar que corrupção acabou, ingênuo de quem pensa que não se tenta mais levar vantagem.”

O advogado não poupou críticas ao Judiciário, ao Ministério Público, à imprensa e à sociedade pelo que chamou de “uma sanha punitivista”. “Parece que se a Justiça inocenta, não fez justiça”, disse. E atacou a Lava Jato.

“A Lava Jato vai acabar, um dia ela termina, mas o efeito imediato é terrível. Os juízes jovens querem ser os novos Moros [em referência a Sergio Moro], acham que são combatentes do crime, um grande erro”, afirmou. “A sociedade precisa ser alertada de que um dia precisará de princípios.”

“Hoje me preocupei muito com a decisão do Supremo ao dizer que delação não pode ser anulada. Na verdade, o Supremo está se despojando de um direito-obrigação que ele tem, que é o de dizer o Direito.”

## GOVERNO ENCURREALADO

# Planalto não interferirá, diz presidente da CCJ

Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) está à frente de colegiado que vai analisar provável denúncia contra Michel Temer

**Ele disse que não escolherá parlamentar com acentuado viés governista para relatar o caso do peemedebista**RANIER BRAGON  
DE BRASÍLIA

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) diz que não escolherá um parlamentar com acentuado viés governista para relatar a denúncia criminal que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar nos próximos dias contra Michel Temer.

“Vamos tratar isso com bastante independência e não vamos aceitar interferência do governo”, afirma.

A comissão é o primeiro passo da tramitação da acusação que, caso seja acatada por pelo menos 342 dos 513 deputados, autorizará o Supremo Tribunal Federal a decidir abrir ou não processo contra o presidente da República, com seu consequente afastamento do cargo.

Apesar de ser do partido de Temer, Pacheco pretende concorrer ao governo de Minas Gerais em 2018 e tem tomado posições no comando da CCJ que conflitam com os interesses do Palácio do Planalto.

Ele diz ainda considerar o “fim da picada” partidos governistas ameacem sacar da comissão deputados que manifestem intenção de apoiar a denúncia da Procuradoria.

Caso mantenha a posição, o presidente da CCJ dificilmente escolherá como relator o nome preferido do Planalto, Alceu Moreira (PMDB-RS), que já se posicionou contra a denúncia. Governistas trabalham nos bastidores para emplacar Jones Martins (PMDB-RS), hoje suplente na comissão.

Pacheco calcula que a denúncia tramitará por cerca de 20 a 30 dias na CCJ. Após isso, ela segue para a análise definitiva do plenário da Câmara federal.

**Folha - O sr. já pensou em quem escolherá para relatar a provável denúncia contra o presidente?**

**Rodrigo Pacheco** - Ainda não. Optei por ser prudente e esperar acontecer essa anunciada e eventual denúncia contra o presidente. Por hipótese posso dizer o perfil que considero ser o ideal em um caso como esse. Tem que ser técnico, com conhecimento jurídico e com relativa independência para levar adiante essa missão com a mais absoluta isenção.

**O que seria essa “relativa independência”? Não pode ser do PMDB, então?**

Pode ser do PMDB, do PT, não tem problema algum. Mas tem que ter um perfil de relativa independência ao propó-

sito de oposição ou ao propósito de base de governo. Evidentemente que será alguém de base do governo ou de oposição, mas com alguma independência que o torne capaz de enxergar o assunto não só sob o prisma político, mas também sob o prisma jurídico.

**O sr. foi procurado pelo governo ou por emissários do governo?**

Absolutamente ninguém.

**O sr. vai aceitar indicação, orientação do governo?**

Nenhuma, absolutamente não.

**Algum pedido do Planalto?**

Pedido pode ser feito por qualquer pessoa. Pedido ou sugestão a gente recebe com educação, mas não haverá nenhum tipo de acatamento a alguma interferência do governo, nem de ninguém.

**Mas o sr. é do partido do governo.**

Se eventualmente uma sugestão, seja do governo, seja de algum deputado, coincida com isso, não tem problema

nenhum. Mas não será critério o atendimento de um pedido. Vamos tratar isso com bastante independência e não vamos aceitar interferência do governo.

**Partidos já negociam substituição de integrantes da CCJ, o que o sr. pensa sobre isso?**

Acho uma postura errada, acho o fim da picada. Porque o deputado não pode ser sacado de uma comissão por uma opinião que ele tenha. Não há nada mais valioso ao parlamentar que sua independência de convicção sobre qualquer assunto. Eu não considero adequado esse tipo de manobra.

**Qual é sua relação com o governo e o presidente Temer?**

Amistosa, uma relação cordial, mas de independência

**Como o sr. vê as acusações que pesam contra ele?**

Tenho muita prudência. Por ser advogado de formação, é muito difícil opinar sobre casos concretos, jurídicos sem o conhecimento pleno do que exista realmente.

# Cunha escreve à mão os termos de sua própria delação

De sua cela no complexo de Pinhais, o ex-deputado redige o que pretende revelar à Operação Lava Jato

**Advogado recém-contratado por Cunha teve reunião com procurador há três semanas**WALTER NUNES  
DE SÃO PAULO

O ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso em Curitiba desde outubro do ano passado, está há mais de um mês escrevendo à mão de dentro de sua cela os anexos de uma proposta de delação que negocia com o Ministério Público no âmbito da Lava Jato.

Na segunda semana de maio, Cunha passou a colocar no papel as histórias que quer contar aos procuradores. O ex-presidente da Câmara usa uma caneta esferográfica comum e folhas em branco soltas.

Há três semanas o advogado Délio Lins e Silva, recém contratado por Cunha, teve um encontro com um assessor de confiança do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em Brasília. Forneceu uma amostra do que o ex-deputado pode revelar.

Entre as histórias que Cunha promete revelar, há suposto esquema de cobrança de propina relacionada à liberação de verba do Fundo de Investimento do FGTS. O sinal do Ministério Público à proposta foi positivo.

Segundo pessoas com acesso ao deputado, Cunha resolveu pôr no papel as histórias após receber o recado de que o corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro, que atuava como operador do ex-presidente da Câmara, também resolveu contar o que sabe.

Paralelamente os dois passaram a escrever propostas de delação. Com a eclosão das denúncias da JBS, Cunha decidiu que seu defensor deveria procurar a Lava Jato para manifestar intensão de delatar.

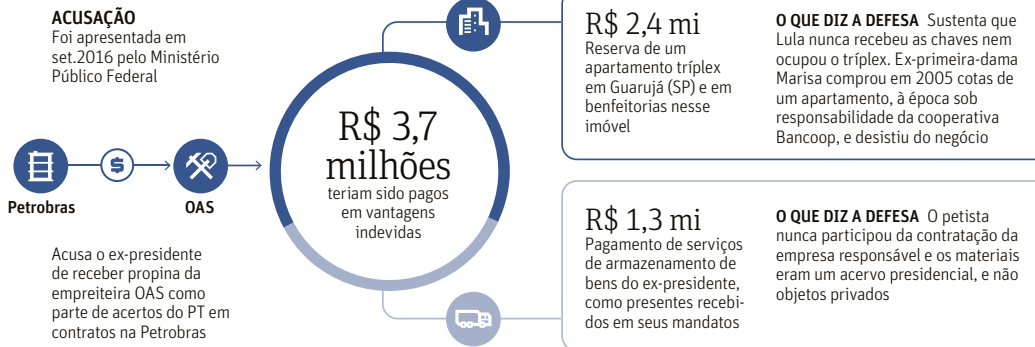
Ao decidir tentar a delação, seria natural que Cunha fosse transferido para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Mas segundo a **Folha** apurou, o deputado quis permanecer no Complexo Médico Penal, em Pinhais, na região metropolitana da cidade.

Como ele pretende delatar alvos com foro privilegiado, as negociações serão todas feitas com procuradores de Brasília. Cunha pode ser transferido para o presídio da Papuda, no Distrito Federal.

Procurado pela **Folha**, Lins e Silva negou que seu cliente esteja escrevendo a delação. A Procuradoria não quis comentar.

**INDÍCIOS NO CASO TRÍPLEX**

Lula é acusado de receber vantagens indevidas da OAS; caso será decidido por Moro



**INDÍCIOS APRESENTADOS**

- 1 Os executivos da OAS dizem que o apartamento estava reservado para Lula, e que isso era de conhecimento geral dentro da companhia
- 2 Documentos apreendidos na casa de Lula faziam referência ao triplex, como um contrato de adesão com o número do apartamento rasurado
- 3 Segundo Léo Pinheiro (sócio da OAS), a negociação foi feita por Paulo Okamoto, do Instituto Lula, e João Vaccari, ex-presidente da Bancoop
- 4 Pinheiro afirmou ainda que, entre abril e maio de 2014, Lula pediu que ele apagasse provas de pagamentos de propina no Brasil ou exterior
- 5 Lula admitiu ter se encontrado com Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, para perguntar sobre denúncias, mostrando elo com esquema

# Ação contra Lula dirá se indício pode condenar

Com processo sobre triplex na reta final, sentença de Sergio Moro é aguardada como referência para casos futuros

**Procuradoria defende 'elasticidade à admissão das provas'; defesa compara ideia a 'teorias fascistas'**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Às vésperas da primeira sentença do ex-presidente Lula na Lava Jato, acusação e defesas vêm travando um debate: indícios são suficientes para condenar?

A questão ganhou corpo nas últimas manifestações do processo que julga se o petista recebeu propina por meio de um triplex em Guarujá. O centro da discussão é a prova indiciária, ainda controversa no meio jurídico.

A sentença do juiz Sergio Moro deve virar referência na avaliação se indícios podem ou não condenar alguém.

A força-tarefa da Lava Jato é uma das principais defensoras desse tipo de prova, e considera que indícios, somados a outras circunstâncias probatórias, podem levar a uma condenação em casos de crimes graves e complexos,



O ex-presidente Lula em depoimento ao juiz Sergio Moro no mês passado, em Curitiba

que não deixam provas diretas — caso da corrupção e da lavagem de dinheiro.

“Ou se confere elasticidade à admissão das provas da acusação e o devido valor à prova indiciária, ou tais crimes, de alta lesividade, não serão jamais punidos e a sociedade é que sofrerá as consequências”, afirmaram os procuradores, em alegações finais a Moro.

As defesas do ex-presidente e de outros réus rebatem esse ponto de vista, que, pa-

ra eles, contraria o princípio da presunção de inocência.

“Esse discurso é tão moderno quanto a Santa Inquisição, as monarquias absolutistas e as teorias fascistas”, disseram os advogados de Lula, também em alegações finais.

Pela doutrina, o indício é definido como um fato acessório que tem conexão com o crime. Se alguém, por exemplo, viu um suposto assassino sair correndo do local da morte com uma arma na mão, seu testemunho é um indício.

“Vários indícios apontando sempre em uma mesma direção podem demonstrar a ocorrência de um fato”, afirmou o promotor de Justiça de São Paulo César Mariano da Silva, em artigo recente no site “Consultor Jurídico”.

No caso do triplex, seriam exemplos de provas indiciárias, além dos depoimentos de delatores, documentos apreendidos na casa de Lula, que fazem referência ao apartamento; ou um encontro do ex-presidente com Renato

Duque, acusado de desviar recursos da Petrobras, após a veiculação de denúncias de que o ex-diretor da estatal teria contas no exterior.

Para o Ministério Público, em ambas as situações faltaram explicações convincentes de Lula — e as provas levariam à conclusão de que ele sabia de desvios na Petrobras e era o dono do triplex.

A defesa do ex-presidente sustenta que a avaliação “racional, objetiva e imparcial” das provas sugere o contrário, e que a tese da Procuradoria é um “castelo teórico”.

Para eles, foi impossível comprovar que os contratos da Petrobras citados na denúncia foram a fonte dos valores investidos no triplex, muito menos que o imóvel pertencia a Lula.

“O que fez a acusação foi tentar justificar o fato de que não foi possível juntar aos autos as provas satisfatórias ao alicerce de uma sentença condenatória”, afirmou o advogado Fernando Fernandes, defensor de Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula.

**PARADIGMA**

O veredicto de Moro pode

levar à consolidação de um novo paradigma sobre provas indiciárias — que, para alguns, teve momento decisivo no julgamento do mensalão.

Na ocasião, ministros do STF entenderam que “provas indiciárias são aptas a justificar o juízo condenatório”.

A questão, porém, ainda é controversa. No mesmo julgamento, a ministra Cármen Lúcia disse que “a condenação exige juízo de certeza”, e que provas indiciárias, portanto, não seriam suficientes para formar convicção de culpa.

“É absolutamente perigoso”, diz o advogado Carlos Eduardo Scheid, doutor em Direito e professor da Unisinos. “Palavras de delatores somadas a alguns indícios geram um risco bastante grande de condenações injustas.”

Outros, porém, defendem a regra da livre apreciação da prova pelo juiz, prevista no Código de Processo Penal — sejam elas diretas ou indiciárias.

“Indícios, quando fortes, seguros e não contrariados por contraindícios ou provas diretas, podem autorizar o juízo de culpa”, disse o ministro Dias Toffoli, em decisão recente.

# Ministro do STF dá aval a novo inquérito contra Aécio

Desta vez, ação vai apurar se tucano cometeu o crime de lavagem de dinheiro com base em acusações feitas por delatores da JBS

LETÍCIA CASADO  
DE BRASÍLIA

O ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou a abertura de novo inquérito para investigar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) por lavagem de dinheiro com base nas acusações dos delatores da JBS.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) vai investigar

se o tucano tentou ocultar a origem de R\$ 2 milhões que teria recebido de Joesley Batista, um dos donos da JBS. O senador já foi denunciado pelos crimes de corrupção passiva e obstrução da Justiça.

Com a decisão de hoje, Aécio passa a ser investigado em nove inquéritos decorrentes da Lava Jato.

Na mesma decisão, Marco Aurélio também desmem-

brou a investigação e mandou para a Justiça Federal de São Paulo a parte relativa aos investigados que não têm foro privilegiado — Andrea Neves e Frederico Pacheco, irmã e primo de Aécio, e Mendherison de Souza, assessor do senador Zezé Perrella. Eles também já foram denunciados pela PGR, mas apenas por corrupção passiva.

Por meio de nota, a defesa

de Aécio informou que recebeu a informação “com naturalidade por se tratar de desdobração da denúncia inicial”. “A investigação demonstrará que não se pode falar em lavagem ou propina, pois trata-se de dinheiro de origem lícita numa operação entre privados, portanto sem envolver recurso público ou qualquer contrapartida. Assim, não houve crime”, diz

Alberto Toron, que defende o tucano.

Aécio foi gravado secretamente pelo empresário Joesley Batista, dono da JBS, pedindo R\$ 2 milhões para pagar um advogado para defendê-lo na Lava Jato. O dinheiro foi inicialmente pedido por Andrea Neves, irmã do senador.

Com autorização do STF, a Polícia Federal filmou o pagamento de uma parcela.

# Governo avalia fazer mais concessões para votar Previdência

## Idade mínima proposta na reforma para aposentadoria das mulheres pode ser reduzida de 62 para 60 anos

**Auxiliares de Temer defendem mudanças para garantir aprovação de proposta, mas ala econômica é contra**

DANIEL CARVALHO  
GUSTAVO URIBE  
DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto está disposto a fazer novas concessões para viabilizar a aprovação da reforma da Previdência no Congresso, acatando mudanças que poderiam reduzir ainda mais o impacto das mudanças e a economia esperada pelo governo.

A crise política provocada pela delação dos donos da gigante de alimentos JBS paralisou as discussões da reforma, que está pronta para ir a votação no plenário da Câmara dos Deputados. Com medo de sofrer uma derrota, o governo decidiu adiar a votação para o segundo semestre.

Aliados de Temer acham melhor deixar a reforma para depois que a Câmara analisar a denúncia criminal que a Procuradoria-Geral da República deve apresentar em breve contra o presidente, que foi acusado pelos donos da JBS de receber propina para defender seus interesses.

Auxiliares de Temer dizem que o governo se prepara para ceder em um dos pilares da reforma da Previdência — a idade mínima proposta para aposentadoria das mulheres poderia ser reduzida novamente, dos 62 anos estabelecidos pela proposta negociada com a Câmara para 60.

Além disso, Temer deve ceder à pressão de parlamentares do Nordeste e manter o regime atual de aposentadoria para trabalhadores rurais. Pode também descartar mudanças nas regras do BPC (Benefício da Prestação Continuada) e equiparar as regras de aposentadoria dos agentes penitenciários e dos poli-

ciais federais e legislativos.

Ainda não há consenso sobre as mudanças no Palácio do Planalto. Alguns ministros da área política se dizem contra novas concessões. A equipe econômica também quer preservar a proposta aprovada pela comissão especial que debateu o tema na Câmara.

Apesar da crise, o diálogo do governo com o Congresso está sendo retomado aos poucos. No entanto, ninguém mais ousa cravar uma data para votação da reforma. Como se trata de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), será necessário o apoio de 308 dos 513 deputados para aprová-la no plenário.

Com o recuo nas regras da aposentadoria rural, trabalhadores do campo poderiam continuar se aposentando com comprovação de exercício da atividade rural por 15 anos e idade mínima cinco anos menor que a dos demais trabalhadores que se aposentam por idade — mulheres aos 55 e homens aos 60 anos.

Já o benefício assistencial, que é pago a idosos (a partir dos 65 anos) e pessoas com deficiência que têm renda familiar per capita de até 1/4 do salário mínimo, teria idade mínima elevada para 68 anos.

### O QUE PODE MUDAR

#### Idade para mulheres

Idade mínima pode ser reduzida de 62 para 60 anos

#### Trabalhador rural

Poderia continuar se aposentando com comprovação de exercício da atividade rural por 15 anos e idade mínima cinco anos menor que a dos demais trabalhadores que se aposentam por idade

# Sem comida e com espera de 10 h, ação de Doria tem desistência de internação

Novo programa para usuários da cracolândia tem obstáculos até para tratamento voluntário

**Especialista vê 'falta de planejamento' em ação; já prefeitura diz que houve aumento de procura com projeto**

JULIANA GRAGNANI  
DE SÃO PAULO

São 20h, e nove pessoas estão sentadas em cadeiras de plástico, de braços cruzados, com fome e frio. Uma está de pé, andando de um lado para outro, impaciente. Estão sob a tenda instalada pela gestão João Doria (PSDB), no centro de São Paulo, onde foram buscar internação voluntariamente. Duas delas chegaram às 10h. Desmotivadas, pensam em voltar para o "fluxo" de viciados da cracolândia.

Embora a prefeitura defenda até o recolhimento à força de usuários de drogas, a falta de estrutura e de acolhida imediata para quem quer de fato se internar chega a provocar desistências. Os usuários esperam até dez horas sem alimentação nesse espaço municipal, a poucos metros da cracolândia, uma tentação para eles.

Na noite desta quarta (21), o fluxo de usuários que estava na praça Princesa Isabel voltou para sua antiga região, agora ainda mais perto da tenda onde usuários buscam internação, um centro móvel de atenção psicossocial. Essa estrutura foi instalada pela prefeitura após a ação policial da gestão Geraldo Alckmin (PSDB), celebrada por Doria, um mês atrás.

Essa tenda faz parte do Redenção, proposta de Doria para solucionar o impasse da cracolândia. As diretrizes do programa, porém, ainda não foram publicadas.

No espaço de espera do Redenção, há cadeiras de plástico, e só. Psiquiatra e enfermeiros ficam em salas dentro de uma cabine. Depois de passar por uma primeira triagem, os usuários são atendidos pelo psiquiatra. Em seguida, en-

quanto os usuários esperam, funcionários buscam por vagas em hospitais psiquiátricos — processo de até uma hora. O maior gargalo está no transporte de dependentes às clínicas. Mesmo quando são designados para as mesmas unidades, usuários são levados um por um, e não juntos, em ambulâncias do Samu.

Esses veículos atendem casos de emergência no resto da cidade e demoram a chegar. Na segunda (19), tardaram até duas horas entre um transporte e outro. À noite, funcionários quebram o protocolo e transportam quatro usuários de uma vez para que eles não passem a noite toda na tenda.

**'DEMOROU DEMAIS'**

A prefeitura não oferece

comida nem água para os usuários, e Raphael Rosa, 32, desde as 14h45 na tenda, está com fome. Sob protestos dos outros usuários, decide deixar o local às 19h para procurar comida na cracolândia.

"Não vai, cara, você não vai voltar", pede Carlos Eduardo Souza, 39, ali desde as 10h. Rosa foi e, "por sorte", diz, voltou sem ter consumido crack, a tempo de ser levado pelo Samu às 20h.

Uma família não teve a mesma sorte naquele dia. A aposentada Celina de Souza, 69, chorava contando sua história: "Cheguei às 9h para internar meu neto, de 21 anos, que tinha voltado para casa. Ele estava disposto. Mas tudo demorou demais. Às 14h30, ele disse que ia ligar para a ir-

mã do orelhão e explicar minha demora para voltar para casa. Não voltou mais. Levou meu cartão do banco".

Para ela, se o serviço não tivesse demorado tanto, seu neto não teria mudado de ideia e teria sido internado.

De manhã, quando vários usuários chegam, eles estão certos da internação. Dizem ter acordado com convicção, após terem refletido por algum tempo sobre a possibilidade. Abstinentes, começam a ter dúvidas se devem ficar.

Na quarta (21), a tenda foi desmontada porque, segundo funcionários da prefeitura, sua estrutura pertencia à Secretaria de Turismo e era prestada. Enquanto era reerguida, usuários eram atendidos na estrutura da frente, on-

de funcionava o programa anticrack da gestão anterior.

Às 17h30, Adão Bueno, 35, mostra para a reportagem suas unhas, completamente roídas. "Cheguei às 10h30. Estava quase acabando com minhas mãos de ansiedade. Estou nervoso por causa da droga. Tive que pedir calmantes para o médico", lamenta. Foi levado para o hospital às 18h.

"É muita tentação. Olha onde estamos, do lado da cracolândia. A demora é péssima. E eu quero largar, já deu", diz Diego Bevilacqua, 30. "Um amigo veio comigo para ser internado. Chegamos às 10h. Às 16h, ele desistiu", relata.

A psiquiatra Carmen Santana, professora da Unifesp, observa que "a cidade já tem um déficit de ambulância" e que, portanto, recorrer ao Samu "mostra falta de planejamento". Para ela, não faz sentido que a prefeitura encare o usuário como alguém que pode esperar por dez horas, mas que precisa de um serviço de emergência como o Samu. Além disso, diz, o ideal é que os usuários esperem "o mínimo possível" na tenda.

Para a psiquiatra Ana Cecília Marques, coordenadora da comissão de drogas da Associação Brasileira de Psiquiatria, falta "retaguarda clínica", ou seja, uma estrutura que, por causa da demora, ao menos controle a síndrome de abstinência por qual passam os usuários de drogas — todos, diz ela, passam em maior ou menor grau por esse estado de seis a oito horas após cessar o uso de drogas.

Para evitar complicações como crises hipertensivas, precisam de atenção de um médico clínico, macas, uma equipe de enfermagem e medicamentos para tratá-los.

Eber de Jesus, 24, estava desistindo quando foi abordado pela Folha. "Estou em abstinência, com fome e raiva. É indignante", dizia. Mudou de ideia e aguardou. Foi levado ao hospital às 18h30, após esperar o dia todo. "Quando cheguei, ainda estava claro".

**TIPOS DE INTERNAÇÃO**

Usuários de droga podem ser levados para tratamento de três formas



**Voluntária**

É feita quando o dependente químico opta pelo tratamento e vai em busca de ajuda



**Involuntária**

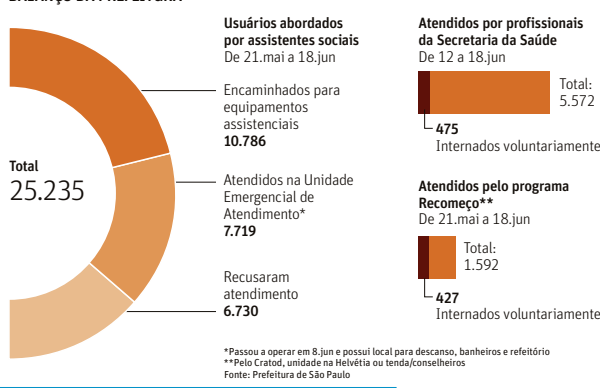
É feita a pedido de terceiros, geralmente familiares. É preciso um laudo médico, e o Ministério Público tem que ser avisado



**Compulsória**

É pedida por um médico, atestando que o dependente não tem domínio sobre sua condição psicológica e física, e determinada pela Justiça

**BALANÇO DA PREFEITURA**



**OUTRO LADO**

**Projeto trouxe maior procura, diz prefeitura**

DE SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) diz que desde o começo do Redenção, seu programa para a cracolândia, no centro de São Paulo, "houve um aumento substancial na procura por internação voluntária".

"De 21 de maio a 19 de junho, 427 pessoas foram encaminhadas para a internação. Antes da ação, as internações se davam apenas por curtos períodos de 72 horas nos Caps-Ad III [Centro de Atenção Psicossocial de Alcool e Drogas] Prates e Sé", diz a nota, que não respon-

de sobre o tempo que os usuários passam esperando pela internação nem sobre a desistência de parte deles.

Sobre a falta de alimentação no Caps Redenção, tenda onde usuários da cracolândia procuram internação, a prefeitura diz que "do outro lado da rua, existe a tenda Helvétia, que oferece sopa, água e é um espaço de suporte às equipes de assistência e saúde na área".

A gestão diz que "a região conta, ainda, com a Unidade de Acolhimento Emergencial, a 800 metros do Caps Redenção, com serviços de higiene e alimentação".

"Ao lado do CAPS Redenção também há a unidade estadual Recomeço Helvétia", que oferece serviços "como centro de convivência, enfermaria de desintoxicação e moradia monitorada, além de ações do programa Recomeço Família".

A gestão Doria diz que há, no Caps Redenção, "dois psiquiatras plantonistas para atendimento 24 horas, sete dias por semana. Há também dois enfermeiros, quatro técnicos e um coordenador".

Quanto ao uso do Samu para transporte de usuários de drogas, a prefeitura diz que o serviço "tem protocolo de atendimento aos quadros agudos relacionados ao uso de drogas, bem como a outras patologias de saúde mental, que deve ser individualizado". "As equipes de saúde mental qualificam e priorizam o atendimento de acordo com a necessidade clínica de cada paciente."

Diz, por fim, que "inicialmente foi montada uma tenda em caráter emergencial" para o Caps Redenção "até que ocorresse a contratação de nova estrutura por meio de ata de registro de

preço". "A troca ocorreu na quarta-feira, sem prejuízo aos atendimentos."

**“Cheguei às 9h para internar meu neto. Mas tudo demorou demais. Às 14h30 ele foi embora e não voltou mais”**

CELINA DE SOUZA, 69  
aposentada, avó de usuário de crack

**Se alguém pode ficar dez horas esperando em um lugar, ela precisa ser levada numa ambulância? Essa lógica não faz sentido**

CARMEN SANTANA  
psiquiatra e professora da Unifesp

# Cracolândia tem 3º endereço em 1 mês

Após proibição de barracas e limpeza diária na praça Princesa Isabel, usuários se instalaram em frente a estação de trem

**Nova concentração fica a 500 m do último local; gestão Doria afirma que faxina é necessária para prevenção em saúde**

DHIEGO MAIA  
FABRÍCIO LOBEL  
DE SÃO PAULO

O “fluxo” de usuários de drogas mudou de novo de endereço no centro de SP.

Há um mês, após uma ação policial que prendeu traficantes e desobstruiu vias, eles caminharam 400 metros e se mudaram da rua Dino Bueno para a praça Princesa Isabel.

Agora, caminharam mais 500 metros e se acomodaram entre as ruas Helvética e Cleveland, em uma praça bem em frente à estação de trem Júlio Prestes e no quarteirão bem ao lado do qual a feira de drogas a céu aberto funcionou até o dia 21 de maio.

A nova mudança de local ocorre dez dias após o início de uma nova estratégia do governo Geraldo Alckmin e da administração João Doria, ambos do PSDB.

Desde o dia 11 deste mês, Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana não permitem mais a montagem de tendas e barracas na praça — o que inibe a presença dos traficantes, já que muitas delas eram utilizadas para o comércio e o consumo de crack.

Além disso, a prefeitura tem realizado limpeza diária com jatos d’água, irritando os usuários por causa do lamaçal formado na praça.

Tudo isso contribuiu para a busca de um novo espaço,



Guardas municipais após limpeza na praça Princesa Isabel, feita pela prefeitura depois que usuários se deslocaram dali

o que ocorreu no final da noite desta quarta-feira (21). Segundo a polícia, a migração ocorreu de forma espontânea. Agentes de saúde, porém, disseram à reportagem que a facção criminosa PCC teria ordenado a mudança.

Nesta quinta (22), PM e GCM cercaram o local com carros, mas sem confronto — o novo espaço escolhido pelos usuários é rodeado de estruturas da prefeitura e do Estado.

Elas foram montadas no tempo em que, no quarteirão ao lado, funcionava um mercado de drogas a céu aberto, sob o comando de homens armados da facção criminosa. Essa feira não existe mais, mas o consumo de drogas ao ar livre seguiu como rotina ao longo desta quinta-feira.

Segundo a prefeitura, a estratégia de limpeza diária continuará também em esse novo ponto de concentração dos

## CRACOLÂNDIA ITINERANTE



usuários, assim como ocorria na praça Princesa Isabel. A gestão diz que a faxina da praça e de outros locais públicos deve ser constante e é necessária como ferramenta de prevenção em saúde, e não como meio de afugentar dependentes químicos.

“Não realizar a limpeza, do ponto de vista do interesse público, é que seria algo a ser contestado”, afirma a administração Doria.

Nesta quinta, durante a operação de limpeza, centenas de dependentes deixaram o calçadão ocupado desde a noite anterior e passaram a se concentrar em uma esquina próxima.

Alguns dependentes falavam “vamos na caravana”, enquanto caminhavam em grupo. Em seguida, uma equipe de varredores retirou os pertences deixados para trás pelos usuários: uma cama,

mesa, colchões, bancos, roupas e garrafas plásticas.

Caminhões-pipa também foram usados para lavar a rua. Logo após a limpeza, que durou cerca de 40 minutos, os usuários retornaram ao local onde haviam passado a noite.

Essa mais nova cracolândia se estabeleceu ao lado das estruturas de atendimento de programas antidrogas do Estado e da prefeitura. O galpão municipal, com capacidade para 38 colchões, está superlotado. Sob um teto de zinco, os usuários que conseguiram uma vaga descansavam e assistiam à televisão.

No pátio do galpão, a reportagem contou mais 15 usuários deitados. No local, os dependentes se alimentam, tomam banho improvisado em torneiras e são convidados por agentes a iniciar tratamentos contra o vício.

Já na rua Helvética, assistentes sociais jogavam futebol no asfalto com crianças e usuários e batucavam tambores na manhã desta quinta, em uma estratégia para atrair os dependentes químicos aos atendimentos na região.

Diante da mudança de endereço da cracolândia, uma das preocupações é com a proximidade da entrada da estação Júlio Prestes da CPTM. Para acessarem a área, trabalhadores do Bom Retiro têm que caminhar uma quadra inteira em frente aos usuários. O receio da PM é que haja tumulto perto da movimentação de passageiros.

Em visita à região, o secretário da Segurança, Máximo Barbosa Filho, disse que o local da antiga feira de drogas não voltará a ser ocupado.



# TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br [www.folha.com/tendencias](http://www.folha.com/tendencias)

## PT é o partido do povo brasileiro

GLEISI HOFFMANN

O Partido dos Trabalhadores realizou, no início de junho, seu sexto Congresso. Após amplo processo de discussão, que mobilizou mais de 300 mil filiados, os delegados escolhidos pela base aprovaram diversas resoluções e elegeram uma nova direção nacional.

Tenho a honra e a responsabilidade de ter sido eleita para presidir a maior organização política do povo brasileiro.

Um grande e unitário compromisso anima o petismo: dedicar nossas energias à resistência e à luta contra o governo usurpador, contra sua agenda de contrarreformas antidemocráticas e antinacionais, em defesa das garantias constitucionais e da soberania popular.

O golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, impondo ao país uma coalizão reacionária e sem voto, representa a histórica tendência de nossas oligarquias em pisotear o resultado das urnas, atropelar a liberdade e proteger seus interesses a qualquer custo.

As forças que tomaram de assalto o governo são inimigas da distribuição de renda, da justiça social, da independência nacional e da democracia. Todas as suas medidas são destinadas a reduzir salários, esvaziar serviços públicos, enfraquecer programas sociais, transferir recursos financeiros aos mais ricos e entregar riquezas às corporações estrangeiras.

Não há lugar para o povo brasileiro em seu projeto antipatriótico. As reformas trabalhista e da Previdência Social são prova cabal de um programa destinado a garantir os lucros dos monopólios às custas do empobrecimento dos trabalhadores, da retirada de direitos e da privatização do Estado.

Poucos meses foram necessários para o governo Michel Temer destruir o prestígio internacional do Brasil, atualmente visto mundo afora como uma República bananeira dominada por plutocratas e corruptos.

Áfundando o país na recessão e no desemprego, o governo usurpador dedica-se a destruir o sistema

de bem-estar social que começou a ser construído a partir da posse do presidente Lula. Nada tem a oferecer, para a maioria da população, a não ser pobreza e infelicidade, explorando os trabalhadores e as camadas médias.

Ao presidente impopular resta o apoio do capital financeiro, de setores empresariais, dos partidos golpistas e de parte dos meios de comunicação. Pode ser o suficiente para ainda mantê-lo no cargo, mas cada vez mais dependente de manobras sórdidas e medidas de arbítrio.

Não é à toa a escalada da repressão contra os protestos. A agenda

### Só haverá saída democrática com o fim deste governo usurpador e a imediata convocação de eleições diretas para a Presidência

que está sendo implantada, rechaçada pelo voto desde 2002, é incompatível com a democracia. Sua viabilidade pressupõe a criminalização do PT e de suas lideranças, especialmente do ex-presidente Lula, das demais correntes progressistas e dos movimentos populares.

Por essas razões, a principal conclusão do congresso petista foi que só haverá saída democrática com o fim do governo usurpador e a imediata convocação de eleições diretas para a Presidência da República.

Nossos dirigentes, parlamentares e militantes estão plenamente dedicados a colaborar na unidade e mobilização de todas as forças dispostas a caminhar nesse rumo. Qualquer solução fora do voto não passa de continuísmo golpista.

A democracia vencerá. Como antes em nossa história, atende pelo nome de “diretas já”. Mais cedo ou mais tarde, as ruas colocarão um ponto final na aventura oligárquica contra o povo brasileiro.

# PAINEL

DANIELA LIMA

[painel@grupofolha.com.br](mailto:painel@grupofolha.com.br)

## Quem ri por último

A recepção calorosa dos políticos ao desenrolar do julgamento sobre a validade da colaboração da JBS recomenda uma leitura mais atenta dos votos de cada ministro. Deputados, senadores e integrantes do governo não esboçaram preocupação com o placar de aparente derrota por sete a zero no STF. As nuances expostas no debate sobre a viabilidade de uma ampla revisão das colaborações no momento da sentença mostram que a decisão sobre o futuro das delações está em aberto.

**Olhai além** Nas contas de um integrante do Supremo que analisou o teor das manifestações de seus colegas, hoje são cinco votos a três contra a possibilidade de, ao fim de um processo, um acordo de delação ser alterado ou ser até mesmo anulado por sentença do plenário do STF.

**Nebuloso** O voto de Alexandre de Moraes — que aparentemente acompanhou o relator da Lava Jato, Edson Fachin — foi visto como contraditório. Quem defende que não haja espaço para revogar acordos encontrou brechas na fala do ministro.

**Deu ruim** A denúncia que Rodrigo Janot vai apresentar contra o presidente Michel Temer deve ter impacto direto no processo que o peemedebista tenta mover contra Joesley Batista por calúnia.

**Univitelinos** Como Janot deve tachar Temer de “chefe de organização criminosa”, mesmo termo usado pelo empresário, a ação do presidente contra o dono da JBS, já rejeitada na primeira instância, perde ainda mais força.

**Sai na frente** A derrota da reforma trabalhista em comissão do Senado azedou de vez a relação entre a base de Temer e o PSDB. Siglas que apoiam o Planalto pressionam o presidente a desalojar os tucanos dos ministérios antes que eles deixem formalmente a base aliada.

**Ame quem te ama** Esses partidos argumentam que o rompimento do PSDB é apenas uma questão de tempo. Dizem que, se antecipasse o gesto, Temer poderia privilegiar com mais cargos no governo siglas que vão atuar para barrar a denúncia de Rodrigo Janot na Câmara.

**Tá vendo?** O voto do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) contra a nova legislação trabalhista é apontado por esses partidos como a prova de que os tucanos mentem ao dizer que manteriam o apoio às reformas mesmo deixando a base.

**Pago para ver** Integrantes do PSDB reconhecem que o clima é de desconfiança, mas avisam que, se esticarem demais a corda, os tucanos não pensarão duas vezes em deixar os ministérios, mesmo que seja um voo solo.

**Água na fervura** O ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) decidiu pedir calma. “Não podemos perder o foco. A meta é aprovar a reforma trabalhista e a da Previdência. Até lá, não devemos empurrar ninguém”, disse.

**Cadeira elétrica** Presidente em exercício com a viagem de Temer ao exterior, Rodrigo Maia (DEM-RJ) adotou a discrição como mantra no Planalto. Só despacha no sofá. Nunca usa a poltrona ou a mesa do peemedebista.

**Ponto de vista** Apesar do impasse sobre preservação ambiental, aliados de Temer ressaltaram que empresários noruegueses prometeram novos investimentos no Brasil. Os estrangeiros, contudo, pediram regras mais simples, especialmente de tributação.

**Seguro desemprego** O governo já mapeou os indicados de Eduardo Amorim que estão em postos da administração federal em Sergipe. Quando chegar ao Brasil, Temer decidirá se vai retaliar o voto contra a reforma.

**Blindada** Diante das especulações de que pode ser substituída na chefia da AGU, Grace Mendonça costuma dizer que, sempre que fala com Temer, ele reitera ter plena confiança nela.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

## “ tiroteio

*Impressionante! Setores do PT acham normal reuniões com Sarney e com o PMDB, mas se escandalizam quando vemos Boulos e PSOL.*

DO SENADOR LINDBERGH FARIAS (PT-RJ), sobre o ex-presidente Lula ter relatado contrariedade com a reunião de petistas com integrantes do PSOL e do MTST.

## “ contraponto

### Dois é demais!

Na manhã desta quarta-feira (21), o prefeito João Doria participou do anúncio de uma parceria com empresários italianos para recuperar praças em São Paulo. Durante o lançamento do projeto de revitalização, o cônsul da Itália, Michele Pala, contou para Doria que o prefeito de Gênova tem o mesmo sobrenome que o dele.

Munido, o prefeito de São Paulo não perdeu a chance de provocar seu vice, Bruno Covas:

— Se com um Doria, você já perdeu 12 quilos, imagina com dois, hein, Bruno? Você iria desaparecer!

Rindo, o vice-prefeito respondeu:

— Com dois seria uma hecatombe nuclear!

# MÔNICA BERGAMO

[monica.bergamo@grupofolha.com.br](mailto:monica.bergamo@grupofolha.com.br)

## DEVE E PAGA

O Ministério Público Federal endureceu a negociação com o doleiro Adir Assad, que operava em SP e discute os termos de uma delação premiada. Ela está na reta final. Mas, para fechar o acordo, os procuradores exigem pagamento de multa de R\$ 50 milhões.

### PEDRA

As conversas iniciais giravam em torno de multa de R\$ 100 milhões, valor que baixou conforme as tratativas evoluíram. O MP, porém, acredita que chegou ao piso e não está mais disposto a ceder.

### PEDRA 2

As garantias apresentadas inicialmente pelo doleiro foram avaliadas como frágeis. As negociações emperraram por um tempo, mas acabaram prosperando.

### CORAÇÃO

Adir Assad é tido como operador central de desvios de obras dos governos tuanos em SP. Um dos personagens que ele promete envolver é Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa entre 2007 e 2010, na gestão de José Serra no governo paulista.

### CRIME

O shopping Pátio Higienópolis, em SP, será investigado por possível prática de racismo institucional. O inquérito foi aberto pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos depois que o jornalista Enio Squeff denunciou que uma segurança lhe perguntou se queria que retirasse uma criança do local. Ela dizia ter ordens de evitar que mendigos incomodassem os clientes.

### CRIME 2

O garoto, de 7 anos, é filho de Squeff, que acusou a guarda de estar deduzindo que ele era mendigo por ser negro. A criança usava uniforme do Si-on, colégio perto do shopping.

### LAMENTO

O centro comercial disse, em nota, reiterar “que todos os frequentadores são e serão sempre bem-vindos, sem qualquer tipo de discriminação”. Afirmou que “reorientou a colaboradora envolvida” e disse lamentar “profundamente” pelo fato “isolado”, pois “não compactua com esse tipo de procedimento”.

### VERSÃO BRASILEIRA

O clássico “Romeu e Julieta” vai virar um musical brasileiro, com estreia marcada para 2018 e produção da Aventura Entretenimento. Dirigido por Guilherme Leme, o espetáculo terá colaboração artística da atriz Vera Holtz na direção do elenco.

### SÓ PARA ADULTOS

Inhotim vai oferecer visitas especiais em julho sobre o uso de plantas psicotrópicas por populações tradicionais e pela medicina atual. Os guias — um engenheiro agrônomo e um ex-morador da região do instituto — vão relacionar essas espécies a trabalhos de Adriana Varejão e Tunga, dois artistas com galerias no museu. As visitas, exclusivas para adultos, farão parte do festival MECAInhotim.

### JOGA O JOGO

O prédio da Bienal, no Ibirapuera, receberá em agosto a exposição interativa “A Era dos Games”, criada pelo Barbican Centre, de Londres. A mostra, que conta a história dos jogos eletrônicos — setor que rivaliza em faturamento com a indústria cinematográfica —, teve uma versão menor montada no MIS, em São Paulo, em 2011. A nova apresentação games de última geração e jogos produzidos no Brasil.

### FARRA DO BOI

A TV Cultura irá transmitir neste ano o Festival Folclórico de Parintins. Entre 30 de junho e 2 de julho, a disputa entre o boi Garantido e o Caprichoso será exibida para até 132 milhões de pessoas, em 26 Estados e no Distrito Federal.

### LISTA NEGRA

Uma proposta na Câmara Municipal de São Paulo quer proibir a venda de narguilé a menores de idade. O vereador Gilberto Nascimento (PSC) está chamando uma audiência pública para discutir a proibição.

## CURTO-CIRCUITO

**Elza Soares** participa de bate-papo hoje, às 20h, no Auditório Ibirapuera.

**A banda Cachorro Grande** faz shows para gravar disco ao vivo, hoje e amanhã, no Centro Cultural Rio Verde.

**Rincon Sapiência** faz show hoje no MIS, às 21h30.

**Laís Bodanzky** e **Maria Ribeiro** apresentam o filme “Como Nossos Pais”, a partir de hoje, no Festival de Cinema Brasileiro de Paris.

# EDITORIAIS

[editoriais@grupofolha.com.br](mailto:editoriais@grupofolha.com.br)

## Delação confirmada

**Ainda que acordo entre JBS e Janot mereça críticas, sua anulação neste momento prejudicaria investigações, contra o interesse público**

Foram muitas —e corretas— as críticas feitas ao acordo entre a Procuradoria-Geral da República e o dono da JBS, Joesley Batista, com o propósito de premiar sua colaboração no esclarecimento de casos de corrupção no governo federal.

Tendo confessadamente gerenciado uma máquina de propinas de dimensão estarrecedora, Batista beneficiou-se da suspensão de qualquer processo que pudesse atingi-lo, desfrutando de liberdade irrestrita para prosseguir em suas atividades dentro e fora do país.

Prevaleceu a constatação de que, mais do que benefícios por uma delação, o Ministério Público ofereceu ao empresário o prêmio de uma quase completa impunidade —e nada mais avesso ao espírito predominante na opinião pública do que tal situação.

A partir do acordo revelou-se a célebre conversa entre Joesley Batista e o presidente Michel Temer (PMDB), cuja divulgação, em maio, deu origem à profunda crise política hoje vivida pelo país, de desfecho imprevisível.

A fidedignidade da gravação do diálogo, como se sabe, ainda não foi comprovada acima de qualquer dúvida por perícia judicial.

Foi a própria possibilidade de uma apuração mais detalhada so-

bre o caso, entretanto, que pareceu comprometida nestes últimos dias, na medida em que se buscou questionar a delação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dois personagens citados por Batista —o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), e o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR)— contestaram o acordo com base em argumentos predominantemente formais.

Por maioria de votos, o STF afastou tais refutações. Ainda que se possa considerar imprópria a largueza dos oferecimentos feitos ao delator, não caberia retirar do Ministério Público a autoridade de que dispõe para efetuar negociações de tal gênero.

Por sua vez, ao homologar a delação, o ministro do STF Edson Fachin procedeu legitimamente, não cabendo ao magistrado, no momento preliminar das investigações, analisar mais do que os aspectos formais do acordo celebrado.

Com certeza, como apontou-se no STF, o próprio mecanismo da delação se tornaria inoperável caso estivesse aberta a possibilidade de revogação por mera discordância subjetiva quanto aos seus termos.

Esse risco, apesar das ressalvas externadas por alguns ministros, está aparentemente dissipado. O interesse público, arranhado com a impunidade do empresário corruptor, preservou-se no essencial.

Com efeito, por mais negativo que tenha sido o impacto moral daquele acordo, ainda pior seria sua anulação neste momento.

# Ensino mal pago

No debate sobre as mazelas da educação brasileira, tornou-se lugar-comum mencionar os baixos salários dos professores. Um levantamento recém-divulgado permite tratar da questão em termos mais precisos.

Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a remuneração média de um docente do ensino básico é de R\$ 3.335 mensais na rede pública, em valores de 2014.

De positivo, pode-se dizer que a cifra supera a média apurada em todos os ofícios naquele ano, de R\$ 2.449 no mercado formal. É também praticamente o dobro do piso salarial para a categoria estabelecido em lei na época.

Entretanto poucos diriam que se trata de soma suficiente para atrair os profissionais mais qualificados, dos quais as escolas do país muito carecem. Basta a comparação com o rendimento médio dos trabalhadores com nível superior completo, de R\$ 5.284 (2014).

Há ainda observações a fazer sobre a metodologia do Inep, que apurou as quantias recebidas por hora e calculou valores para jornadas de 40 horas semanais —o que não constitui a realidade em grande parte dos estabelecimentos.

São corriqueiras, como se sabe, as contratações por períodos menores, que levam docentes a assu-

mir mais de um emprego, dentro ou fora do magistério.

Não por acaso, os cursos de pedagogia —que formam professores para os primeiros anos do ensino fundamental— costumam ser procurados por estudantes de notas menos satisfatórias, como mostrou pesquisa publicada em 2016.

O Brasil coleciona progressos inegáveis, embora insuficientes, na valorização dessa carreira essencial. Verbas avolumaram-se no último decênio, com a instituição do fundo da educação básica e do piso salarial. Mostra-se mais difícil, porém, dar continuidade ao processo em um cenário de severas restrições orçamentárias.

Premiações por mérito, decerto, serão alternativas preferíveis aos reajustes salariais lineares —que tendem a nivelar por baixo o desempenho dos profissionais.

Para preservar os recursos, há que conter o avanço das despesas com aposentadorias e pensões nos Estados e municípios, onde estão lotados praticamente todos os 2 milhões de professores do ensino público fundamental e médio.

Deve-se tirar partido, por fim, das transformações demográficas que reduzem a cada ano a quantidade de matrículas na rede. Ajustes graduais do número de docentes podem permitir, no futuro, que se pague mais a cada um deles.

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Salvando as delações

**SÃO PAULO** - Fez muito bem o Supremo em manter as vantagens oferecidas aos irmãos Batistas e à JBS em sua delação premiada.

Eu estou entre aqueles que julgam exagerados os benefícios que o Ministério Público (MP) concedeu aos colaboradores. Ficou barato demais para os empresários. Eles próprios reconheceram que, ao longo de oito anos, compraram a boa vontade de quase dois milhares de políticos, em esquemas delituosos que somaram meio bilhão de reais, mas não passaram o único dia na cadeia e, se quiserem, poderão continuar à frente dos negócios da holding. Se isso não configura um caso de crime que compensa, precisamos redefinir as noções de crime e compensação.

Ainda assim, teria sido muito pior rever agora os termos da delação para aumentar as punições impostas aos Batistas. Se o tivesse feito, o STF não apenas teria escancarado as portas para rever todos os acordos de colaboração até aqui firmados no âmbito da Lava Jato —o que poderia ter

impactos negativos sobre a operação— como também teria colocado em risco o próprio instituto da delação premiada, que já se mostrou valiosíssimo para um combate eficaz à corrupção e ao crime organizado.

O Estado precisa ter palavra. Não dá para o Estado na figura do MP prometer uma coisa ao delator e, em seguida, o mesmo Estado, agora na “persona” do STF, dizer que não gostou dos termos e desfazer tudo. O MP é o titular da ação penal e é a ele que cabe conduzir a negociação. O STF deve fazer um controle mais formal sobre a legalidade dessa transação penal, mas, a meu ver, não lhe cabe avaliar o mérito do que foi acertado.

A delação premiada é relativamente nova no direito brasileiro e ainda vai levar um certo tempo até que aprendamos a lidar com ela. Penso que devemos balizar melhor até onde os procuradores podem ir em suas promessas, mas isso precisa ser feito por meio de lei e não de reações emocionais a casos concretos.

helio@uol.com.br

RUY CASTRO

## O segredo das joias

**RIO DE JANEIRO** - Com o ex-governador Sérgio Cabral é assim. Levanta-se uma folha de seu inquérito na Polícia Federal e piscam novos anéis, brinços e colares, comprados com dinheiro público, em espécie e à vista, para adornar dedos, orelhas e pescoço de Adriana Ancelmo, sua mulher. Pelas últimas contas, são 189 joias e pedras preciosas às mancheias.

É de se perguntar quantos dedos ou orelhas não teria a dita senhora ou quantos anos levaria para desfrutar aquilo tudo, à média de uma peça por dia. Um recém-chegado de Júpiter, desinformado sobre nossos políticos, talvez enxergasse uma grande paixão nesse tesouro de Ali Babá que Cabral despejou sobre madame.

Nos anos 60, falou-se isso do ator Richard Burton, que acumulava de joias Elizabeth Taylor, a ponto de os fotógrafos já dispensarem os flashes para fotografá-la, tantos os pingentes, colares e tiaras brilhando em sua cabeça. As elites europeias vi-

am naquilo uma grande cafonice, mas Burton presenteava sua mulher com seu dinheiro.

Sérgio Cabral exercia sua cafonice com nosso dinheiro. Idas quinzenais a Londres ou Paris, lautos regabofes com os sócios, conta-corrente em alfaiates da nobreza e, na volta ao Rio, sempre vergado ao peso de tantas malas —tudo isso traía o jeca, o deslumbrado, incapaz de habituar-se ao dinheiro que passou a entrar-lhe às fâbulas, subtraído dos investimentos contratados pelo Estado.

Das joias compradas por Cabral para Ancelmo, só 40 foram localizadas até agora. Onde estão as outras? Em segredo? Mas não há segredo. Estão em todos os contratos feitos com renúncia fiscal, no dinheiro que deixou de entrar em troca da propina e nas benesses para amigos à custa dos cariocas e fluminenses que confiaram nele. O valor total é o da quebradeira do Rio. As joias não passam de uma rede lavandaria de 18 quilates.

BERNARDO MELLO FRANCO

## Vexame internacional

**BRASÍLIA** - A viagem de Michel Temer à Europa produziu um vexame internacional. Enquanto o presidente passeava em Oslo, o governo da Noruega anunciou que cortará pela metade a ajuda ao Fundo Amazônia. O motivo é o fracasso do Brasil no combate ao desmatamento.

A devastação da floresta avançou 29% na última medição anual, divulgada em novembro. O país perdeu 7.989 quilômetros quadrados de mata tropical, o equivalente a sete vezes a área da cidade do Rio de Janeiro. Foi o pior resultado em oito anos.

A Noruega é a maior patrocinadora do Fundo Amazônia. Já doou R\$ 2,8 bilhões para o Brasil proteger as árvores e reduzir a emissão de carbono. Isso equivale a 97% dos recursos do fundo, que também recebeu aportes da Alemanha e da Petrobras.

Às vésperas da chegada de Temer, os noruegueses repreenderam o governo brasileiro pelo desmantelamento da política ambiental. O ministro Vidar Helgesen criticou a aprovação de medidas provisórias que

reduzem unidades de conservação.

A pressão internacional convenceu o presidente a vetar as MPs. No entanto, o governo prometeu aos ruralistas que vai enviar ao Congresso um projeto de lei com o mesmo teor.

Após o anúncio desta quinta, o Fundo Amazônia deve perder de menos R\$ 166 milhões em doações. “É uma decisão humilhante para os brasileiros. O país pediu dinheiro para reduzir o desmatamento, mas o que está acontecendo é o contrário”, me disse Jaime Gesisky, da WWF.

O secretário-executivo do Observatório do Clima, Carlos Rittl, avalia que o retrocesso ainda pode se agravar. “A aliança de Temer com a bancada ruralista está saindo muito caro. O meio ambiente virou moeda de troca na negociação para barrar o impeachment”, afirmou.

Em Oslo, onde desfilou com uma reluzente gravata verde, o ministro Sarney Filho foi questionado se o Brasil vai reduzir o desmatamento. Sua resposta foi outro vexame: “Só Deus pode garantir isso”.

CLAUDIA COSTIN

## Educar melhor

Nesta semana estive no Brasil a educadora Joanne Weiss, que coordenou, no governo Obama, o esforço de elaboração de orientações curriculares da pré-escola ao último ano do ensino médio. O esforço foi apoiado por incentivos para Estados que a ele aderissem e envolveu mais do que apenas redigir o conjunto de competências que se esperava que os alunos alcançassem a cada ano de escolaridade. Incluiu capacitação de professores, modelos de avaliação e materiais de apoio aos docentes.

Ao ouvi-la falar sobre acertos e erros da estratégia americana, em que 46 Estados acabaram adotando o que ficou conhecido como Common Core, pensei na nossa realidade. Em meio à maior crise fiscal e institucional dos últimos anos, quando há poucas possibilidades de um diálogo equilibrado envolvendo interlocutores com visões políticas diferentes, uma iniciativa pública avança de forma consistente: a criação de uma Base Nacional Comum, prevista na Constituição de 1988, que deverá fixar o que os alunos devem aprender.

Diferentes ministros, desde 2015, participaram do esforço, e o documento, depois de ampla consulta e duas versões depois, está agora no Conselho Nacional de Educação (CNE) para ser analisado. Corretamente, o CNE decidiu realizar audiências públicas regionais

para ouvir sugestões, antes da decisão final.

Mas, segundo Joanne, esta é a parte fácil do trabalho: redigir o que deve nortear o trabalho das escolas, estabelecendo direitos de aprendizagem dos alunos em termos de competências que se espera que desenvolvam. O difícil será a implementação, sem falar que ainda não estamos analisando a parte referente ao ensino médio, talvez a mais difícil e polêmica.

Não adianta ter uma Base apenas para mostrar aos visitantes. Ela precisa acontecer na sala de aula e isso requer envolver Estados, municípios e escolas na tradução da Base em currículos, preparar, com os professores, materiais instrucionais alinhados à Base, sejam livros, aulas digitais ou cadernos pedagógicos, e promover avaliações que forneçam informações aos docentes e aos gestores sobre a aprendizagem dos alunos.

No entanto teremos perdido uma grande oportunidade se não aproveitarmos este momento para rever a formação de professores no país. As licenciaturas estão ainda muito distantes da prática docente e não preparam para uma profissão, enquanto a formação continuada em serviço não valoriza a equipe de trabalho na escola e reforça o academismo da formação inicial.

Se não enfrentarmos essa questão com coragem, como fizeram os países que contam com bons sistemas educacionais, continuaremos patinando. Precisamos educar melhor as futuras gerações.

CLAUDIA COSTIN escreve às sextas nesta coluna.

# metro

SÃO PAULO

Sexta-feira,  
23 de junho de 2017  
Edição nº 2.561, ano 11

MIN: 12°C  
MÁX: 23°C

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal\_SP



**FESTIVAL COMEÇA**  
COM ATRAÇÕES PARA ADULTOS E CRIANÇAS PÁG. 20



# SIGA O FLUXO

Ao completar um mês da megaoperação na Cracolândia, usuários de drogas deixam a praça Princesa Isabel e voltam a ocupar cruzamento da alameda Cleveland com a rua Helvétia

PÁG. 04

**PRAÇA PRINCESA ISABEL**  
Quarta-feira, 21 de junho



**PRAÇA PRINCESA ISABEL**  
Ontem



FOTOS: ANDRÉ PORTO/METRO



**RUA HELVÉZIA**  
Quarta-feira, 21 de junho



**RUA HELVÉZIA**  
Ontem

## EUA não compram mais carne do Brasil

País suspende a importação de carne brasileira até que medidas sanitárias efetivas sejam tomadas PÁG. 10

## STF mantém delações da JBS, e com Fachin

Validade das decisões do ministro é mantida, mas sinaliza que acordos voltarão a ser pauta mais adiante PÁG. 08



Jô fez o primeiro alvinegro  
| MAURO HORITA/FOLHAPRESS

## Corinthians vence o Bahia em Itaquera

Timão supera baianos por 3 a 0 na 9ª rodada e assegura liderança do Campeonato Brasileiro PÁG. 26

# Cracolândia itinerante

**Nova concentração.** Usuários de drogas saíram da praça Princesa Isabel e foram para ponto próximo do antigo, onde se instalaram

No dia em que completou um mês a megaoperação policial na Cracolândia que prendeu traficantes, os usuários de droga que tinham se instalado na praça Princesa Isabel voltaram para as proximidades do antigo ponto de concentração, desta vez em uma praça na esquina da alameda Cleveland com a rua Helvétia.

A "migração" foi acompanhada por policiais militares. A Secretaria de Segurança Pública, no entanto, disse que ela foi espontânea.

Fato é que a Princesa Isabel estava vazia e com muita sujeira no final da noite de anteontem. Na manhã de ontem, a prefeitura a lavou.

Enquanto isso, os usuários circulavam no novo ponto. Mas por que mudaram? À Rádio Bandeirantes, alguns relataram a forte presença de policiais, a dificuldade para montar barracas e para conseguir alimentação e também a sujeira que, normalmente grande, ficava ainda pior em dias de chuva, por causa do barro. Outra versão que circulou era que a mudança tinha sido "ordenada" por traficantes, que se sentiam muito "expostos" na praça, aberta.

Segundo a SSP, desde 21 de maio, 144 pessoas foram presas ou apreendidas na região. A pasta conta 88 celu-



Usuários foram andando para novo ponto de concentração...



...e praça Princesa Isabel desocupada foi lavada ontem | FOTOS ANDRÉ PORTO/METRO

lares, R\$ 91 mil em dinheiro e 56,7 quilos de drogas apreendidos no período.

Em nota, prefeitura informou que, mesmo com a mudança, manterá os atendimentos de saúde e de assistência social, que resultaram em 427 internações voluntárias desde o dia 21 de maio. O tratamento dos usuários é elogiado pelo toxicologista Anthony Wong. A prefeitura disse que vai

criar mais duas unidades do posto de atendimento social aos usuários e que as vagas para internação psiquiátrica passarão de 270 para 470.

Ontem, o Conselho Nacional de Direitos Humanos decidiu representar no Ministério Público contra o prefeito João Doria (PSDB) por entender que houve descontinuidade da política pública municipal de drogas. **METRO**



## CRONOLOGIA

### 21 DE MAIO

Megaoperação com 976 policiais desmancha a feira de drogas na Cracolândia (alameda Dino Bueno com rua Helvétia), prende traficantes e provoca a dispersão dos usuários pelo centro

### 23 DE MAIO

Prefeitura inicia a demolição de imóveis na antiga área sem autorização judicial. Derrubada de parede em

penso deixa três pessoas feridas. Ação é suspensa

### 26 DE MAIO

Liminar autoriza que prefeitura faça apreensão de usuários e os leve sem consentimento para avaliação médica para possíveis internações compulsórias (que ainda dependeriam de aval judicial). Ministério Público e Defensoria crítica a medida e derrubam liminar com recurso dois dias depois

### 8 DE JUNHO

Unidade emergencial com camas, banheiros e refeitórios montados em contêineres começa a funcionar em estacionamento da GCM para acolhimento dos usuários. No dia 26 de maio, administração já havia aberto Caps 24h emergencial

### 11 DE JUNHO

Policia realiza segunda operação, desta vez na Princesa Isabel. Traficantes

são presos, usuários revistados e barracas destruídas. Segurança e limpeza são reforçadas para evitar retorno das tendas

### ONTEM

Usuários saem da praça Princesa Isabel e migram com pertences para praça na esquina da alameda Cleveland com rua Helvétia



FONTE: PREFEITURA DE SÃO PAULO E SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

## Clima. 10 fim de semana de inverno terá dias com sol

O primeiro fim de semana de inverno será de sol na capital. O Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) prevê que hoje, amanhã e domingo serão dias com nevoeiros isolados ao amanhecer, seguidos por tempo aberto.

De acordo com o instituto, um sistema de altas pressões está atuando sobre o Estado, garantindo dias ensolarados com baixas temperaturas na madrugada, início da manhã e à noite.

Hoje, a temperatura vai variar de 12°C a 23°C. Amanhã, ela deve ficar entre 12°C e 24°C e, no domingo, a previsão é que os termômetros marquem de 12°C a 23°C. **METRO**

## Dias de arraial. Anhembi terá festa junina dois dias

No último final de semana de junho, brincadeiras, shows e barracas de comida vão dominar o espaço Sambódromo do Anhembi com o "Arraial da Cidade de São Paulo".

Nos dois dias, o evento terá barracas de brincadeiras como argola, pesca e chute a gol. Pastel, derivados do milho, crepe e outras comidas típicas também terão espaço na festa.

Amanhã, o arraial começa às 14h e termina somente às 23h, com músicas típicas e show da dupla Henrique e Diego. No domingo, Fernando e Sorocaba e o Trio Sinhá Flor também se apresentam na festa, que vai das 12h às 21h. Os ingressos variam de R\$ 15 a R\$ 80.

A festa de São João também será celebrada ama-

nhã, em 19 CEUs (Centros Educacionais Unificados) pela cidade. Durante a manhã e à tarde o público também poderá aproveitar as comidas típicas e danças.

No CEU São Rafael, serão realizados cortes de cabelo, maquiagem, serviço de manicure e pintura facial.

### Planetário

Os planetários da cidade também vão ter comemoração de São João amanhã. Ao longo do dia, o Planetário do Carmo (zona leste) terá diversas atividades. Além das tradicionais danças, shows e comidas, o público poderá observar satélites e o sol e assistir à "quadrilha astronômica". **METRO**

Veja a lista dos CEUs que terão festa no site [metrojornal.com.br](http://metrojornal.com.br)

## Campanha de vacinação contra gripe termina hoje

Hoje é o último dia da campanha de vacinação contra o vírus da gripe. Na cidade, mais de 2,8 milhões de pessoas tomaram a vacina, segundo a Secretaria Municipal da Saúde, o que equivale a 79,8% do público-alvo – a meta é alcançar 90%.

A campanha começou no dia 17 de abril e foi prorrogada por quase um mês – a previsão inicial era que terminasse em 26 de maio.

O público-alvo inicial eram pessoas com 60 anos ou mais, crianças de 6 meses a 5 anos, gestantes, mulheres que deram à luz há até 45 dias, pessoas com doenças crônicas, professores e profissionais da saúde.

Nas últimas semanas, policiais civis e militares, bombeiros, carteiros, fun-

### SAIBA MAIS SOBRE A VACINA

Composição >> A-H1N1 | A/Hong Kong (H3N2) | B/Brisbane

#### Causa gripe?

A vacina não causa gripe porque não é feita com material genético do vírus

#### Quem não pode tomar?

Quem tem alergia grave a proteína do ovo ou já apresentou alergia a vacina em campanhas anteriores

#### Por que tomei a vacina e fiquei gripado?

A pessoa demora de duas a três semanas depois de tomar a vacina para ter a produção adequada de anticorpos. Nesse período se ela estiver exposta a um vírus, pode contrair a doença, por não estar protegida ainda

FONTE: SECRETARIAS DE ESTADO E MUNICIPAL DA SAÚDE

cionários do Poupatempo e Defesa Civil, além de agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana) e da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) foram incluídos. Desde o dia 12 deste mês, pessoas entre 55 e 59 anos também passaram a ser fo-

co da campanha.

Entre o público-alvo, as grávidas são o grupo com menor adesão: menos de 60% delas foram vacinadas.

De acordo com a secretaria, nos demais grupos a meta está mais próxima de ser cumprida. **METRO**



# DIÁRIO DO GRANDE ABC



Nairlo Barbosa

## Fábrica da Volks em São Bernardo produzirá Virtus

Direção da empresa alemã confirma informação ao prefeito Orlando Morando; montagem do sedan e do Polo vai garantir a manutenção dos 9.163 empregos

Os executivos da matriz da Volkswagen confirmaram ontem na Alemanha, durante reunião com o prefeito Orlando Morando (PSDB), que a planta da montadora em São Bernardo vai fabricar o Virtus, sedan anunciado em março na edi-

ção do Salão do Automóvel de Genebra, na Suíça. A produção tem início previsto para o primeiro semestre do ano que vem, enquanto a do novo Polo deverá começar já em setembro. A chegada dos dois modelos não deverá gerar novos

postos de trabalho, mas tanto o prefeito quanto dirigentes sindicais do município comemoram a decisão da empresa, pois é praticamente certa a manutenção do atual quadro na unidade, de 9.163 trabalhadores. [Política 3](#)

INVESTIMENTOS. Planta da Volks em São Bernardo fabricará dois novos carros



Daniel Vorley/Estádio Conteúdo

NA REDE. Jô e Balbuena fizeram os dois primeiros gols do Corinthians

### Timão derrota o Bahia, continua invicto e mantém o primeiro lugar

Com gols de Jô, Balbuena e Marquinhos Gabriel, o Corinthians venceu o Bahia por 3 a 0, ontem à noite, e manteve a liderança isolada do Campeonato Brasileiro. O Timão também continua invicto. [Esportes 3](#)

### São Bernardo anuncia retorno do experiente Tiago Gasparetto

Diretoria do Tigre agiu rápido para suprir a falta dos zagueiros Dogão e Douglas, contundidos, e ontem anunciou o acerto com Tiago Gasparetto, 33 anos. Experiente, o jogador já tinha atuado pelo time em 2011. [Esportes 2](#)

### ESPERA ACABA DOMINGO



Denis Maciel

QUASE PRONTO. Operários trabalham para dar os últimos retoques no empreendimento, que no total terá 840 apartamentos

### Prefeitura entrega 520 apartamentos do Altos de Mauá, no Jardim Feital

A Prefeitura de Mauá entrega no domingo os primeiros 520 apartamentos do Condomínio Altos de Mauá, no Jardim Feital. Outras 320 unidades devem estar prontas em 120 dias, o que deve encerrar a construção de empreendimento cercado de polêmicas. [Setecidades 3](#)

### DESCASO



André Henriques

Motoristas de Rio Grande da Serra e os de fora que visitam a cidade encontram dificuldades quando dependem da sinalização de trânsito. Segundo moradores, os equipamentos estão sem manutenção há cerca de cinco anos. Resultado: placas enferrujadas, amassadas e furadas podem ser vistas em toda parte. [Setecidades 1](#)

### APÓS FALÊNCIA

#### Liminar garante volta da fábrica Karmann Ghia às mãos do dono

Após ter falência decretada em janeiro, a autopeça Karmann Ghia foi reintegrada ao dono, dom Eudes Regnier Orleans e Bragança, por meio de liminar. [Economia 6](#)

### TERCEIRA EDIÇÃO

#### Ranking tem cinco cidades da região entre as 100 mais inteligentes do País

Cinco das sete cidades do Grande ABC figuram no ranking dos 100 municípios mais inteligentes do Brasil. São Caetano está entre as dez mais bem colocadas. [Setecidades 1](#)

### NOVIDADE



#### Peugeot 3008 chega ao mercado no fim do mês que vem

O lançamento comercial do SUV 3008 no País está marcado para 30 de julho. Nova geração do modelo chega em versão única de acabamento e preço de R\$ 135.990. [Página 5](#)

### ÍNDICE

Política/Economia	4
Setecidades	4
Esportes	4
Cultura&Lazer	4
Automóveis	8
Imóveis	2
Empregos&Oportunidades	2

Nesta edição 30 páginas

EDITORIAL  
Dedicação e empenho

### COLUNAS

**CENA POLÍTICA:** Admir Jacomussi se divide em Mauá [Política 4](#)

**MEMÓRIA:** São Bernardo, mire-se no bom exemplo [Setecidades 2](#)

**CANAL 1:** Operadoras já não sentem falta de 3 redes [Cultura&Lazer 2](#)

# Câmara inclui manutenção de pontes na LDO de Santo André

Emendas ao projeto do Paço foram aprovadas em bloco; tucano fala em politicagem na ação

**FÁBIO MARTINS**

fabiomartins@dgabc.com.br

O Legislativo de Santo André aprovou ontem projeto do governo Paulo Serra (PSDB) que trata da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2018, no valor de R\$ 2,9 bilhões, incluindo seis emendas aditivas à proposta do Paço. Dois destes textos modificativos apontam a manutenção de pontes, que cederam no início do ano, na Avenida dos Estados (uma nas proximidades do bairro Santa Terezinha e a outra que dá acesso à Avenida Antônio Cardoso, no Bangu). As alterações indicam a destinação de intervenção, sem, contudo, apresentar valores.

Ao sancionar a lei, a administração tucana pode vetar as emendas, assinadas pelo oposi-

cionista Eduardo Leite (PT, uma, que cita a passagem perto do Viaduto Castelo Branco) e pelo governista Fábio Lopes (PPS, cinco no total, sendo que uma refere-se à ponte perto do Centro). Embora o projeto original tenha sido avalizado por unanimidade, as mudanças no texto computaram 16 votos favoráveis, duas abstenções e um crivo contrário, de Jobert Minhoca (PSDB). As demais propostas do popular-socialista acrescentaram urbanizações no núcleo Tamarutaca e Conjunto Nova Centreville, construção de creche na Sacadura Cabral e outra que reduz o índice de remanejamento da peça de 30% para 15% da receita.

Justificando o voto contrário, Minhoca alegou que “não havia necessidade” de inserir



Ricardo Trida 6/10/16

**MINHOCA.** Sem necessidade



Claudinei Plaza 30/5/17

**EDUARDO.** Registra prioridade

as emendas sobre as pontes, considerando a situação como “politicagem”. “Depois vão querer dizer: ‘Eu que fiz a indicação’, sendo que o governo já prometeu que uma (*a próximo ao Sesi*) será realizada por meio de recursos do BID (*Banco Interamericano de Desenvolvimento, negociação em trâmite*) e a outra com compromisso (*de finalizar*) ainda neste ano. Querem fazer política em cima disso. Eu mesmo moro em Utinga (*2º Subdistrito*), tenho todo interesse que saia (*a obra*)”, pontuou. O Paço já ponderou que empenha esforços para concluir a reconstrução da ponte perto da região central em outubro.

Eduardo Leite falou que é importante a inclusão do texto para registrar o que será prioridade do governo no próximo

exercício. Deixar explícita esta intenção, segundo o petista, dá conotação para a população de que a Prefeitura pretende fazer a intervenção o mais rápido possível. “A condição da ponte de Santa Terezinha tem causado transtornos, principalmente para quem mora no 2º Subdistrito. O governo precisa deixar clara essa proposta”. Questionado sobre a viabilidade da ação neste momento diante dos problemas financeiros do Paço, ele avaliou ser exequível a manutenção mesmo sem verba externa.

Em relação ao montante estimado na LDO, o valor é 8,6% menor em relação ao previsto pela proposta do ano passado, na gestão Carlos Grana (PT). A lei servirá de base para a primeira peça orçamentária elaborada pelo governo tucano.

## DIADEMA

# Com convites de Lauro, G-12 começa a se desfazer

Oposição já reconhece fim do grupo e governo contabiliza apoio de PPS e DEM

**HUMBERTO DOMICIANO**

humbertodomiciano@dgabc.com.br

Após proposta do prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV), de oferecer secretarias para o PPS e para o DEM, o chamado G-12 da Câmara começou a se desmantelar. O acordo incluiria a entrega da Pasta de Transportes, que deve voltar a ser ocupada por José Carlos Gonçalves (PPS), e a Secretaria de Esportes, que pode ser administrada por Paulinho Correria (PEN).

A primeira evidência do desembarque das duas siglas do campo da oposição foi a sinalização de rejeição ao projeto de lei de autoria do vereador Josa Queiroz (PT) so-

bre a possibilidade de os vereadores terem acesso a todos os processos de PPPs (Parcerias Público-Privadas).

“Eu acabei adiando o projeto porque acho que podemos abrir mão de várias coisas na política, mas não podemos deixar de lado convicções, posições ideológicas e acordos. Então adiei para tentar um diálogo nos próximos dias e mesmo que se o bloco se dissolver, os acordos políticos internos precisam ser mantidos”, criticou Josa, ainda líder do bloco.

Na visão dele, o fim do G-12 é uma questão de tempo. “Nunca achei que houvesse vida longa para esse agrupamento. Mesmo por-

que parte dele estava no governo e já era uma tendência voltar para a base. O problema é como se volta. Defendo que tenha que voltar de pé e não rastejando”, disparou o petista.

Por outro lado, o líder de governo na Casa, Célio Boi (PSB), destacou que a gestão de Lauro Michels já conta com PPS e DEM em sua base de apoio. “A partir do momento em que os dois partidos acertam com o governo, o G-12 automaticamente deixa de existir. Acredito que semana que vem o retorno deve ser oficializado”, afirmou.

Na sessão de ontem, os parlamentares aprovaram em segunda votação o projeto do Refis, programa de refinanciamento de dívidas com o município. Com isso, os municípios que tiverem débitos com o Paço terão duas fases para pagamentos. Uma com descontos de até 100% nos juros e outra que vai de 35% a 75% de perdão de multas.

## ROTA DE COLISÃO

# Rubão volta a criticar titular de Saúde de Ribeirão Pires

Presidente da Casa questiona atuação de Patrícia de Freitas; embate já dura meses

**FELIPE SIQUEIRA**

Especial para o **Diário**

felipesiqueira@dgabc.com.br

Na sessão de ontem, em Ribeirão Pires, o presidente da Câmara da cidade, Rubão Fernandes (PSD), voltou a entrar em rota de colisão com a secretária de Saúde e Higiene do município, Patrícia de Freitas.

O chefe do Legislativo, recentemente, registrou BO

(Boletim de Ocorrência) contra a chefe da Pasta, por difamação. Mas, depois desse episódio, o clima parecia mais ameno.

Ontem, o presidente questionou a forma como a secretária dirige a Pasta. “Nesta semana chamei dois vereadores para irem comigo à secretaria e não encontramos ninguém lá. Não tinha secretária nem adjunto nem diretora”, falou. “Isso é falta de atitude.”

Rubão encaminhou ao Executivo três requerimentos específicos sobre a Secretaria de Saúde. O primeiro pergunta quantos processos administrativos foram impreterados na Pasta de Saúde, desde fevereiro deste ano. O segundo questiona motivos de trocas feitas de funcionários que eram lotados na Pasta e que foram remanejados para outras secretarias. O documento solicita informações também se essa ação não poderia acarretar desvio de função.

O terceiro requerimento solicita informações sobre a participação da empresa APGP (Associação Paulista de Gestão Pública) como gestora da Saúde na cidade.

# Desbloqueio de ICMS à montadora é próximo passo

Divulgação

Com a garantia da fabricação do novo Polo e do Virtus na planta de São Bernardo da Volkswagen, a expectativa agora é de liberação de créditos retidos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para a filial da montadora no Grande ABC.

Na próxima semana, o prefeito de São Bernardo, Orlando Morando (PSDB), formalizará o pleito para que recursos oriundos da diferença das alíquotas do ICMS praticadas durante a produção e venda dos veículos possam ser desbloqueados, gerando receita extra para a Volks da cidade.

Ontem, durante reunião com diretores da Volkswagen em Wolfsburg, na Alemanha, Morando apresentou vídeo gravado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) no qual o tucano aponta para olhar atencioso

do Estado para a empresa alemã. Morando também veiculou gravação do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB).

“Quero destacar a importância da Volkswagen, desde 1953 no Brasil e aqui em São Paulo. Sucesso, sinônimo de excelência, de inovação, de qualidade. É marca querida pelos brasileiros e brasileiros do Estado. Expectativa para planta de São Bernardo, importantíssima, há grande rede de fornecedores na região, e São Paulo é parceiro de quem investe no nosso Estado, criando emprego, oportunidades de renda e ajudando o Brasil em seu crescimento”, disse Alckmin em seu depoimento.

Morando também estima o avanço de uma ampla reforma tributária municipal, como forma de auxílio ao setor privado em troca de geração de empregos. “Vamos propor uma lei de incentivos fiscais na cidade, para abertura de postos de trabalho.”

RR

# Cinco das sete cidades estão em ranking das 100 mais inteligentes

São Caetano se destaca entre as dez mais bem colocadas do País, na nona posição

**NATÁLIA FERNANDJES**

nataliafernandjes@dgabc.com.br

A terceira edição do ranking com os 100 municípios mais inteligentes do Brasil conta com cinco das sete cidades do Grande ABC. O desta-

que fica por conta de São Caetano, única entre as dez mais bem colocadas do País, na nona posição. Na sequência, aparecem São Bernardo (20º lugar), Santo André (26º), Mauá (93º) e Diadema, na 100ª colocação. A listagem,

denominada Connected Smart Cities, elaborada pela consultoria Urban Systems, aponta as administrações que possuem iniciativas importantes para o desenvolvimento em 11 áreas: Mobilidade, Urbanismo, Tecnologia e Inovação, Empreendedorismo, Governança, Educação, Energia, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Economia.

A filosofia da Urban Systems é a de que gestores públicos compreendem o poder de conectividade entre todos os setores da cidade. Conforme a empresa, focada em inteligência de mercado, é preciso ter consciência de que investimentos em saneamento estão atrelados não apenas aos ganhos ambientais, como aos ganhos em Saúde, que irão a longo prazo reduzir os investimentos na área e, consequentemente, impactarão em questões de governança e até mesmo economia.

Em relação ao ranking de 2016, apenas Santo André e Mauá apresentaram piora no desempenho, tendo em vista que caíram da 22ª para a 26ª e da 66ª para a 93ª posições, respectivamente. Em contrapartida, São Caetano subiu do 13º lugar para o nono, São Bernardo saltou da 30ª colocação para a 20ª e Diadema, que não aparecia na lista, ingressou na 100ª posição.

Para o coordenador da Cátedra Gestão de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo, Luiz Silvério, a boa colocação do Grande ABC na lista de cidades mais inteligentes está associada à característica geral da região, que tem bons indicadores de PIB (Produto Interno Bruto), escolaridade, renda e

está em localização privilegiada dentro do Estado do ponto de vista da logística. “Quando se trabalha de forma global todos esses itens, é natural que grandes cidades fiquem nas primeiras posições, já que concentram o ótimo e o pior dos mundos. Já no caso de São Caetano, é levado em conta o alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o PIB e o fato de ser uma cidade estruturada, sem problemas como falta de saneamento ou necessidade de urbanização”, observa.

As cinco cidades consideradas mais inteligentes do País são capitais: São Paulo (campeã pelo segundo ano consecutivo), Curitiba (saltou do terceiro para o segundo lugar), Rio de Janeiro (caiu do segundo para o terceiro posto), Belo Horizonte (subiu da quinta para a quarta posição) e Vitória (passou da sexta colocação para a quinta).

O especialista alerta, entretanto, que o índice não pode servir para que gestores se vangloriem, tendo em vista que se trata de análise global da situação. O ideal seria analisar cada um dos 11 rankings de forma isolada, considera Silvério. “Quando olhamos para indicadores importantes, como é o caso da infraestrutura, do desenvolvimento social e do desenvolvimento econômico, o Grande ABC não se destaca. Pelo contrário, eles devem ser utilizados como forma de provocar o olhar para o futuro. Temos um grande desafio, que é olhar para a região como um todo, daí a importância do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC no desenvolvimento urbano coletivo”, diz.



## Admir Jacomussi se divide em Mauá

No auge de seus 68 anos, o presidente da Câmara de Mauá, Admir Jacomussi (PRP), parece ter se desdobrado. Jacó, como é conhecido no meio político da cidade, é figura carimbada em quase todas as atividades do governo do filho, o prefeito Atila Jacomussi (PSB). É comum vê-lo nos mais variados eventos, desde inauguração de melhorias pela cidade até assinaturas de convênios ou visitas que Atila recebe no gabinete. Além disso, tem de conciliar tudo com a rotina de mandatário do Legislativo. A correria tem um motivo: Admir será candidato a deputado estadual no ano que vem e seu projeto político se tornou um dos maiores objetivos da administração.

## Bastidores

### Dívida ativa

A Câmara de São Caetano aprovou ontem o projeto que cria programa de parcelamento de débitos de municípios com a Prefeitura, denominado PPD. A medida permitirá que o cidadão que hoje está inadimplente com o Paço parcele em até 48 vezes seu passivo, além de abrir possibilidade de desconto de até 100% de juros e multas – dependendo do número de parcelas acertadas. A expectativa do governo de José Auricchio Júnior (PS-DB) é recuperar cerca de R\$ 10 milhões e auxiliar o caixa do Palácio da Cerâmica.



### Palestra

O cientista político e sociólogo Emir Sader ministra palestra hoje, a partir das 19h, para militantes do PT de Mauá. O evento 'A Crise Atual, suas Causas e Perspectivas' está marcado para a Rua Santa Helena, 248, no Centro. Sader é um dos principais formadores de opinião do campo da esquerda atualmente, com colunas em blogs e sites.

### Ausente

Por falar no PT de Mauá, é cada vez mais rara a aparição do ex-prefeito Donisete Braga (PT) nas atividades do petismo na cidade. Ele sequer foi à posse do novo presidente do diretório local, Getúlio Júnior. Esses fatos fizeram aumentar especulação em torno de sua saída do PT. PDT e PTB são rotas possíveis para o ex-chefe do Executivo.

### CPI em São Caetano

Os vereadores Jander Lira (PP) e Chico Bento (PP) apresentaram a instalação de CPI da USCS (Universidade Municipal de São Caetano), com foco na apuração de supostas irregularidades nos concursos públicos realizados pela Caipeimes, braço da universidade que organiza processos seletivos. O texto tramita na Casa, mas, por ora, não conta com votos para seguir adiante no Legislativo.

### Definição

Presidente do PSB de Santo André na época em que o prefeito da cidade era Aidan Ravin (PSB), Ivo de Lima se prepara para ser presidente do PDT andreense. O comando do partido no município estava em disputa entre o vereador Zezão Mendes (PDT) e o dirigente partidário Tio Donizete, confusão essa que chegou até mesmo aos ouvidos do ex-ministro Ciro Gomes.

### Abraço e protesto

Na segunda-feira à noite, servidores públicos de Diadema organizaram ato em frente à EM Francisco Daniel Trivinho, no Centro, em solidariedade à diretora da escola, Sandra Regina da Silva, que denunciou o prefeito Lauro Michels (PV) de assédio moral. Capitaneados pelo Sindema (Sindicato dos Servidores Públicos de Diadema), os funcionários abraçaram a unidade de ensino.

# O GLOBO

SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2017 AM 10h - R\$ 3,00

Ernesto Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO [oglobo.com.br](http://oglobo.com.br)

## Economia com seguro Governo já planeja reter parte do FGTS

**EXCLUSIVO** O governo estuda reter parte do FGTS de quem é demitido para economizar no seguro-desemprego, informa GERALDA DOCC. Nos três meses após a demissão, o trabalhador receberia um benefício igual ao seu último salário com recursos do Fundo de Garantia. Depois disso, poderia dar entrada no seguro e sacar o restante de sua conta no FGTS. **PÁGINA 17**

## Conta salgada IPTU poderá até dobrar de valor

A proposta enviada pelo prefeito Crivella à Câmara de Vereadores com mudanças no cálculo do IPTU prevê aumento de até 100% para imóveis na Zona Sul. O projeto deve ser votado antes do início do recesso de julho, que começa no dia 6. **PÁGINA 9**

## Dez multas em 4 dias Carro do prefeito atropela leis

Só entre os dias 8 e 12 deste mês, o carro oficial do prefeito Crivella recebeu sete multas por excesso de velocidade e três por avanço de sinal. Na última terça-feira, o veículo com o prefeito bateu em carro com casal de jovens e não parou para prestar socorro. **PÁGINA 12**

### PRESENÇA FEMININA

## Mulheres na ciência

Estudo mostra que o Brasil é um dos países com maior participação de mulheres em pesquisas. Elas assinam 49% dos artigos científicos e têm mais títulos de mestrado e doutorado do que os homens. **PÁGINA 26**

## Tragédia na estrada Acidente mata 21 no Espírito Santo

Um acidente envolvendo uma carreta, um ônibus e duas ambulâncias deixou 21 mortos e 22 feridos na BR-101, perto de Guarapari, no Espírito Santo. Atropelado pelo caminhão cheio de rochas, o ônibus pegou fogo e foi totalmente destruído. Uma ambulância capotou. **PÁGINA 7**

# Pezão admite não concluir o mandato



Sem saída. O governador Pezão se reúne com representantes dos servidores, que estão com salários atrasados e ainda não receberam o 13º

## Presidente da Alerj prega intervenção ou impeachment

Em meio à crise que parece longe do fim, o governador Pezão admitiu não terminar o mandato. "Não sei por quanto tempo estarei aqui", disse, em reunião com representantes do funcionalismo. Do mesmo partido de Pezão, o presidente da Alerj Jorge Piccini, defendeu o impeachment do governador ou uma intervenção federal, caso o estado não consiga ajuda financeira da União. **PÁGINA 8**

### A REPÚBLICA INVESTIGADA

# Delação da JBS é validade, e Temer deve ser denunciado

Após ser mantido relator pela maioria do STF, Fachin envia inquérito a Janot

## Procurador pedirá até segunda-feira abertura de processo por corrupção passiva contra o presidente

Sete dos 11 ministros do Supremo cancelaram o acordo de delação premiada de Joelson Batista e de executivos da JBS e mantiveram Edson Fachin como relator do caso. A maioria foi formada, mas ainda faltam quatro votos. Houve intenso debate sobre a possibilidade de revisão do acordo, no plenário, no momento da

sentença ou antes. Mantido como relator, Fachin enviou à PGR cópia do inquérito sobre o presidente Temer. Agora, o procurador-geral, Rodrigo Janot, deve apresentar a denúncia por crime de corrupção passiva até a próxima segunda-feira. A denúncia por obstrução de justiça deverá ficar para depois. **PÁGINAS 3 e 4**



Novos esportes: "supra sumô"

CRICO

O sumô de toga!

## Acionistas querem saída dos Batista

A BNDESPar enviou carta à JBS pedindo assembleia de acionistas. Os minoritários querem afastar a família Batista da gestão da JBS. **PÁGINA 21**

### MERVAL PEREIRA

No Supremo, uma vitória da segurança jurídica. **PÁGINA 4**

### MIRIAM LEITÃO

Setor se articula para enfrentar a crise da JBS. **PÁGINA 18**

# EUA suspendem compra de carne fresca do Brasil

PÁGINA 20



A queima-roupa. O policial aponta arma para Vallenilla; uma sequência de fotos mostra o estudante caindo e sendo socorrido com sangue no tórax

## Guarda de Maduro mata estudante

David José Vallenilla, universitário de 22 anos, foi morto a tiros durante mais um protesto contra o governo Maduro, em Caracas. Reporteiros do jornal "El Nacional" dizem ter flagrado o momento em que integrante da Guarda Nacional Bolivariana disparou contra o rapaz, que levou 3 tiros no coração. Já são 75 mortos em protestos na Venezuela. **PÁGINA 24**



## ESPORTES FLA GOLEIA

Com três gols de Guerrero e dois de Diego (foto), o Flamengo atropelou a Chapecoense por 5 a 1. **PÁGINA 30**

### Top 10. A dupla Maitra & Maraisa



## SEGUNDO CADERNO O VALOR DO SOM

As dez músicas nacionais mais tocadas em plataformas de streaming em 2016 receberam, no total, R\$ 46 mil.

## RIO SHOW ARRAIÁS A MIL

Com forró, sertanejo, funk e samba, festas juninas da cidade se adaptam a diferentes públicos.

# Janot pede investigação de 3 ex-ministros petistas

## Inquérito é sobre compra de apoio partidário para Dilma em 2014

ANDRÉ DE SOUZA

andre.renato@bsb.oglobo.com.br

**-BRASÍLIA-** O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que 11 pessoas, incluindo os ex-ministros petistas Guido Mantega, Antonio Palocci e Edinho Silva, sejam investigados no inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar a compra de apoio de partidos políticos à campanha da ex-presidente Dilma Rousseff, que foi reeleita em 2014 com o apoio de outros oito partidos: PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, PROS e PRB. Janot solicitou também que nove pessoas prestem depoimento, entre elas a própria Dilma e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão de aceitar ou não os pedidos caberá ao ministro Edson Fachin, relator dos processos da Operação Lava-Jato no STF.

O inquérito foi aberto com base na delação premiada de executivos da Odebrecht e já tinha como investigado o atual ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira. Em 2014, ele presidia o PRB, partido que apoiou a chapa vitoriosa, composta por Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, que assumiu o cargo após o impeachment. Segundo Rodrigo Janot, a delação do marqueteiro João Santana, que fez a campanha de Dilma, trouxe novos elementos.

**JOÃO SANTANA, VACCARI E LUPI**

Janot pediu ainda a inclusão de outras oito pessoas como investigadas, entre elas João Santana. Completam a lista: Manoel de Araújo Sobrinho, que já foi assessor de Edinho; o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, atualmente preso; Eurípedes Júnior e Salvador Zimbalardi Filho, do PROS; Marcelo de Oliveira Panella e Carlos Lupi, do PDT; e Fábio Tokarski, do PCdoB.

Os delatores apontaram que Edinho, então tesoureiro da campanha, solicitou que a Odebrecht pagasse R\$ 7 milhões diretamente aos presidentes de PROS, PRB, PCdoB, PDT e PP para que eles se coligassem. Com isso, o tempo de TV de Dilma, calculado com base no tamanho das bancadas de deputados dos partidos que a apoiavam, aumentaria. Edinho é atualmente prefeito de Araraquara, no interior de São Paulo.

Além de Lula e Dilma, Janot pediu o depoimento de sete pessoas: o ex-presidente do PT Rui Falcão; Giles Azevedo, ex-chefe de gabinete de Dilma; o ex-ministro petista Aloizio Mercadante; a ex-secretária da Odebrecht Maria Lúcia Tavares; a empresária Mônica Moura, mulher de João Santana; e duas ex-secretárias de Edinho Silva, identificadas pelos nomes Elenice e Juliana.

Janot também pediu o "levantamento de registros de reuniões e encontros realizados entre colaboradores e investigados nas datas e nos locais especificados em todos os Termos de Colaboração objeto da presente investigação". Por fim, solicitou mais 60 dias para conduzir as investigações. ●



# Proposta de Jucá infla verba para o PMDB

Relator da reforma política cria cálculo que privilegia partido presidido por ele e reduz cota de PT e PSDB

MARIA LIMA E PAULO CELSO PEREIRA

opais@oglobo.com.br

**-BRASÍLIA-** Escalado para preparar o texto do projeto que pretende criar um grande fundo eleitoral para 2018, o líder do governo e presidente do PMDB, senador Romero Jucá (RR), favoreceu seu partido na fórmula de distribuição dos recursos públicos. Desde a proibição das doações de empresas para as legendas, estas passaram a se sustentar e fazer campanha quase integralmente com verbas do fundo partidário, que tem o PMDB apenas como terceiro maior beneficiário. Agora, para o fundo estimado em R\$ 3,5 bilhões para as eleições de 2018, Jucá apresentou uma fórmula que fará do PMDB o maior beneficiário, de longe, dos recursos. A minuta da proposta foi apresentada ontem, mas só deve ser protocolada na terça-feira. O senador deseja que ela seja votada já no mês que vem.

Hoje, os recursos do Fundo Partidário são distribuídos da seguinte forma: 95% de acordo com a proporção dos votos para deputados federais na última eleição e 5% divididos igualmente para todas as legendas. Com isso, o PT é o maior beneficiário, recebendo 13,3% dos recursos, seguido pelo PSDB, com 11%, e então vem o PMDB, com 10,7%. Agora, para a distribuição do chamado "fundão", Jucá estabeleceu um novo critério: 70% dos recursos serão distribuídos proporcionalmente à bancada atual dos partidos na Câmara (e não aos votos da eleição geral), 25% de acordo com a bancada atual de senadores e 5% de forma igualitária para todas as legendas. E, para as eleições de 2018, será levada em conta a bancada dos partidos na data de promulgação da proposta.

Se levadas em conta as bancadas atuais na Câmara e no Senado, a nova regra transformará o PMDB no maior beneficiário de longe dos recursos do novo fundo, ficando com 15,7% do total, muito à frente dos demais partidos: PT, o segundo maior beneficiário, ficaria com 10,8% e PSDB, com terceiro, com 9,5%. Isso significa que, se for confirmado o

montante total de R\$ 3,5 bilhões para o fundo, caberá ao PMDB cerca de R\$ 550 milhões, ante cerca de R\$ 380 milhões para o PT e cerca de R\$ 330 milhões para o PSDB.

Essa diferença se dá porque hoje, após várias mudanças ocorridas ao longo da legislatura, o PMDB tem a maior bancada da Câmara, com 64 deputados, seguido pelo PT com 58, PP com 47 e PSDB com 46. E, ainda mais relevante: o PMDB têm 22 senadores, mais que o dobro da segunda e terceira maiores bancadas: PSDB, com 10, e PT, com 9. O PMDB, no entanto, não é o único beneficiado pela nova fórmula. Entre os dez maiores partidos, PP, DEM, PR, PSB e PSD também aumentaram sua fatia no bolo de distribuição. Já PTB e PRB saíram perdendo, como petistas e tucanos.

## DESEJO DE RÁPIDA APROVAÇÃO

Para ganhar tempo e aprovar a criação do novo fundo na Câmara e no Senado até o fim do mês que vem, Romero Jucá anunciou ontem que a proposta será apensada no projeto que institui cláusulas de barreira e fim das coligações proporcionais, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara. Segundo Jucá, o fundo será composto com 10% do que é destinado às emendas obrigatórias dos parlamentares — estimado em cerca de R\$1 bilhão —, e R\$ 500 milhões de redução de gastos públicos com os programas dos partidos no rádio e TV, além de recursos do Orçamento. A estimativa de custo, de R\$ 3,5 bilhões, foi feita tendo como parâmetro inicial 50% dos gastos globais da eleição de 2014 para presidente da República, governador, senador e deputados. Este valor, no entanto, pode aumentar.

— O dinheiro vai para os partidos, que terão liberdade para priorizar o que achar melhor. Se o partido achar que a prioridade é eleger governador, vai investir mais em determinado governador. Se achar que a prioridade é eleger presidente da República, ele vai injetar mais recurso para eleger o presidente da República. Cada partido vai definir o perfil dos seus gastos de campanha — disse Jucá. ●

# Joesley diz que pagou R\$ 2 milhões a Palocci

**Empresário afirma que contratou consultoria, e PF investiga se há ligação com BNDES**

**-BRASÍLIA-** O empresário Joesley Batista, dono da JBS, afirmou em depoimento à Polícia Federal que fez, em 2012, um contrato de consultoria de aproximadamente R\$ 2 milhões com o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci. Pelo acordo, o ex-ministro, então deputado federal, receberia pagamentos mensais entre R\$ 30 mil a R\$ 50 mil para fazer um estudo sobre macroeconomia nos Estados Unidos e falar sobre política em encontros regulares com o empresário.

A polícia investiga se os pagamentos estariam ou não vinculados a financiamentos concedidos pelo BNDES a JBS. Joesley também disse que fez um empréstimo de US\$ 5 milhões para um filho do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. A empresa do filho do ministro quebrou e o empréstimo não teria sido pago. O empresário disse ainda que, quando Mantega assumiu o BNDES, em 2005, passou a fazer pagamentos mensais a outro empresário, Victor Sandri, amigo do ex-ministro.

## **PEDIDO DE R\$ 20 MILHÕES**

O papel de Sandri, um dos donos do Grupo Cimento Penha, seria aproximar os donos da JBS de Mantega. A relação entre o ex-ministro e o empresário já estão sendo investigadas na Operação Zelotes. Joesley disse que fez “pagamentos por fora”, ou seja, não haveria registros contábeis dos pagamentos a Sandri. O depoimento de Batista, prestado na quarta-feira à delegada Danielle de Meneses Oliveira, foi divulgado pelo site BuzzFeed.

Ainda ao falar sobre Palocci, Joesley confirmou que o ex-ministro pediu R\$ 20 milhões para a campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2010.

O dinheiro teria saído de três empresas do grupo J&F, controladora da JBS. O empresário negou, no entanto, ter atuado em negócios escusos da JBS no BNDES ou outras áreas do governo federal. Ele e Palocci são amigos e, até o ex-ministro ser preso em costumava, visitar a casa do outro.

“O depoente esclarece que não tem qualquer interesse em protegê-lo”, disse Joesley. Palocci está preso em Curitiba. Recentemente, passou a negociar acordo de delação premiada com a força-tarefa da Operação Lava-Jato. Joesley disse ainda fez um empréstimo de US\$ 20 milhões para Mantega. O dinheiro teria sido depositado numa conta indicada. Um ano depois, o dinheiro retornou à conta de origem. O empresário não soube dizer quem era o titular da conta, nem a finalidade do empréstimo.

## **CONTRATO COM FUNARO**

O empresário reafirmou ainda que costumava apresentar a Mantega o extrato de uma conta aberta no exterior para fazer pagamentos a políticos. Em um depoimento da delação premiada, Joesley disse que era uma conta aberta para atender a demandas dos ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Parte dos pagamentos, liberados a partir dessa conta no exterior, teria ocorrido a mando do ex-ministro.

Joesley também apresentou detalhes de um contrato de R\$ 100 milhões firmado entre ele e o operador Lúcio Bolonha Funaro, que está preso em Brasília. O contrato teria sido firmado para cobrir pagamentos a políticos intermediados por Funaro. O operador alega que o dinheiro se deve a atuação dele nas negociações que levaram a JBS a comprar o frigorífico Bertin.

O empresário prestou depoimento no inquérito aberto para apurar supostas fraudes em financiamentos concedidos pelo BNDES a empresas do grupo J&F. ●

# NORUEGA CORTA R\$ 166 MILHÕES PARA AMAZÔNIA

O ministro do Meio Ambiente da Noruega, Vidar Helgesen, anunciou a redução de cerca de metade do aporte do país ao Fundo da Amazônia por causa do aumento do desmatamento na região no ano passado. O corte nos recursos deve chegar perto de R\$ 166 milhões. É a segunda vez consecutiva que a Noruega diminui sua contribuição, mas a redução correspondente a 2015 foi bem menor, em torno de 10%.

— O desmatamento cresceu no Brasil e portanto haverá menos dinheiro. As regras que temos no fundo são baseadas em resultados dos índices de

desmatamento. Nossa contribuição será reduzida pela metade — disse Helgesen, em entrevista à imprensa brasileira após se reunir com o colega brasileiro, Sarney Filho.

O ministro brasileiro do Meio Ambiente jogou a culpa do aumento do desmatamento no governo Dilma Rousseff e procurou minimizar a decisão.

— O ministro da Noruega é bem informado, ele sabe que o desmatamento que ocorreu nos últimos três anos é fruto do governo passado. Infelizmente, o desmatamento na Amazônia é contido por comando e controle,

poder de polícia. E quando este comando falha, o desmatamento aumenta. Foi o que aconteceu nos dois anos anteriores à nossa entrada no ministério. Tão logo entrei, conseguimos recompor os orçamentos destes órgãos, o Ibama e o ICMBio (Instituto Chico Medes da Conservação da Biodiversidade), e tivemos pela primeira vez recursos do Fundo da Amazônia para este fim, e com isso as ações voltaram na Amazônia. As últimas informações que temos é que a curva de desmatamento, que estava ascendente, começou a reverter — disse o ministro.

assessor de Temer e está preso. A perícia relativa a esses diálogos já foi concluída.

Ainda falta analisar tecnicamente o áudio da gravação da conversa entre Joesley Batista e Temer no Palácio do Jaburu, em março. Foi nessa conversa que o empresário relatou ao presidente que pagava propina ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em troca do silêncio dele. Temer teria consentido. Essa conversa é a principal prova que a PGR tem para denunciar o presidente por obstrução à Justiça. Por isso é tão importante que a perícia esteja concluída antes da apresentação da denúncia contra Temer ao STF por esse crime.

O prazo inicial dado por Fa-

chin para a PF concluir as investigações foi de dez dias. Depois, a pedido da PF, foram concedidos mais cinco dias.

## TEMER ADMITE CRISE

Em visita oficial à Noruega, Temer reconheceu ontem a existência de uma crise política no Brasil e disse que vai recorrer da decisão da Justiça que rejeitou sua queixa-crime contra Joesley por denúncia de crimes de calúnia, injúria e difamação. Em entrevista à revista “Época”, o dono da JBS acusou Temer

de ser líder da maior organização criminosa do país.

— A ação foi recusada, mas vai haver recurso. O que o juiz (Marcus Vinícius Reis Bastos, da 12ª

Vara Federal) disse é que, se você ofender alguém, isso é “liberdade de expressão”. E se for assim, meu caro, eu não vou fazer isso com ninguém. Se eu quisesse fazer o que ele acabou dizendo, poderia dizer as maiores barbaridades das pessoas da família de alguém, e dizer que era liberdade de expressão.

Questionado sobre não ter citado o atual momento político do país na reunião que teve com empresários noruegueses, que se mostraram preocupados com a situação do Brasil, rebateu:

— Eu reconheço que há uma crise política evidente. Estou tomando as providências mais variadas para defender os aspectos, primeiro institucionais, da Presidência, e depois, o que não é secundário, é no mesmo nível, os aspectos morais. (\*Especial para O GLOBO) ●

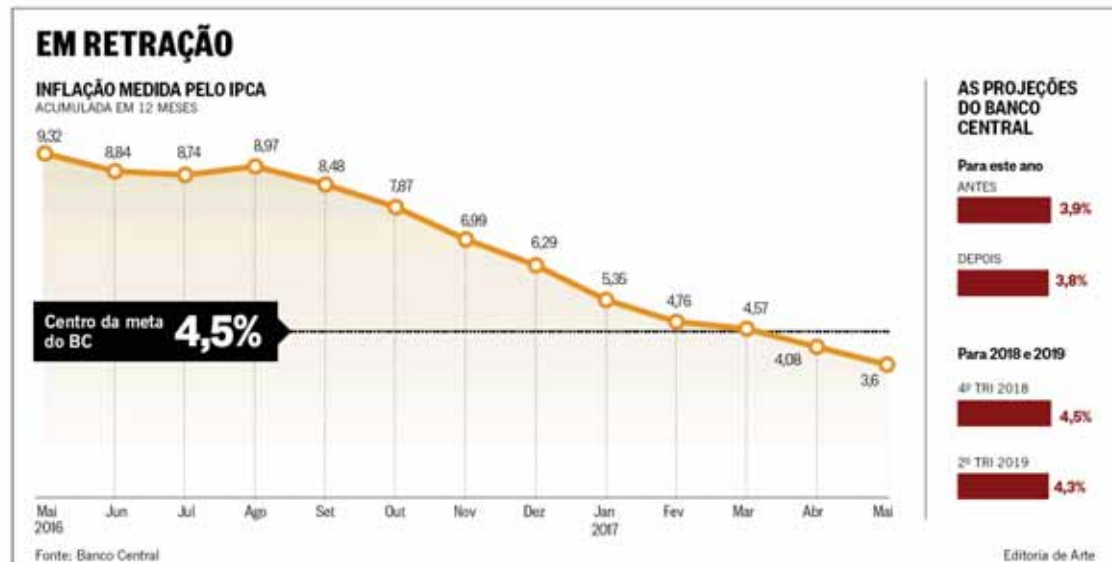


## OS ESCÂNDALOS DO GOVERNO

O emaranhado de denúncias que atingem Michel Temer  
[glo.bo/2rfyID1](http://glo.bo/2rfyID1)

# Banco Central reduz projeção para inflação este ano a 3,8%

Incerteza política, no entanto, deve dificultar queda maior dos juros



GABRIELA VALENTE  
valente@bsb.oglobo.com.br

**BRASILIA** - O Banco Central (BC) não só reduziu a previsão para a inflação neste ano, como também passou a prever que haja deflação neste mês. No entanto, todo esse controle dos preços pode não significar um corte extra dos juros no fim do ano — por causa das incertezas no campo político, que travam não apenas uma queda estrutural da taxa como a melhora nas previsões para a retomada do crescimento. Segundo o relatório trimestral de inflação, a expectativa do BC para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, usado oficialmente no sistema de metas) para este ano caiu de 3,9% para 3,8%. Esse patamar está bem abaixo da meta para 2017, que é de 4,5%.

Segundo o documento produzido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), houve uma grande "surpresa inflacionária" no último trimestre. O indicador veio 0,53 ponto percentual menor que o esperado pelo BC, por causa da queda dos preços de alimentos e combustíveis, além da desinflação difundida em vários setores.

#### META PARA 2019 DEVE RECUAR

A certeza de queda dos preços é tanta que em junho, por exemplo, o BC projeta uma queda geral de preços de 0,10%. Se a estimativa se concretizar, bem como as previsões de alta de 0,30% e 0,27% para o IPCA nos próximos dois meses, em agosto a inflação acumulada em 12 meses atingiria 2,73%. Atualmente, está em 3,6%, bem abaixo do centro da meta.

A previsão para o índice oficial

para 2018 ficou estável em 4,5%. Para o BC, o ideal é que a inflação fique exatamente no centro da meta, que para o ano que vem também é de 4,5%, com uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em suas projeções, o comitê apresentou horizontes de projeção até o segundo trimestre de 2019. Além dos tradicionais cenário básico (câmbio e juros constantes) e cenário de mercado (Selic e câmbio de acordo com o boletim Focus), o Copom novamente publicou estimativas sob dois cenários alternativos. Um, com a Selic de acordo com o Focus e o câmbio constante, e o outro com a Selic constante e o câmbio de acordo com o Focus.

As estimativas de inflação para 2018 (o horizonte relevante da política monetária) estão abaixo da meta em três dos quatro cenários delineados pelo Copom. As previsões para 2019, que ganharão cada vez mais importância nas discussões do comitê, estão entre 3,8% e 4,3% — abaixo, portanto, da meta atual de 4,5% e consistentes com o estabelecimento de uma meta para o ano dentro desse intervalo, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) no fim do mês.

Em nota, os economistas do Itaú mantiveram a expectativa de que o Copom vai reduzir a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ou 1 ponto percentual na reunião de julho. "No entanto, enfatizamos que a decisão dependerá dos dados, de modo que a avaliação das autoridades sobre o cenário prospecti-

vo e nossas opiniões também podem mudar à medida que novos dados forem saindo."

Já para o Bradesco, o BC reforçou que o ritmo de flexibilização e a extensão do ciclo continuarão condicionados aos fundamentos econômicos e ao balanço de riscos. "Trazendo a questão das incertezas para seu balanço de riscos, de forma aberta e transparente, o documento ressaltou, mais uma vez, que não existe 'relação direta e mecânica entre o aumento de incerteza e a política monetária'. Isso porque as incertezas — se mantidas por um longo período — poderão influenciar negativamente a atividade, com impactos desinflacionários."

Na próxima semana, o CMN definirá a meta de inflação para 2019. Segundo fontes ouvidas pelo GLOBO, os ministros devem estipular um objetivo menor que o dos últimos anos: 4,25%. Será a meta mais baixa desde 2004, com a ressalva de que o objetivo não foi cumprido naquele ano.

Carlos Viana, diretor de Política Econômica do BC, foi perguntado diversas vezes sobre a possibilidade de o CMN diminuir a meta na semana que vem. O argumento é que a previsão da autoridade monetária para a inflação no segundo trimestre de 2019 (último período constante do relatório) é de 4,3%. As perguntas foram se essa perspectiva de inflação abaixo da meta abriria espaço para um percentual mais baixo.

— Vamos segurar a ansiedade — resumiu o diretor.

Outra dúvida recorrente foi sobre o impacto da crise política na economia. Viana explicou que ao Banco Central apenas compete analisar os efeitos das turbulências no campo econômico:

— Não somos analistas de conjuntura política. Não é nosso papel. Nossa preocupação é com a economia e o impacto que isso pode ter na inflação — frisou o técnico, que evitou comentar os efeitos da não aprovação da proposta de reforma trabalhista do governo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, ou seus efeitos no mercado financeiro. — Não vejo a necessidade de atualizações de alta frequência.

#### PIB: ESTIMATIVA MANTIDA EM 0,5%

Viana reforçou que o Copom não se compromete com os próximos passos da política de controle da inflação. Contou que, na última ata, teve de indicar um corte de 0,75 ponto percentual na Selic (hoje em 10,25% ao ano) porque parte do mercado estava com uma projeção de baixa de 0,5 ponto percentual. No entanto, ele deixou claro que esse é o cenário com que os diretores trabalhavam naquele momento:

— Em nenhum momento nós nos comprometemos com decisões futuras.

A autoridade monetária manteve a projeção de crescimento para este ano em 0,5%. E esclareceu que, se os resultados favoráveis de indicadores de atividade relativos aos primeiros cinco meses do ano fossem mantidos ao longo do ano, levariam a uma revisão de alta na projeção do Produto Interno Bruto (PIB) anual. O BC resolveu ser cauteloso por causa da crise política. ■



**LISTA: O QUE JÁ PESA MENOS NO BOLSO**  
Confira alguns preços pelo IPCA  
[globo.com/2r/JPCS9](http://globo.com/2r/JPCS9)

merval@oglobo.com.br

# MERVAL PEREIRA



## Vence a segurança jurídica

Dois ministros foram fundamentais ontem na definição da posição do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre acordos de delação premiada: Luiz Fux, ao deixar claro que era preciso uma decisão do plenário para evitar que mais adiante acordos fossem denunciados, e Luís Roberto Barroso, ao definir que a eficácia do acordo é que deve ser analisada no momento da sentença, não os termos do acordo em si.

O relator Edson Fachin, que já tinha a maioria para se manter na relatoria, deixou sua posição explicitada durante o debate, definindo que os resultados do acordo homologado podem ser analisados pelo pleno, mas não modificadas as regras acordadas entre o Ministério Público e o delator.

O que estava em jogo, liderada pelo ministro Gilmar Mendes, era a tentativa de atribuir ao plenário, ou à Turma que julga um processo, o direito de rever os termos dos acordos firmados pela Procuradoria-Geral da República no momento de definição da sentença. O ministro Luiz Fux usou seu voto para obrigar seus pares a se definirem objetivamente sobre o caso em discussão, justamente para afastar a possibilidade de que a insegurança jurídica colocasse em risco esse instrumento de obtenção de provas, que tem se mostrado tão eficiente nos últimos tempos.

Juntaram-se à divergência proposta por Gilmar logo nos primeiros momentos os ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello. O que deu vantagem aos ministros que defendiam a imutabilidade dos acordos é que todos os exemplos apresentados em contrário se referiam a ilegalidades descobertas durante as investigações para obtenção de provas, como torturas, suborno, mentiras, o que já está previsto na legislação que trata das delações premiadas.

A sessão foi muito interessante justamente porque os ministros foram levados a teorizar sobre a legislação que, como ressaltou o ministro Luís Roberto Barroso, é relativamente nova e coloca em contraposição o Direito formal, tradicional, com o Direito nego-

ciado entre as partes. O ministro Marco Aurélio, embora defendendo a tese de que cabe ao plenário do STF definir não somente as penas, mas também se os termos dos acordos são satisfatórios, admitiu que, no caso do acordo da JBS, a Procuradoria-Geral da República fizera “bom negócio jurídico-penal.”

Embora o acordo de delação com a JBS não estivesse em pauta concretamente, era ele que estava por trás das discussões. A tal ponto que em determinado momento os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso trocaram farpas com o tal acordo como pano de fundo. “Eu sei o que se quer fazer lá na frente e sou contra”, disse Barroso, sugerindo que o objetivo final seria invalidar o acordo de delação da JBS.

“Respeite os votos de cada um”, rebateu Gilmar, ao que Barroso retrucou: “Respeito. Agora não pode é ‘ah, eu acho que vou perder, vou embora. Estamos discutindo.”

Outra figura que passou quase todos os votos foi a do falecido ministro Teori Zavascki, cuja atuação como relator da Operação Lava-Jato serviu de exemplo para várias fases dos processos. Como, por exemplo, exemplificar que ele recusou a homologação de algumas delações, devolvendo-as para que a Procuradoria-Geral da República melhorasse seus termos.

Como ficou definido pela maioria, neste momento da homologação três aspectos são analisados: regularidade, legalidade e voluntariedade. Mas a partir deste ponto, o acordo firmado entre o Estado brasileiro, representado pela PGR, e o colaborador passa a ter validade, como ressaltou em seu voto o ministro Dias Toffoli.

O decano do STF, Celso de Mello, voltou a defender a responsabilidade do Estado nos acordos, afirmando que a boa-fé deve guiar sua atuação. No final do julgamento, ficou definido que os termos dos acordos de delação premiada devem ser seguidos rigorosamente, desde que o depoimento do colaborador confirme sua eficácia.

O ministro Celso de Mello foi além. Disse que mesmo que partes dos fatos delatados não se confirmem, não por serem mentirosas, mas por incapacidade da autoridade investigadora, o colaborador não pode ser culpado pela ineficiência do Estado, e os termos de seu acordo devem ser mantidos.

O julgamento que se encerrou ontem no Supremo Tribunal Federal foi um dos mais importantes já realizado, pois dele dependia a eficácia do instrumento de delação premiada e, em decorrência, o futuro das investigações da Operação Lava-Jato. E mesmo o passado, pois se fosse vencedora a tese de que os acordos podem ser revistos ao final do processo, muitos já feitos poderiam ser questionados. ●

### Os pontos-chave

**1** Os ministros Fux e Barroso foram essenciais na posição do STF sobre as delações

**2** Fux defendeu que era preciso uma definição para evitar que acordos fossem denunciados

**3** Para Barroso, é preciso avaliar a eficácia do acordo

## Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

### Até que venham as denúncias

Com a demora da economia em dar sinais mais vigorosos de recuperação, a Câmara quer fazer avançar uma agenda própria. A avaliação na Casa é que a crise política e a perspectiva de o presidente da República ser denunciado por corrupção deixam a reforma da Previdência cada vez mais distante. A pauta inclui a reforma tributária, mas as dificuldades para um acordo entre governadores devem reduzir as mudanças à simplificação dos impostos federais (IPI e PIS-Cofins). Outro item, relevante para o cenário pós-Lava-Jato, é a regulamentação do lobby. Estão ainda na lista regras para o distrato de imóveis e a polêmica proposta que flexibiliza o licenciamento ambiental. As boas intenções, porém, podem dar em nada, diante da paralisia esperada com a chegada das denúncias de Rodrigo Janot à Casa.

### Câmara X Senado

Depois da aprovação do *recall* para mandato presidencial, deputados governistas ficaram irritados. E listaram o que chamaram de "as bobagens do Senado": sustar a cobrança por bagagens nos aviões, eleições diretas em caso de dupla vacância da Presidência até o terceiro ano de mandato, convocação do general Etchegoyen (Gabinete de Segurança Institucional) para explicar denúncia de usar a Abin para monitorar o ministro Edson Fachin e, por fim, proibir franquias em planos de banda larga de internet.

### Mundo ideal

Antes de embarcar para a Rússia, Michel Temer ouviu palavras tranquilizadoras de conselheiros. O diagnóstico apresentado foi de que, no "mundo real", e não no de Brasília, ele ainda se sustenta. Há crise política, mas a população não ocupou as ruas. A economia dá pequenos sinais de melhora. E o principal: não há sucessor. Os atores políticos não encontram um nome para assegurar a governabilidade. Nesse cenário, foi destacada a falta de expectativas da população. "O povo pensa: vai tirar Temer e colocar quem? Deixa como está!", interpreta um aliado.

### Acordo distante

Pezão entregou seu plano de recuperação fiscal do Rio ao governo federal, mas não convenceu os técnicos de que terá sucesso sem aprovar um teto de gastos estadual. A parlamentares, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, insistiu na medida. As declarações de Jorge Picciani, pedindo intervenção federal ou impeachment do governador, jogaram mais gasolina na crise. "Judiciário, Legislativo e Executivo precisam ter uma DR", diz Celso Pansera (PMDB-RJ).

### Conselho paralelo

Depois de ser surpreendido, negativamente, com a reunião entre petistas, integrantes do PSOL e movimentos sociais para discutir caminhos para a esquerda, Lula decidiu criar um "conselho político" para presidir. Terá reuniões às segundas-feiras, em São Paulo, com os petistas que ocupam cargos de liderança no Congresso. A ordem é afinar e afiar o discurso contra Temer.

### Recado rápido

Quando a Câmara receber a denúncia contra Temer, a oposição vai cobrar de Rodrigo Maia a definição rápida das regras de tramitação. E pedirão que ele evite o que Chico Alencar chamou de "ridículo coreto" para "papagaios de pirata", como houve no impeachment de Dilma Rousseff: "Deve caber a cada um o direito a uma frase síntese da razão do seu voto. Nada a ver com saudações familiares ou recadinhos a currais eleitorais."

### Gorjeta gorda

O deputado afastado Rodrigo Rocha Loures foi generoso com o taxista que o ajudou no episódio da mala. Daniel Rosa Pile contou aos investigadores que ele pagou em dobro pela corrida. O motorista pegou Rocha Loures num shopping, esperou enquanto ele buscava a mala com dinheiro numa pizzaria, levou-o à casa da mãe e, depois, ao aeroporto de Congonhas. A corrida custou R\$ 50, mas Loures pagou R\$ 100 com cartão de débito. Os R\$ 500 mil que acabara de receber da JBS ficaram na mala.

Com Amanda Almeida  
poderemjogo@oglobo.com.br

miriamleitaoglobo.com.br

# MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

## Nos nervos da carne

O setor de carnes trabalha para enfrentar os desdobramentos da crise envolvendo a JBS. As associações empresariais têm se reunido para pensar em como proteger o mercado. A decisão da Justiça de impedir a venda ativos da empresa pode acabar tendo efeito colateral pior. Se a companhia não conseguir se reestruturar, isso afeta os interesses dos bancos públicos e dos fundos de pensão que são sócios do grupo.

**A** JBS cresceu demais, com muito dinheiro público, benefícios que foram regados a propina como o próprio Joesley confessou. A empresa passou a concentrar grandes parcelas do mercado, e por isso a sua crise afeta a cadeia de produção do setor, principalmente na carne bovina. As dívidas da holding chegam a R\$ 58 bilhões, o dinheiro em caixa é de R\$ 10 bi, e o grupo começa a sofrer dificuldade financeira por diversas frentes: bancos passam a cobrar mais caro para emprestar; produtores só aceitam vender à vista, e os ativos que podem ir à venda ficam presos na incerteza jurídica. Além disso, o acordo de leniência firmado com o Ministério Público não protege o grupo de multas e ressarcimentos por outros órgãos, como a CVM, o Cade, e, o que é pior, de processos que podem vir do exterior. A conta da corrupção deve ficar mais alta.

Os minoritários tentam blindar a companhia. Uma possibilidade é afastar a família Batista do comando. Paulo Rabello de Castro, do BNDES, contou que os sócios estão agindo para evitar “desvio de valor de ativos da empresa para os controladores.”

Ontem, os EUA suspenderam a importação de carne fresca do país. O analista da Scot Consultoria Gustavo Aguiar explica que o setor sofreu outros três grandes choques nos últimos meses. O primeiro, com a Operação Carne Fraca, depois, com a decisão do Supremo de manter — em boa hora, por sinal — a cobrança de contribuição previdenciária para o Funrural. E agora, a cri-

se da maior empresa do segmento.

— A grande questão, em termos de JBS, é a velocidade da crise. Se os problemas na empresa aumentarem de forma rápida, aí pode haver desdobramentos em toda a cadeia. Se for mais lento, acho que o mercado vai se adaptando, outros frigoríficos vão comprando plantas e reabrindo outras. Mas se o vácuo for muito rápido, aí de fato desestabiliza — explicou.

A visão é a mesma do superintendente técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Bruno Lucchi. Uma grande preocupação da entidade é que a diminuição da JBS faça o mercado ficar ainda mais concentrado, com crescimento das outras duas grandes empresas do setor, Marfrig e Minerva.

— O ideal, a nosso ver, é que haja mais competição e menor concentração. Por isso estamos estudando ações para estimular o pequeno e o médio produtor, dando consultoria especializada para melhorar a gestão neste momento de incerteza, entre outras medidas.

A JBS representa 25% do mercado de carne bovina do país e mais de 50% das exportações. São 265 mil funcionários espalhados por 30 países do mundo onde a empresa atua. Em alguns estados, como no Mato Grosso, a empresa representa 63% do mercado, no Rio de Janeiro, chega a 43%, segundo dados da consultoria Agrifatto. Principalmente no Mato Grosso, os produtores de carne ficarão sem ter para quem vender, em caso de problemas com a solvência do grupo.

O endividamento de R\$ 58 bilhões significa que os bancos privados e públicos do país carregam esse passivo. Tudo parece fora do lugar quando o assunto é JBS. O crescimento da empresa nos últimos 10 anos foi impulsionado pela relação com partidos políticos, que garantiram a liberação de empréstimos do BNDES. Com o dinheiro barato em caixa, o grupo passou a adotar práticas predatórias de mercado: primeiro, vendendo carne a preços baixos para sufocar concorrentes, depois, comprando e fechando empresas para barrar ou eliminar a competição.

Em uma reunião realizada na quarta-feira entre a CNA e ABIEC, que representa os exportadores, foram decididas várias ações de proteção do segmento, como o estímulo aos pequenos e médios produtores para assumir fatias de mercado, até a defesa da carne brasileira nos mercados internacionais. Há muito a ser feito pelos próprios empresários, produtores, fornecedores, distribuidores e exportadores, para que seja possível superar esse momento de crise que chegou ao nervo central do setor da carne. ●

### Os pontos-chave

**1** Impedir reestruturação da JBS afetaria fundos de pensão, que são sócios, e bancos públicos credores

**2** Cadeia de produção também corre risco porque companhia é hegemônica em alguns estados

**3** Associações do setor se articulam para enfrentar as consequências da crise da JBS no mercado

# CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 19.750 • 76 PÁGINAS • R\$ 2,50



## Um arraial de sabores

Da pamonha ao arroz carreteiro, as festas juninas apresentam um desfile inesquecível de quitutes, para todas as idades e gostos. Difícil não se faltar com as delícias desta época do ano. Nesta véspera do Dia de São João, o *Divirta-se Mais* preparou um cardápio especial com os pratos tradicionais e as novidades das barrquinhas e, por que não?, dos restaurantes e bares. **DIVIRTA-SE MAIS, CAPA E PÁGINAS 4 A 15**

## Festa do amor...

O Arraial Solidário, realizado pelo Correio, tem atrações como Miguel Santos (foto). A festança vai ajudar entidades assistenciais do DF.

**DIVIRTA-SE MAIS, PÁGINA 22**



## ...E da devoção

Como já é tradição, um arrasta-pé com bandas de forró vai aquecer as próximas noites no Santuário de São Francisco (915 Norte).

**PÁGINA 24**

# Tem tanta fogueira, tem tanto balão...

Esquenta no STF o debate sobre se o plenário da Corte pode ou não rever uma delação premiada que incorra em alguma ilegalidade. E a temperatura vai subir ainda mais no início da semana que vem, quando Janot deve apresentar denúncia contra Temer



No Supremo, sete dos 11 ministros já se manifestaram pela permanência de Fachin como relator do caso JBS. Mas a possibilidade de os termos da delação premiada de Joesley serem revistos pelo plenário do STF incendiou os debates. "Nunca vi Minis-

tério Público definir pena. Quem define pena é o Judiciário", provocou Marco Aurélio, logo após Barroso defender que a colaboração não poderia ser revista. "Deve ser o novo direito", ironizou Gilmar Mendes. Lewandowski pós mais lenha na foguei-

ra. "Se o plenário perceber alguma ilegalidade, inconstitucionalidade, ele vai fechar os olhos?", perguntou. "Penso que, em um segundo momento, isso pode ser analisado", ponderou. O julgamento foi suspenso e será retomado na quarta-feira.



### Denise Rothenburg

CPI Mista da JBS investiga encontros que Joesley teve com Dilma e com Lula

PÁGINAS 2 A 5

### Enxaqueca

#### Afetadas pelos hormônios

Pesquisa indica que mudanças nas taxas de progesterona podem provocar crises de dor de cabeça em meninas e adolescentes. A descoberta pode levar ao desenvolvimento de novos tratamentos.

PÁGINA 16

### Saneamento

#### Águas limpas no Descoberto

Construída com recursos dos governos federal, do DF e de Goiás, a Estação de Esgoto de Águas Lindas foi entregue ontem. A instalação ajudará na melhoria da qualidade dos rios da bacia.

PÁGINA 21

### Concurso

#### 720 vagas para a ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres pediu autorização ao governo para selecionar servidores para cargos de níveis médio e superior. Os salários devem ficar em torno de R\$ 10 mil.

PÁGINA 9

Gilvan de Souza/Flamengo



**Fim do jejum** — Guerrero faz três gols na vitória do Fla sobre a Chape, por 5 x 1, na Ilha do Urubú. O atacante ainda não havia marcado no Brasileiro. **PÁGINA 17**

### Suspeita de fraude em duas UPAs

A Operação Cenebra, do MP e da Polícia Civil, investiga supostas irregularidades em contratos assinados por ex-gestores da saúde do DF e uma filial da Cruz Vermelha. O prejuízo aos cofres públicos pode passar de R\$ 10 milhões.

PÁGINA 19

## Um duro golpe contra a carne do Brasil nos EUA

Por razões sanitárias, o produto in natura está proibido de entrar no mercado norte-americano. O embargo pode abrir nova onda de vetos à pecuária brasileira no mundo. Há suspeita de reações inflamatórias dos bovinos a vacina contra a febre aftosa.

PÁGINA 10





**CONJUNTURA /** Relatório do Banco Central prevê inflação abaixo da meta, mas sinaliza que Copom pode diminuir o ritmo de corte da Selic para 0,75 ponto na próxima reunião

# BC mantém indefinição sobre redução de juros

» ROSANA HESSEL

O Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado ontem pelo Banco Central (BC), não trouxe surpresas, de acordo com especialistas. Apesar de ter reduzido as projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para menos de 4% neste ano, o BC manteve a indefinição sobre qual será o ritmo de corte dos juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em julho. As incertezas no cenário político e a falta de indicações mais firmes sobre a recuperação da economia levaram o colegiado a sinalizar que está mais propenso a reduzir a Selic (taxa básica de juros), em 0,75 ponto percentual. No entanto, os analistas avaliam que não está descartado um novo corte de um ponto. A Selic está em 10,25% ao ano.

"A incerteza dificulta a tomada de decisão pelo BC, apesar de a recessão ter ajudado a reduzir as pressões inflacionárias e aberto espaço para um corte mais acentuado na Selic. Porém, é preciso considerar que a taxa de câmbio pode subir se a crise política se agravar, o que reacenderia as pressões", explicou o economista Salomão Quadros, superintendente adjunto de Índices Gerais de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

"Estamos diante de duas possibilidades apontadas pelo BC, um corte de um ponto percentual ou de 0,75%, mas ele não se comprometeu com nenhuma dessas saídas", disse Quadros. O mercado prevê que a Selic estará em 8,5% no fim do ano. Ainda, há projeções mais otimistas, como a do Bradesco, que mantém a projeção de 8%.

Na contramão, o economista Alexandre Espírito Santo, da Órama, prevê que a Selic sofrerá o último corte do ano em julho. Depois disso, o BC vai avaliar os desdobramentos da crise política e o andamento das reformas. Segundo ele, a situação das contas públicas ainda é muito ruim, e tudo indica que o governo não cumprirá a meta de limitar o déficit fiscal a R\$ 139 bilhões neste ano. "É precipitado prever uma queda maior nos juros com tanta incerteza. Por isso, mantenho a previsão de que a Selic ficará entre 9,25% e 9,5% no fim do ano", disse.

A economista Monica de Bole, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics, em Washington, avaliou que a crise política tirou espaço de o BC reduzir mais os juros. Para ela, a instituição demorou muito para iniciar o ciclo de corte da Selic apenas no fim de 2016, apesar da troca de governo no meio do ano passado. "O BC perdeu o timing e, agora, não sabe que rumo tomar", criticou.

Edição: Rodrigues/Agência Senado - 5/7/18



Carlos Viana de Carvalho, do BC, reconhece que ainda há risco de retração econômica pelo terceiro ano seguido



No RTI, o BC reduziu para 3,8% a previsão para o IPCA de 2017, que era de 4% no relatório de março. A projeção de crescimento do PIB neste ano foi mantida em 0,5%, refletindo, segundo a autoridade monetária, os resultados favoráveis de indicadores de atividade nos primeiros cinco meses do ano. No entanto, ressaltou que, se o ambiente de incerteza permanecer, haverá inevitáveis "efeitos negativos sobre a atividade".

### Incertezas

O diretor de Política Monetária do BC, Carlos Viana de Carvalho, reconheceu, ainda, que os riscos de uma retração econômica pelo terceiro ano consecutivo estão presentes. "Sempre há riscos. Nosso diagnóstico é que a estabilização ocorreu e que haverá recuperação gradual da economia", disse. Segundo ele, uma das incertezas é a trava nos investimentos de longo prazo. "Isso não se aplica de maneira generalizada, mas é onde há mais dificuldade de reverter certa ação (de investimento)."

Pelas projeções do BC, em junho, haverá deflação de aproximadamente 0,10%. O resultado será reflexo do acionamento da bandeira verde sobre as tarifas de energia elétrica e das reduções,

### Taxas longas mostram alta

Os juros futuros de curto prazo sustentaram-se em baixa até o final da sessão regular de ontem do mercado financeiro, refletindo o teor do Relatório Trimestral de Inflação e as declarações do diretor de Política Econômica do Banco Central, Carlos Viana. Ambas as leituras vão na direção de que a redução no ritmo de corte da Selic para 0,75 ponto percentual em julho, que parecia clara para o mercado após o comunicado e ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de maio, agora já não é tão certa. Os juros longos encerraram em alta moderada, diante das incertezas do cenário político.

O contrato de juros para janeiro de 2018 terminou em 8,975% ao ano, ante 9,015% na quarta-feira. Já a taxa para janeiro de 2021 subiu de 10,14% para 10,18%. "O relatório deixou em aberto um cenário de redução de um ponto percentual e os dados macroeconômicos é que vão definir. O tom foi de que o BC ainda está decidindo", afirmou o economista-chefe da Icatu Vanguarda, Rodrigo Melo.

No mercado de câmbio, o dólar teve mais um dia de volatilidade. No fim da sessão, as incertezas políticas prevaleceram e fizeram a moeda fechar em alta de 0,12%, cotada a R\$ 3,34 para venda. A Bolsa de Valores de São Paulo terminou o pregão com valorização de 0,84%. O Ibovespa, principal indicador dos negócios, subiu para 61.272 pontos.

# Executivo usa 31,3% da receita com servidor

» VERA BATISTA

Apesar das reclamações de que os reajustes nos últimos anos foram abaixo da inflação, os salários dos servidores públicos continuam entre os mais altos do mundo, informou o Ministério do Planejamento. O fato fica comprovado quando se confronta a percentagem das despesas com pessoal com as receitas (arrecadação), explicou Arnaldo Lima, assessor especial do órgão. O impacto nos cofres do Tesouro é alto, considerados os padrões internacionais. No Brasil, as remunerações consomem 31,3% das receitas, acima de outros países da Europa e da Ásia (25,3%), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico — OCDE (25%) e do Sul da Ásia (19,4%), entre outros.

Até a região da África Subsaariana gasta menos (de 30,7% das receitas). O Brasil fica abaixo apenas de países da América Latina e do Caribe (35,7%). Além do comprometimento de significativa quantidade de recursos, a disparidade entre a quantidade de funcionários e dos demais trabalhadores também é grande. De acordo com o Planejamento, a participação dos servidores públicos no total da população ocupada é de 5,6%, bem abaixo da dos países da OCDE, de 9,6%. Ou seja, o funcionalismo, em número menor, exige maior esforço financeiro. "Essa é a prova de que os salários dos servidores no Brasil são maiores que os dos outros países", afirmou Arnaldo Lima.

Mesmo assim, o Planejamento comemora a queda do gasto público primário da União com pessoal em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas do país). Caiu de 4,4% do PIB para 4,2%, de 2006 para 2017. O comportamento do gasto no país dependerá da decisão estratégica do governo com o funcionalismo, ao consolidar reajustes de oito carreiras de Estado, com previsão de aumento das despesas de R\$ 11 bilhões. Além de como enfrentará a negociação com o carreirão (80% dos servidores federais), que já começa a campanha salarial de 2018.

## Reajustes

Para se equiparar às demais carreiras de Estado, que ganharam 27,9%, em quatro anos até 2019, o carreirão precisará de reposição mínima de 8,64%. O acordo assinado com esses servidores previu aumento de 10,8% em duas parcelas — 5,5% pagos no ano passado e 5%, neste ano. "O governo tem que respeitar o teto dos gastos", alertou Lima, sinalizando que dificilmente serão aceitas novas despesas. "Alguns conseguiram excelente acordo. E agora, com a queda da inflação, vão ter ganho real. Mas o carreirão optou por dois anos", lembrou Augusto Akira Chiba, secretário de Gestão de Pessoas. Ele aguarda orientação sobre o que será oferecido a esse contingente de trabalhadores.

Os servidores estranharam os dados do ministério. Alguns acham, inclusive, que ganham pouco. Paulo de Tarso, 58 anos, funcionário administrativo do Ministério da Agricultura, contou

que se sente injustiçado. "Trabalho há 38 anos e ganho R\$ 4,8 mil. Um amigo que faz o mesmo que eu, também concursado de nível médio, recebe R\$ 12 mil, porque é da carreira de orçamento. Nós, que estamos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), ficamos para trás."

Márcio Edreira, 63, do Ministério da Educação, disse que os funcionários do Executivo são os mais mal remunerados da Esplanada. "Sou servidor desde 1980. Meu vencimento básico é de R\$ 3,1 mil. Com gratificações, chega a R\$ 4,6 mil. Se me aposentar, o salário cai pela metade", reclamou. Dilema semelhante vive Margarete Padilha, 63, há 38 anos agente administrativa do Planejamento. "Estou aposentada, em abono de permanência, esperando que o governo cumpra a promessa de incorporar alguns benefícios. Se isso não acontecer, meu ganho mensal cai para R\$ 3,7 mil", assinalou.

Segundo Margarete, as siglas e nomenclaturas que definem o carreirão transformaram a vida dos servidores em uma bagunça. "Desde a década de 1980, quando Fernando Henrique Cardoso mudou a lei, a coisa se complicou. Recebo R\$ 9,2 mil, minha aposentadoria pode cair para R\$ 3,7 mil e o valor que consta no Portal da Transparência é de R\$ 6 mil. Tem quem ganhe R\$ 30 mil e também não aparece lá. Se o governo quer facilitar o acesso aos dados, deve resolver primeiro essa confusão", ironizou.

## Estatísticas

Após seis meses sem publicar dados de servidores, o Ministério do Planejamento divulgou ontem o Painel Estatístico de Pessoal (PEP), com informações apenas do Poder Executivo. A previsão é de que, em um mês, sejam incluídos os cálculos do Legislativo e do Judiciário, segundo Augusto Akira Chiba. A ferramenta, que substituiu o Boletim Estatístico do Pessoal (BEP), com periodicidade trimestral, vai ter atualização mensal, com o objetivo de simplificar o acesso e a visualização, entre outros diferenciais, reforçou Chiba.

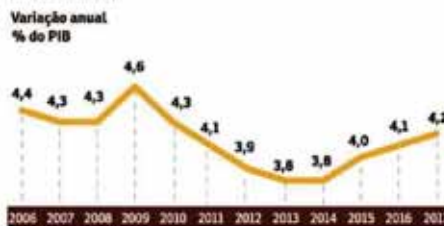
O PEP comprovou a corrida pela aposentadoria este ano, conforme suspeitavam entidades sindicais de servidores, que atribuíram a debandada ao efeito antecipado do projeto de reforma da Previdência, pela possibilidade de retirada de direitos. Ao longo de 2016, de acordo com o PEP, 15.499 pessoas se aposentaram. E de janeiro a maio de 2017, já vestiram o pijama 11.029 servidores. "A quantidade das aposentadorias são devido ao período de safra. Há 30 anos ou mais, houve vários concursos. Os que entraram naquele momento, agora, estão se aposentando", disse Chiba.

De acordo com o PEP, o número de servidores ativos cresceu de 529.960 para 596.244, nos últimos cinco anos. Por concurso público, entraram, no ano passado, 20.813 profissionais, quantidade próxima à de 2012 (20.171). De janeiro a maio de 2017, foram convocados outros 8.324 concursados. Os cargos e funções comissionadas (DAS e FCP) foram reduzidos, nos últimos dois anos (de 21.795 para 19.769), e 77,6% dessas promoções estão nas mãos dos servidores.

## Desajuste

Salários pagos a servidores públicos fazem com que gasto com funcionalismo no Brasil seja alto

### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (ativos e inativos)



\*Acumulado de 12 meses até abril

### COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Veja a média de despesas de pessoal no mundo entre 2010 e 2015

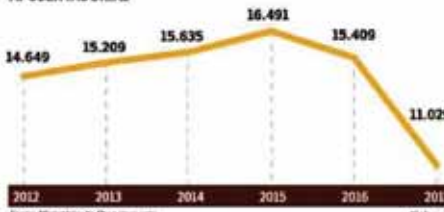
País	% do PIB	% das despesas	% das receitas
Brasil	9,9	28,6	31,3
Países da OCDE	10,5	23,7	25,0
América Latina e Caribe	8,8	31,8	35,7
Europa e Ásia Central	9,0	23,8	25,3
Oriente Médio e Norte da África	10,7	30,1	33,0
África Subsaariana	10,5	30,0	30,7
Sul da Ásia	7,9	16,9	19,4
Leste da Ásia e do Pacífico	5,5	22,2	23,9

### PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO OCUPADA

Veja o percentual médio de servidores no mercado de trabalho entre 2010 e 2015



### APOSENTADORIAS



Fonte: Ministério do Planejamento

Foto: Arthur Nóbrega/Info/CP/DA Press



Estou aposentada, em abono de permanência, esperando que o governo cumpra a promessa de incorporar alguns benefícios. Se isso não acontecer, meu ganho mensal cai para R\$ 3,7 mil"

Margarete Padilha, agente administrativa do Planejamento



Sou servidor desde 1980. Meu vencimento básico é de R\$ 3,1 mil. Com gratificações, chega a R\$ 4,6 mil. Se me aposentar, o salário cai pela metade"

Márcio Edreira, servidor do Ministério da Educação

**Correio  
Econômico**por **Vicente Nunes** / vicentenunes.df@dabr.com.br

# Ainda há tempo

**A** confiança de consumidores e empresários está em queda. A crise política que atormenta o país turvou o horizonte e poucos acreditam em uma retomada mais forte da economia no segundo semestre do ano, como alardeia o governo. Sem consumo e sem investimentos, a perspectiva é de que o Produto Interno Bruto (PIB) caminhe, daqui por diante, muito mais próximo de 0% do que de 0,5%, como acredita o Banco Central. Com o país flertando novamente com a recessão — se é que saiu dela —, a inflação tende a desabar. É possível que encerre 2017 no limite mínimo de 3% previsto no sistema de metas.

Diante desse quadro dramático, não restará alternativa ao Banco Central se não a de manter o corte da taxa básica de juros (Selic) em um ponto percentual. Por mais que o discurso da instituição esteja carregado de cautela, levando parte do mercado a apostar em redução menor da Selic, de 0,75 ponto, o entendimento é de que a política de juros não será alterada. Não na reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom). Até lá, o BC terá tempo de sobra para se adaptar à realidade e mudar o posicionamento com o qual vem tentando guiar as expectativas do mercado.

**Banco Central  
acabará se  
convencendo  
de que o melhor  
para o país  
neste momento  
é manter o ritmo  
de corte dos juros  
em um ponto  
percentual**

(FGV) mostraram que os empresários estão descrentes com o momento atual e com o futuro do país. Isso retém, sobretudo, os investimentos produtivos com os quais o governo contava para estimular a atividade, já que o poder de compra das famílias está esfacelado pelo desemprego recorde.

A queda na confiança é tão sintomática que, se os índices que a medem caírem metade do que recuaram em 2015, o PIB de 2017 será negativo em ao menos 0,5%, reforçam economistas que acompanham esses indicadores. Ontem, Tanto a Confederação Nacional da Indústria (CNI) quanto a Fundação Getúlio Vargas

## Histeria coletiva

Dentro do governo, a percepção é de que, nas próximas semanas, o BC passará a indicar queda de um ponto da Selic. Mas o fará de forma cautelosa para não abrir mão da credibilidade que construiu ao longo dos últimos meses na sua comunicação com os agentes econômicos. Foi justamente a desconfiança no que dizia a autoridade durante o governo de Dilma Rousseff que alimentou as expectativas de inflação e resultou no quase descontrole dos preços. Mesmo com a instituição elevando os juros, a inflação disparou, chegando a quase 11% em 2015. Os reajustes estavam disseminados.

Na opinião de técnicos da equipe econômica, a tendência é de se repetir, nos próximos meses, o que vem ocorrendo desde outubro do ano passado, ou seja, o BC superestimar as suas projeções de inflação. Isso quer dizer que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como referência para o sistema de metas, será sempre menor do que as estimativas da autoridade monetária. Os erros de projeções ficarão particularmente evidentes em junho e julho, quando a deflação deve surpreender, jogando o IPCA acumulado em 12 meses para menos de 3%.

“O BC sabe que os índices de inflação virão melhor do que os que constam em suas projeções, mas precisa manter o discurso de cautela. A instituição acredita que, agindo assim, evita uma euforia de que todos os problemas estão resolvidos”, diz um técnico do governo. Além disso, há o risco de saírem novas denúncias contra o presidente Michel Temer. “Neste clima de histeria coletiva que estamos vivendo, ter um BC com os pés no chão faz a diferença”, acrescenta. Ele, particularmente, acredita que a autoridade monetária acabará optando pelo corte de um ponto da Selic em julho, de 10,25% para 9,25% ao ano.

## Copom dividido

Pelas projeções do BC, a inflação deste ano ficará em 3,8%, subindo para 4,5% em 2018 e se mantendo em 4,3% até o segundo trimestre de 2019. “Na minha opinião, são projeções muito conservadoras. Dado o ritmo da atividade, a inflação será bem menor ao longo desse período”, afirma Eduardo Velho, economista-chefe da gestora de recursos INVX. “Teremos, sim, um dólar mais alto por causa da crise política, mas a fragilidade da economia evitará qualquer repasse aos consumidores. A inflação entre os produtores está próxima de zero”, acrescenta.

Velho acredita que o BC chegará dividido na reunião de julho do Copom. Parte da diretoria do banco votará pelo corte de um ponto nos juros, parte, por redução de 0,75 ponto. Nas últimas reuniões do Comitê, prevaleceu a unanimidade. Para o economista, independentemente do resultado, o importante é que os juros continuarão caindo. E que ninguém descarte a possibilidade de a Selic encerrar 2017 entre 8% e 8,5%, situando-se no nível mais baixo desde o segundo semestre de 2013. E esse movimento estará ancorado em uma meta menor de inflação para 2019, de 4,25%, a ser definida no fim deste mês.



# BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothernburg.df@dabr.com.br



### Troca na PF

O ministro da Justiça, Torquato Jardim, ficou surpreso com o número de delegados interessados em substituir Leandro Dialelo no comando da Polícia Federal. Com um amigo, comentou que há pelo menos seis pessoas de olho no cargo.

### Dois gumes

Senadores tarimbados no torna lá dá cá avisaram ontem ao governo que a retaliação, na atual conjuntura, pode terminar afastando de vez votos importantes para o Planalto no jogo político do Congresso. Afinal, enquanto a denúncia de Rodrigo Janot for uma sombra sobre o presidente Michel Temer, a insegurança da base permanecerá alta.

### O alerta dos advogados

Depois do julgamento em que Andréa Neves foi para a prisão domiciliar, os advogados redobram a atenção com os votos dos ministros. É que eles juram que, no voto vencido do ministro Luís Roberto Barroso, ele menciona que "interceptações telefônicas revelam habitualidade no crime" e se refere a diálogos transcritos. "Ele se refere a diálogos transcritos que não existem no processo", comenta o advogado Marcelo Leonardo.

### O medo dos advogados

Outros profissionais que acompanham seus clientes ficaram preocupados e dizem desconhecer nos autos gravações de conversas entre Joesley Batista e Andréa Neves. "Já imaginou se ela ficasse na cadeia por uma transcrição que não existe?"

## Dilma, Lula e Joesley

A CPI Mista da JBS começa a voltar suas baterias para a relação para lá de amistosa entre Joesley Batista, o ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff. No ano eleitoral, por exemplo, Joesley esteve no Planalto no dia 14 de agosto, em plena campanha, conforme registro da agenda oficial da presidente. Em outubro, voltou ao Planalto fora da agenda, justamente no dia em que havia a exposição "Mulheres do Brasil". A uma amiga que



encontrou quando chegava ao Planalto o empresário perguntou: "Por que está esse mulherio todo hoje aqui?", com o maior ar de quem era habituê do pedaço. Já tem assessores em busca de imagens de Joesley nos salões palacianos. Em especial, nos governos Lula e Dilma. Em 2014, aliás, o lucro líquido da JBS foi de R\$ 2 bilhões, 120% a mais do que em 2013. Entre a audiência de agosto e a visita de outubro ao Planalto, não se sabe com quem foi conversar, o Tribunal de Contas da União (TCU) começou a investigar o desembolso bilionário do BNDES para o grupo de Joesley.

\*\*\*

Em tempo: há quem diga que a CPI promete se transformar numa queda de braço às avessas, na qual o PT tentará jogar o megadoador no colo do PMDB e os peemedebistas vão atirar Joesley no colo dos 13 anos de PT, quando o grupo se tornou a gigante do mercado de carnes no Brasil.

### CURTIDAS

**É pique, é pique!** Na semana em que o BNDES comemora 65 anos, o Instituto Indigo, fundação ligada ao partido Livres, antigo PSI, lança um site em "homenagem" ao banco <http://www.bn-des.site/>. A página foi batizada de Buraco Negro de Endividamentos e Subornos.

**É hora, é hora!** Ah, o internauta poderá conhecer os grandes feitos do banco, como "obra inacabada" do Porto de Luís Corrêa ou ainda fazer simulação de empréstimos e saber o que poderia ser feito com tantos recursos em áreas como saúde e saneamento. Entre os patrocinadores de mentirinha do site, estão, a JBS, a Odebrecht e Grupo EBX.

**Rá-ti-bum!** A alegria do Livres deve durar pouco, porque usa a marca do banco. Os autores, entretanto, trataram de se precaver: Ah, aparece "vídeo legal: este site é uma paródia, com fins de crítica política".

Marcelo Mir/VEJApress - 28/10/14



**Enquanto isso, no STJ...** O juiz Nicolau, aquele que recebeu o apelido de Lulau quando condenado pelo desvio de recursos na construção do TIT de São Paulo, ainda não teve o sossego dado aos delatores premiados da Lava-Jato e de outros crimes. Ele recorreu para que seja processada ali a reclamação proposta em 2015 contra a 1ª Vara Criminal paulista, que indeferiu o pedido de reconhecimento da prescrição e o de indulto. A 5ª turma do STJ julgará o caso na terça-feira.

## VISÃO DO CORREIO

# Um grave problema

Com o crescimento vertiginoso da população, aumenta, a cada dia, a apreensão com um grave problema que aflige os municípios brasileiros, a gestão de resíduos. A produção e o consumo sem preocupação com a sustentabilidade intensificam o desafio das administrações municipais em relação ao manejo correto dos diversos tipos de resíduos gerados pelo estilo de vida moderna dos cidadãos. Sete anos se passaram desde o lançamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a maioria das cidades do país não têm sistema de coleta seletiva do lixo que proporcione o reaproveitamento, a reutilização, a reciclagem de materiais descartados, o que poderia gerar economia de recursos e novos negócios, num momento de dificuldade financeira em todos os níveis administrativos.

O que assusta os especialistas em sustentabilidade é que 30 milhões de toneladas ao ano de lixo, ou 42% coletados, ainda são encaminhadas para lixões e aterros controlados, mesmo com a regulamentação da destinação final de resíduos em vigor e sob pena de aplicação da lei de crimes ambientais. Isso ocorre, de acordo com pesquisa feita pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), na maioria dos municípios brasileiros. Mais: 82% das cidades do país ainda não implementaram programas de coleta seletiva.

A grande questão enfrentada pelos gestores municipais diz respeito ao desafio econômico para atender a

legislação vigente. Os valores de mercado para a implantação da estrutura necessária ao correto processamento e destinação dos resíduos são muito altos para a realidade da maioria das cidades brasileiras, às vezes com sérios problemas para pagar o funcionalismo e manter em funcionamento serviços básicos como saúde e educação. Pelos cálculos da Abrelpe, o custo para a universalização da destinação adequada dos resíduos sólidos e cumprimento das metas previstas pelo PNRS é de R\$ 15,59 bilhões ao ano. Além disso, outros R\$ 11,6 bilhões precisam ser investidos em infraestrutura até 2031, em todo o Brasil.

Mas não são apenas as iniciativas do poder público que poderão solucionar o grave problema. Se não houver efetiva participação da população na separação dos resíduos, todos os esforços poderão ser em vão. A inexistência da coleta seletiva vem causando significativos danos ao meio ambiente e prejuízos à qualidade de vida nos aglomerados urbanos, com a proliferação de doenças e a contaminação do solo, água e ar.

É extremamente importante que a gestão dos resíduos nas cidades seja compartilhada entre o poder público, o setor privado e os cidadãos, principais interessados e beneficiários de um padrão de vida de qualidade. Sem a participação efetiva de todos, nenhuma legislação, por mais moderna que seja, e nenhuma iniciativa isolada serão suficientes para equacionar a questão.



PAULO DE TARSO LYRA  
paulodetarso.df@dabr.com.br

## Um consenso ilusório

A calma aparente das ondas que morrem na praia não permite inferir se as marés que percorrem os oceanos estão ou não revoltas. Por analogia, o resultado do julgamento de ontem no Supremo Tribunal Federal, que deu, por maioria, o direito a Edson Fachin de permanecer como relator da JBS e de homologar as delações fechadas pelos executivos da empresa, não significa que a percepção sobre os limites das colaborações esteja pacificada em todas as instâncias a partir da decisão da Suprema Corte.

Muito pelo contrário. Embora o ministro Alexandre de Moraes tenha lembrado, mais de uma vez, ao longo do julgamento, que as colaborações premiadas não se dão apenas no âmbito da Lava-Jato — mas também em outros níveis investigatórios, como no combate ao tráfico de drogas, por exemplo — esse instrumento nunca esteve tão presente na mídia e no imaginário popular.

A razão é simples: as delações viraram o principal instrumento para se avançar na apuração dos crimes de colarinho branco. Elas ajudaram a colocar na prisão banqueiros, políticos, procuradores, marqueteiros e empresários

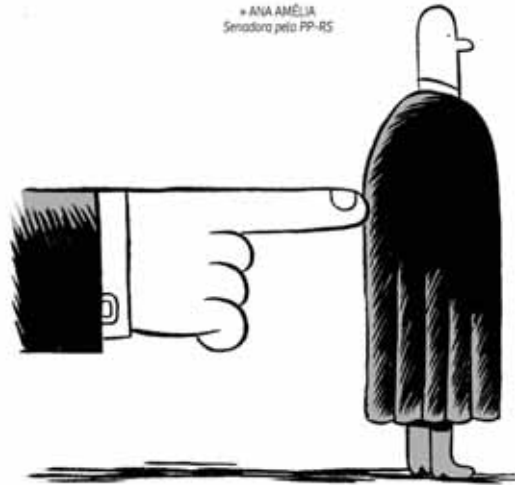
citados em denúncias de corrupção na Petrobras. Como citou o ministro Luís Roberto Barroso, "um mundo no qual se multiplicariam as colaborações premiadas e escutas ambientais, não é o que eu gostaria de viver. Mas em um mundo de crimes de colarinho branco, não haverá perseguição penal sem ele. Ele é útil na quadra atual da humanidade".

Os detratores da medida lembram que a delação não pode ser usada como instrumento de coação, na forma "ou delata ou permanece preso". Os defensores do instrumento afirmam que, sem essa prática, não teria sido possível avançar nas investigações, por conta do histórico de impunidade no país.

Entre os integrantes do governo anterior e em todas as rodas de esquerda, o mantra é de que, "se Lula não for citado na delação, ela não terá validade". Os membros do atual governo acrescentaram agora: "se não citarem o presidente Michel na delação, ela não terá validade". Excessos precisam ser coibidos, sempre. A questão é saber se os debatedores sobre a necessidade ou não de imposição de freios e contrapesos para as delações têm total isenção para travá-lo.

# Mudança na escolha de ministros do STF

» ANA AMÉLIA  
Senadora pelo PP-RS



G O M E Z

Os embates nos tribunais superiores têm revelado mais do que simples divergências de posições ou de interpretação da legislação. O recente julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expôs situações que colocaram em xeque a credibilidade da Corte, lançando suspeições sobre a isenção de seus membros, como o fez o vice-procurador-geral eleitoral Nicolau Dino ao pedir o impedimento do ministro Admar Gonzaga. O pedido não foi aceito pelo colegiado, mas pode ter contribuído para ampliar o descrédito da instituição. Vale lembrar que foram feitos questionamentos sobre a validade e a necessidade da existência de um tribunal exclusivo para tratar das questões que digam respeito à legislação eleitoral e a processos decorrentes de irregularidades nas campanhas.

Na raíz do problema que começa a contaminar, de forma preocupante a confiabilidade dos tribunais superiores, está o sistema como são indicados seus membros. O processo de escolha de ministro para o Supremo Tribunal Federal (STF), a mais alta corte do país, é de competência do presidente da República, submetido à aprovação do indicado pela maioria absoluta do Senado Federal, como determina o artigo 101 da Constituição. Na verdade, desde a sua criação, em 1891, a nomeação de ministros do Supremo é feita pelo chefe do Executivo com o aval do Senado que, para isso, promove sabatina para avaliar o saber jurídico e a reputação do indicado. Esse sistema é motivo de críticas

pelas dúvidas que suscita quanto à politização da Suprema Corte. Há um clamor da sociedade por mudanças nesse regimento e o momento é oportuno para esse debate. É preciso engrandecer e democratizar o processo, eliminando a contaminação política e conferindo maior qualificação e equilíbrio às indicações para o STF.

Diante do extraordinário desafio de aperfeiçoar a regra, considerada ultrapassada e pouco transparente, ficou honrada com a designação para a relatoria da proposta de emenda à Constituição, a PEC 44/2012, que altera o processo de escolha de membros do STF. No relatório que entreguei à Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), levei em consideração os pontos relevantes de cada uma das 12 propostas apresentadas no Senado por diferentes parlamentares. Destaco duas propostas mais adiantadas na tramitação e que têm pontos de convergência. É o caso da PEC 44/2012, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF) e também da PEC 35/2015, do senador Lasier Martins (PSD-RS).

O relatório propõe que os integrantes do STF sejam escolhidos de uma lista tripartite definida por um colegiado composto por oito integrantes: presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar, e do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo procurador-geral da República e pelo defensor público-geral federal. A lista tripartite será enviada ao presidente da República,

que terá o prazo de um mês para confirmar a escolha de quem vai indicar para a vaga aberta. A etapa seguinte será a sabatina, no Senado. A nomeação do novo ministro pelo presidente ocorrerá após aprovação, por maioria absoluta, dos senadores. Os indicados deverão ter entre 35 e 65 anos, notável saber jurídico, reputação ilibada e, no mínimo, 15 anos de atuação jurídica comprovada. O mandato será de 10 anos, sem direito à recondução.

Estão previstas também algumas mudanças com objetivo de melhorar o processo de escolha. Assim, não poderá ser indicado quem já tiver ocupado mandato eletivo federal ou cargo de procurador-geral da República, de advogado-geral da União ou de ministro de Estado nos quatro anos anteriores ao processo de escolha. Está prevista igualmente quarentena aos ministros do STF: depois de deixarem o cargo, não poderão se candidatar a qualquer cargo eletivo até cinco anos após o término do mandato. O ministro do STF é o guardião da Constituição, perdendo apenas para o presidente da República em importância, responsabilidade e poder. Da Suprema Corte emanam julgamentos que afetam a todos nós, aí incluídos atos dos poderes Legislativo e Executivo. Assegurar a independência dos ministros, a partir da democratização do processo de escolha, é contribuir para que possam cumprir fielmente a missão constitucional que lhes compete. É preservar a separação dos poderes. É, sobretudo, garantir o fortalecimento da democracia.

## Ciência ladeira abaixo

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito e coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e membro do Movimento 2022 O Brasil que queremos

Em evento recente, celebrando a Semana Mundial do Meio Ambiente, foi promovido pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (IPMCC), realizado no Museu do Amanhã no Rio de Janeiro, o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Daviskovich fez um apelo: "S.O.S. Ciência". A expressão "mayday", que vem do francês "venez m'aider" e quer dizer "venha me ajudar", utilizada em emergências aéreas, seria também legítima, diante da séria crise que presenciamos no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

A estruturação do Sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil foi iniciada na década de 50 do século passado com a visão do Almirante Alvaro Alberto, quando da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), em 1961, com a atuação destacada de Anísio Teixeira, foi de fundamental importância principalmente na formação de recursos humanos, pela implantação na década de 1960 do Sistema de Pós-Graduação brasileiro responsável pela formação de mestres e doutores.

Segundo estudos conduzidos pelo Centro de Estudos Estratégicos (CEE), em 2014, 50.206 mestres e 18.729 doutores foram formados no Brasil. Se, por um lado, estamos formando cada vez mais doutores, um passo importante para a consolidação e desenvolvimento científico e tecnológico, por outro,

devido à falta de planejamento e ao descaio governamental, os setores público e privado não estão absorvendo esses doutores, o que é preocupante, pois estamos formando um exército de doutores para ficarem desempregados. Todos os investimentos na formação desses recursos humanos, e que não foram posados, vão para o ralo.

Atualmente, testemunhamos um retrocesso no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Recentemente, o ministério dedicado à ciência, Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), foi unido ao setor de comunicação, acrescentando um "C" em sua sigla: MCTIC. Ao contrário do esperado, o orçamento do ministério não aumentou. Agravando a situação em março de 2017, foi anunciado o corte de 44% na pasta. A redução de investimentos alcançou também as fundações estaduais de fomento à pesquisa. No Rio de Janeiro, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) apresenta um corte de R\$ 470 milhões — financiamento de projetos e bolsas de estudos —, que está interrompendo as atividades de pesquisas, principalmente nas universidades estaduais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNIFL) e Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO). A tendência é que a crise do Rio de Janeiro se espalhe pelo Brasil.

Poderíamos pensar que a presente situação é excepcional e passageira. Parece não ser o caso. O que nos espera, com decisões

equivocadas do Executivo e do Legislativo, é um forte recuo no aporte de verbas federais e, provavelmente, estaduais, para os próximos 20 anos. O retrocesso então ganhará mais velocidade. Todo o esforço de formação de recursos humanos irá por água abaixo e nossos melhores cérebros deixarão o país. A verdade é que esta estratégia de fragilização do nosso sistema nacional de ciência e tecnologia terá implicações graves para o desenvolvimento econômico brasileiro. O ideal é que o investimento em ciência e tecnologia tem um valor estratégico para o Brasil ser enriquecido.

Esse desmonte do aparato estatal de fomento científico deve ser interrompido e revertido. Os investimentos para o desenvolvimento científico e tecnológico devem ser incrementados. A burocracia para a aquisição de insumos e equipamentos deve ser simplificada em favor da agilidade. Projetos de parceria com o setor privado devem ser estimulados para obtenção de novas patentes e produtos. As pesquisas que visam a solução de problemas demandados pela sociedade devem ser valorizadas. O Brasil precisa, urgentemente, tratar a educação e a ciência e tecnologia com seriedade, pois são pilares fundamentais para nosso desenvolvimento como nação, caso contrário, continuaremos à mercê de tecnologia externa, comprometendo a nossa soberania e o fracasso da nossa missão geracional de legarmos para as próximas gerações um país sem injustiças sociais e feliz.

# Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, sexta-feira, 23 de junho de 2017

Nº 23.964

Preço banca: R\$ 2,30

## Banco Central mantém projeção de crescimento do PIB em 0,5%

O Banco Central (BC) manteve a projeção para o crescimento da economia este ano e reduziu estimativa para a inflação. De acordo com o Relatório de Inflação, divulgado na quinta-feira (22), em Brasília, a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, segue em 0,5% para 2017. Entretanto, no relatório, o BC cita as reformas propostas pelo governo, como a da Previdência e trabalhista, para que a economia se recupere este ano. **Página 3**

### Ministro do STF abre novo inquérito contra Aécio Neves por lavagem de dinheiro

**Página 4**

### Demanda por crédito das empresas cai 5,4% no mês de maio

**Página 3**

### Acidente com ônibus e carreta mata 21 pessoas perto de Guarapari

Subiu para 21 o número de mortos no acidente ocorrido por volta das 6h de quinta-feira (22) envolvendo um ônibus, uma carreta e duas ambulâncias no quilômetro 343 da BR-101, em Guarapari, Espírito Santo. O ônibus fazia o trajeto São Paulo-Vitória com 32 pessoas e pegou fogo após choque com uma carreta. A maioria das vítimas teria morrido carbonizada. As informações são da Polícia Rodoviária Federal (PRF). **Página 4**

### Candidatos podem apresentar recurso para gratuidade no Enem

**Página 5**

### Maioria do STF confirma validade das delações da JBS e Fachin como relator

Com o voto do ministro Dias Toffoli, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) alcançou maioria de 6 votos a zero em favor da validade dos acordos de delação premiada da empresa JBS, homologados em maio pelo ministro Edson Fachin, bem como da manutenção dele como relator do caso. Restam os votos de cinco ministros. **Página 4**

### Usuários de drogas deixam praça e retornam para Cracolândia

**Página 2**

#### Europa quer acelerar ao máximo negociações com Mercosul, diz embaixador da EU

O embaixador da União Europeia (UE) no Uruguai, o espanhol Juan Fernández Trigo, disse na quinta-feira (22) que há dentro do bloco "instruções muito claras para tentar acelerar o máximo possível as negociações" com o Mercosul. A informação é da agência EFE. **Página 3**

#### Cerca de 5% da população mundial consumiu drogas em 2015, diz ONU

De acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado na quinta-feira (22), 5% da população mundial consumiu algum tipo de droga em 2015, o que se traduz em aproximadamente 250 milhões de pessoas, e pelo menos 190 mil morreram neste mesmo ano por causas diretas relacionadas com entorpecentes. As informações são da Agência EFE.

O Relatório Mundial sobre Drogas da ONU, divulgado hoje em Viena. **Página 3**

#### Previsão do Tempo

Sexta: Dia de sol, com nevoeiro ao amanhecer. As nuvens aumentam no decorrer da tarde.

22° C  
13° C



Fonte: Climatempo

#### DÓLAR

Comercial  
Compra: 3,33  
Venda: 3,33

#### Turismo

Compra: 3,20  
Venda: 3,47

#### EURO

Compra: 3,72  
Venda: 3,72

#### OURO

Compra: 122,55  
Venda: 141,43

### Fachin abre prazo de cinco dias para PGR decidir se denuncia Temer



Ministro Edson Fachin durante sessão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF)

O ministro Edson Fachin, (22) abrir prazo para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre o inquérito aberto para investigar o presidente Michel Temer, a partir das delações da JBS. A partir da intimação, a PGR terá prazo legal de cinco dias para decidir sobre eventual denúncia contra o presidente e outros citados nas investigações, entre eles, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

Na decisão, o ministro não se pronunciou sobre o pedido de Polícia Federal (PF) para prorrogar por mais cinco dias o inquérito aberto para investigar o presidente e Loures. Com a decisão, a PF deverá anexar as diligências que ainda faltam, como o laudo das gravações feitas pelo empresário Joesley Batista com o presidente, nos próximos dias. **Página 4**

### Esporte

## IRONMAN 70.3 Alagoas terá atletas de 12 países em agosto

Alagoas fará sua estreia no calendário do Circuito IRONMAN no mês de agosto, mais precisamente no dia 6. A etapa em Maceió, terceira das cinco programadas no país na temporada - já aconteceram o 70.3 Palmas e o Ironman Florianópolis - será na praia de Pajuçara, reunindo mil competidores de Faixa Etária de 12 nações. O IRONMAN 70.3 Alagoas oferecerá 30 vagas para o Mundial IRONMAN 70.3 2018, que acontecerá nos dias 1 e 2 de setembro, em Nelson Mandela Bay - África do Sul. **Página 8**



IRONMAN 70.3

## Brasil conhece sequência de jogos na Fase Final



Segundo colocado na fase de classificação da Liga Mundial, atrás apenas da França, o Brasil chega para a Fase Final ainda com a moral de sediar a etapa decisiva do campeonato onde é o maior vencedor. Dona de nove títulos, a seleção brasileira masculina de vôlei conheceu a sequência de jogos que terá na busca pelo decacampeonato: Canadá no dia 4 de julho, e Rússia no dia 6. **Página 8**

Lução no ataque

## Brasileiros disputam o Sul-Americano de Assunção

Muitos atletas da Seleção Brasileira disputam desta sexta-feira (23) a domingo (25) a 50ª edição do Campeonato Sul-Americano de Atletismo, em Assunção, no Paraguai, de olho na possibilidade de qualificação para o Mundial de Londres, que será disputado em agosto. Final, de acordo com os critérios de convocação definidos

pela Confederação Brasileira de Atletismo (CBA), os campeões em Assunção, que estiverem entre os 40 primeiros colocados no Ranking Olímpico da IAAF em 23 de julho, data limite para a obtenção de índices, estarão qualificados para a equipe que irá ao Mundial de Londres. **Página 8**

## Alberto Cesar Otazú quer buscar a liderança em Piracicaba



Alberto Cesar Otazú quer brigar pela liderança da Copa ECPA de Fórmula Vee

Depois de uma excelente estreia na Copa ECPA de Fórmula Vee, o jovem (16 anos) Alberto Cesar Otazú (Braspress/Pilotech/Alpic/Cazarré-MasterMídia Mktcom) volta ao palco de seus primeiros pódios

na categoria-escola, desta vez para brigar pela liderança no certame do Esporte Clube Piracicabano de Automobilismo, em Piracicaba (SP), neste final de semana (24/6). **Página 8**

**CESAR  
NETO**[www.cesarneto.com](http://www.cesarneto.com)**IMPRESA**

Em São Paulo: jornal "O DIA"

**CÂMARA (SP)**

Vitória dos vereadores evangélicos, a 'anistia' via PPI pros devedores da prefeitura paulistana que embute o Programa de Regularização de Templos de qualquer culto mantidos por entidades religiosas.

**PREFEITURA (SP)**

Percebendo que se não mudar o discurso do apoio do PSDB a Temer (PMDB) pra salvar a Economia pode tirar de vez suas chances de candidatar-se à Presidência, Doria já admite que o governo acabou.

**ASSEMBLEIA (SP)**

Deputado Carlos Cezar (PSB) é 'o cara' da direção nacional da igreja Quadrangular pra disputar a reeleição. Novidade em 2018 é José Pagliarin, que tem o aval da direção paulista pelas mãos do pastor Rocco.

**GOVERNO (SP)**

Entre os Secretários que disputarão ou a reeleição à Câmara Federal, ou a vice-governança ou até o Senado, pinta o nome do ex-kassabista (hoje DEM) Rodrigo Garcia. Tem bombado na propaganda da tv.

**CONGRESSO**

O aliado - em São Paulo - PSB deu a senha pro PSDB não mais se empenhar em votações - como por exemplo em relação às reformas trabalhistas - e não seguir ocupando Ministérios com Temer (PMDB).

**PRESIDÊNCIA**

Após degustar 'saladas russas' e agora 'bacalhaus de mares noruegueses', o 'libanês' Temer (PMDB) vai seguir engolindo 'quibes de carnes nuas e cruas', embutidos nos cardápios indigestos dos irmãos JBS.

**JUSTIÇAS**

Literatura bíblica: "... opressão do pobre, violação da justiça e do que é direito. Aquele que está em autoridade é observado por alguém que é superior a ele e acima deles há os em posição ainda mais alta".

**PARTIDOS**

Em São Paulo e nos EUA, Doria e Trump atropelaram seus partidos. Na França, Macron criou o seu (centro) e atropelou geral. E aqui ? PMDB, PT e PSDB vão ser atropelados por Barbosões, Bolsonaro ou Macedos ?

**HISTÓRIAS**

Há 25 anos, é pra você - na política - que esta coluna diária é pensada e publicada na imprensa de São Paulo (Internet desde 1996). Muito obrigado pela sobrevivência surreal. Sem você é que ela não resistiria.

**EDITOR**

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política (São Paulo - Brasil).

---

---

**cesar.neto@mais.com**



# Usuários de drogas deixam praça e retornam para Cracolândia

Os usuários de drogas que estavam concentrados na Praça Princesa Isabel, na região central da capital paulista, se deslocaram para a esquina da Rua Helvetia, próximo a Estação Júlio Prestes. O novo local ocupado pelas pessoas em situação de rua está a cerca de 500 metros da Cracolândia, e ocorreu durante a noite de quarta-feira (21), exatamente um mês após a mega operação policial ter destruído as barracas improvisadas do chamado fluxo e prendeu pessoas acusadas de tráfico. O local atual é quase o mesmo do ponto à época da ação, com a diferença

que os consumidores de crack estão agora em uma pequena praça e nas calçadas, deixando o asfalto livre.

A movimentação dessa vez foi uma iniciativa dos próprios usuários e foi acompanhada pela polícia. No mês passado, logo após a operação policial, houve uma dispersão da população da Cracolândia pela cidade. A Guarda Civil Metropolitana contabilizou, uma semana depois, a criação de 22 pontos de concentração desses moradores na região central da capital paulista. Porém, ao longo dos dias, a Praça Princesa Isabel se

consolidou como maior aglomeração.

Há menos de duas semanas, no dia 11 de junho, foi feita outra operação, dessa vez na própria praça, que destruiu as barracas improvisadas e prendeu dois homens acusados de tráfico de drogas. A prefeitura e o governo estadual justificaram a ação afirmando que as tendas eram usadas para o comércio ilegal de crack e outras substâncias.

## Prisão de educadora

Na tarde de quarta-feira (21), trabalhadores dos serviços de atendimento social fizeram

um protesto contra prisão de uma orientadora socioeducativa que trabalhava na Cracolândia. Ela foi levada pela Polícia Militar para o 77º Departamento de Polícia e liberada no mesmo dia. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo não deu informações sobre a detenção da profissional.

O Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo divulgou uma nota de repúdio contra a detenção da educadora, que atuava no serviço de assistência social à pessoas em situação de rua, usuárias de crack e outras drogas. (Agência Brasil)

# SMA e PM Ambiental fiscalizam áreas de recuperação ambiental

A Secretaria do Meio Ambiente e a Polícia Militar Ambiental intensificaram no fim de maio a Operação Caipora 2017. A ação de fiscalização verifica se os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) estão sendo cumpridos dentro da lei. Dos 1.765 Termos firmados foram checados 1.670, número que representa 95% dos acordos.

O TCRA é um instrumento que obriga o infrator a recuperar ou recompor, com vegetação nativa, o meio ambiente degradado. Ele ainda estabelece prazos para que tais medidas se concretizem. Todas as propriedades

vistoriadas na operação já foram autuadas por infração ambiental e se comprometeram em recuperar o dano causado ao meio ambiente. Cabe à fiscalização checar se o plantio para a recuperação dessas áreas está sendo feito conforme acordado.

Ao todo foram mais de 840 termos considerados cumpridos. Aproximadamente, equivalem a 327.722 mudas plantadas ou 20.552,79 hectares recuperados.

A Operação Caipora 2017 ocorreu em todo o estado de São Paulo. A ação também contou com o apoio da Coordenação de Biodiversidade e Re-

ursos Naturais (CBRN/SMA) para vistorias regionais, principalmente as de maior passivo, como Litoral Norte e Região Metropolitana da Grande São Paulo.

É considerado crime ambiental destruir ou danificar florestas, ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente. As infrações ambientais estão dispostas na Resolução SMA nº 48/2014, com base na Lei Federal nº 9.605/1998.

Os danos ambientais passíveis de recuperação ambiental

deverão ser reparados a partir de medidas técnicas acordadas em TCRA. Caso não haja a assinatura desse documento, e tampouco a recomposição espontânea dos danos causados, a Secretaria do Meio Ambiente poderá, a qualquer momento, propor a recuperação do dano ambiental por meio de ação judicial.

Caso o autuado não cumpra o acordo os responsáveis serão notificados, multados e encaminhados para a execução judicial. No ano passado foram vistoriados 1.285 TCRA. Desses, 58% foram considerados cumpridos e a área recuperada foi de 463,61 hectares.

# Ampliação da Carvalho Pinto tem mais de 50% das obras concluídas

A ampliação da Rodovia Carvalho Pinto até Taubaté, via Rodovia Oswaldo Cruz, que vai trazer uma série de benefícios à região do Vale do Paraíba, está em processo acelerado de construção, com 53% das obras executadas. O local recebeu na quinta-feira (22) a visita do governador Geraldo Alckmin.

O prolongamento da Carvalho Pinto é mais uma opção de acesso às praias do Litoral Norte de São Paulo, em especial pelos moradores de Taubaté, e deve se tornar um dos principais meios para se chegar ao município.

Alckmin disse que a obra é estratégica por favorecer a logística e a mobilidade regional. "Quem vai para Ubatuba, para São Luiz de Paraitinga, rumo ao Litoral Norte, não precisa passar mais pela Dutra", disse. O go-

vernador lembrou que nos fins de semana e feriados a Dutra fica congestionada e quem se dirige a Campos do Jordão, por exemplo, enfrenta grandes dificuldades.

"Prolongamos a Carvalho Pinto, no sentido Rio de Janeiro, com túneis, viadutos e toda a proteção ambiental", afirmou Alckmin. A preocupação com a preservação do ambiente durante o desenvolvimento das obras foi destacada pelo governador. "Aqui em frente está a Mata do Bugio, totalmente preservada e com compensações ambientais", ressaltou.

As obras incluem a construção de dois dispositivos de entroncamento, no início e no fim do percurso de 8,6 quilômetros de extensão, dois túneis, cinco pontes e oito viadutos, pistas duplas com duas faixas de rola-

mento e acostamento, separadas por canteiro central de 11 metros de largura.

"São 15 obras de arte", disse Alckmin, referindo-se ao termo usado pela engenharia. Contando as conexões dos trechos já existentes com o prolongamento, a Carvalho Pinto terá mais 10,7 quilômetros de extensão.

"Quando você faz uma obra em área quase urbana você tem muito problema de conflito. Uma hora tem proprietário, outra hora desvio, questão do meio ambiente, então a obra foi contornando todos esses problemas. Ela está agora totalmente desaproprada, paga e num ritmo máximo. O lote 1 está quase pronto e estamos concentrando no lote 2 e no lote 3", concluiu Alckmin.

## Investimentos

Com previsão de entrega para

março de 2018, a obra faz parte do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado e está sendo executada pela Concessionária Ecopistas. Orçada em R\$ 322,8 milhões, vai gerar 1.400 empregos diretos e indiretos e proporcionar diversos benefícios para a região.

Para os mais de 9,5 mil veículos que circulam diariamente pela Rodovia Carvalho Pinto, o tempo de deslocamento para o Litoral Norte deverá diminuir e os moradores de Taubaté vão ganhar um importante acesso para o município.

O prolongamento também resultará em reflexos para o fluxo de veículos pela Dutra com diminuição de tráfego no perímetro urbano, além de beneficiar os trabalhadores das indústrias locais e usuários das rodovias Ayrton Senna/ Carvalho Pinto.



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA

# CLIPPING

## DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

### MESA DIRETORA

**DEPUTADO CAUÊ MACRIS**  
PRESIDENTE

**DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA**  
1º SECRETÁRIO

**DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO**  
2º SECRETÁRIO

### EXPEDIENTE

**Secretário Geral de Administração**  
Joel Oliveira

**Departamento de Comunicação:**  
Matheus Perez Granato

**Gráfica:**  
Patrícia Yamamoto

**Serviço de Fotomicrografia:**  
Julio Cesar Miranda Silva  
Miguel Roberto Mahfuz

### SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias  
Cláudia Valéria P. Neves  
Márcia M. Yamamoto  
Sérgio Kazuo Tanaka  
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

### Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA  
ADILSON ROSSI  
AFONSO LOBATO  
ALDO DEMARCHI  
ALENCAR SANTANA BRAGA  
ANA DO CARMO  
ANALICE FERNANDES  
ANDRÉ DO PRADO  
ANDRÉ SOARES  
ANTONIO SALIM CURIATI  
BARBA  
BARROS MUNHOZ  
BETH SAHÃO  
CAIO FRANÇA  
CAMPOS MACHADO  
CARLÃO PIGNATARI  
CARLOS BEZERRA JÚNIOR  
CARLOS CEZAR  
CARLOS GIANNAZI  
CARLOS NEDER  
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO  
CAUÊ MACRIS  
CÉLIA LEÃO  
CELINO CARDOSO  
CELSO GIGLIO  
CHICO SARDELLI  
CLELIA GOMES  
CORONEL CAMILO  
CORONEL TELHADA  
DAVI ZAIA  
DELEGADO OLIM  
ED THOMAS  
EDMIR CHEDID  
EDSON GIRIBONI  
ÊNIO TATTO  
ESTEVAM GALVÃO  
FELICIANO FILHO  
FERNANDO CAPEZ  
FERNANDO CURY  
GERALDO CRUZ  
GIL LANCASTER  
GILENO  
GILMACI SANTOS  
GILMAR GIMENES  
HELIO NISHIMOTO  
ITAMAR BORGES  
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO  
JOOJI HATO  
JORGE CARUSO  
JORGE WILSON  
JOSÉ AMÉRICO  
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.  
JOSÉ ZICO PRADO  
LECI BRANDÃO  
LEO OLIVEIRA  
LUIZ CARLOS GONDIM  
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA  
LUIZ TURCO  
MÁRCIA LIA  
MÁRCIO CAMARGO  
MARCO ANTONIO VINHOLI  
MARCOS DAMASIO  
MARCOS MARTINS  
MARCOS ZEBINI  
MARIA LUCIA AMARY  
MARTA COSTA  
MILTON LEITE FILHO  
MILTON VIEIRA  
ORLANDO BOLÇONE  
PASTOR CELSO NASCIMENTO  
PASTOR CEZINHA  
PAULO CORREA JR  
PEDRO KAKÁ  
PEDRO TOBIAS  
PROFESSOR AURIEL  
RAFAEL SILVA  
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO  
RAUL MARCELO  
REINALDO ALGUZ  
RICARDO MADALENA  
RITA PASSOS  
ROBERTO ENGLER  
ROBERTO MASSAFERA  
ROBERTO MORAIS  
ROBERTO TRÍPOLI  
RODRIGO MORAES  
ROGÉRIO NOGUEIRA  
ROQUE BARBIERE  
SEBASTIÃO SANTOS  
ULYSSES TASSINARI  
VAZ DE LIMA  
WELLINGTON MOURA  
WELSON GASPARINI

